

CME

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

RELATÓRIO ANUAL

Brasília - 2019

REALIZAÇÃO

Comissão de
Minas de Energia



Relatório Anual - 2019
SUMÁRIO

Apresentação	3
Membros da Comissão.....	6
Galeria dos Membros Titulares	8
Galeria dos Membros Suplentes	12
Quadro Síntese das Atividades.....	16
Audiências Públicas	19
Outros Eventos	120
Subcomissões	127
Proposições Apreciadas	146
Requerimentos Apresentados.....	201
Emendas Orçamentárias	215
Equipe técnica	218

Apresentação

À Comissão de Minas e Energia, importante órgão de caráter descentrado da Câmara Baixa brasileira, cumpre deliberar sobre matérias legislativas consideradas angulares para a economia nacional, mediante debates de incontestável relevância política e social para a contemporaneidade.

Esta Comissão, no decurso da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, esmerou-se por tornar-se fórum permanente de diálogo entre diferentes representações governamentais, econômicas e sociais, acerca de temáticas de inegável interesse não somente para a Nação brasileira, como também para a comunidade internacional. Ressalte-se que a Sessão Legislativa foi marcada pela realização incontrastável de insignes debates, tendo os trabalhos desenvolvidos no período sido sublinhados por ritmo veemente, tanto na deliberação sobre importantes proposições legislativas, quanto na constituição de subcomissões e na realização de audiências públicas, de mesas redondas, de seminário e de reuniões técnicas.

O Colegiado demonstrou sua fidelidade às grandes questões nacionais relacionadas ao respectivo campo temático, ao haver aprovado o Projeto de Lei nº 6.407/2013, alcunhado como a “Lei do Gás”. Cercada de polêmicas, a Proposição encontrava-se na Comissão desde 07/10/2013, sem haver sofrido deliberação, até esta Presidência avocar a respectiva relatoria. Mediante a bem-sucedida construção de profuso diálogo sobre a matéria, com a realização de duas audiências públicas e a lauta oportunização do oferecimento de sugestões e emendas ao parecer, possibilitou-se a participação de diferentes representações na construção do texto do Substitutivo aprovado, mediante amplo consenso acerca do mérito.

Ademais, a Comissão aprovou o Projeto de Lei nº 4.636/2019, que “dispõe sobre a atualização do valor dos ativos das concessionárias de transmissão de energia elétrica considerados não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000”. A Propositora resultou dos debates que contornaram o Projeto de Decreto Legislativo nº 590/2017 e constitui a alternativa legislativa mais adequada à disposição da matéria. A deliberação sobre a importante temática, mais uma vez, decorreu do esforço deste

Colegiado no sentido de criar as melhores políticas públicas em benefício da sociedade brasileira.

Sob o mesmo espírito, há que salientar, ainda, a deliberação sobre os Projetos de Lei nºs 3.563/2015, que “torna obrigatória o pagamento de indenizações e contratação de seguro no caso de rompimento de barragens”; e 1.117/2007, que “estabelece que a compensação financeira pela venda de produto mineral deverá ser calculada sobre o valor do faturamento bruto”; bem como sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 7/2019, que “susta o Decreto nº 9.642/2018, que ‘altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, para dispor sobre a redução gradativa dos descontos concedidos em tarifa de uso do sistema de distribuição e tarifa de energia elétrica’”.

Outrossim, realizaram-se audiências públicas imprescindíveis ao equacionamento de questões relevantes dentro do contexto nacional, com destacada participação do Ministro de Minas e Energia, do Presidente da Petrobras, de diretores das agências reguladoras, bem como de representantes da sociedade civil organizada. Sublinhem-se as audiências públicas que debateram a produção de energia solar fotovoltaica e a geração distribuída; o derramamento de óleo na costa nordestina; e a venda direta de etanol. Destaquem-se, também, as duas audiências públicas realizadas com vistas a debater a Lei do Gás.

Esta Presidência, empenhada em manter elevado o nível da análise das matérias objeto de deliberação, também decidiu por bem estimular a criação, nos termos regimentais, de três subcomissões permanentes e três especiais, mediante as quais se possibilitou a discussão pormenorizada de matérias de caráter especializado, por meio de apurado e cuidadoso estudo das respectivas temáticas. Uma vez instaladas, as subcomissões realizaram reuniões com especialistas, visita técnica, mesa redonda, seminário, entre outras atividades, que potencializaram a respectiva *expertise*, com vistas à melhor tomada de decisões dentro da arena legislativa.

Registre-se, ainda, a importância do debate deflagrado em torno do Projeto de Decreto Legislativo nº 337/2019, formulado em reação à publicação da política de reajustes das bandeiras tarifárias de energia elétrica pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, ocorrida em abril deste ano. O consenso auferido mediante o mais amplo diálogo entre agentes de governo e este Órgão Técnico foi marcado pela

Relatório Anual - 2019

transparência e pelo espírito republicano, tendo resultado, mediante o recuo da Aneel em sua política de arredondamento tarifário, na diminuição, em aproximadamente cinquenta por cento, do reajuste pretendido sobre a bandeira amarela.

Além disso, não se pode prescindir da menção à redução das tarifas de energia elétrica aos quase 1 milhão de consumidores distribuídos em 62 municípios do Estado do Amazonas, a partir do último dia primeiro de novembro. O efeito médio percebido pelos consumidores de baixa tensão foi de redução de 5,73%, tendo os consumidores residenciais percebido a queda da tarifa em 5,91%. Celebre-se que a medida resultou do empenho reiterado desta Presidência em promover o diálogo entre os órgãos de governo, com vistas ao maior benefício da sociedade brasileira.

Ao final do profícuo ano legislativo, há que agradecer aos membros deste Órgão Técnico, pela participação consciente e responsável, pela forma séria e eficiente com que procederam no decurso dos trabalhos realizados. Cumpre ressaltar, ainda, o apoio e a colaboração das assessorias parlamentares, da Consultoria Legislativa e do corpo técnico-funcional da secretaria da Comissão de Minas e Energia, que tornaram fluido o exercício desta Presidência e muito contribuíram para que sua condução fosse escorreita e exercida com tranquilidade.

Silas Câmara

Presidente da CME

Membros da Comissão



Presidente: Silas Câmara (REPUBLICANOS/AM)



1º Vice-Presidente: Benes Leocádio
(REPUBLICANOS/RN)



2º Vice-Presidente: Cássio Andrade (PSB/PA)



3º Vice-Presidente: Edio Lopes (PL/RR)

Galeria dos Membros Titulares

Relatório Anual - 2019



Adolfo Viana
PSDB/BA (Gab.
911-IV)



Airton Faleiro
PT/PA (Gab. 327-
IV)



Aline Gurgel
REPUBLICANOS/AP
(Gab. 342-IV)



Altineu Côrtes
PL/RJ (Gab. 336-IV)



Arlindo Chinaglia
PT/SP (Gab. 4-I)



Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP
(Gab. 245-IV)



Benes Leocádio
REPUBLICANOS/RN
(Gab. 417-IV)



Carlos Henrique
Gaguim
DEM/TO (Gab. 214-
IV)



Cássio Andrade
PSB/PA (Gab. 433-
IV)



Charles Fernandes
PSD/BA (Gab. 587-
III)



Christino Aureo
PP/RJ (Gab. 227-IV)



Coronel Armando
PSL/SC (Gab. 268-
III)



Coronel
Chrisóstomo
PSL/RO (Gab. 458-
IV)



Daniel Silveira
PSL/RJ (Gab. 403-
IV)



Danrlei de Deus
Hinterholz
PSD/RS (Gab. 566-
III)



Edio Lopes
PL/RR (Gab. 408-
IV)

Relatório Anual - 2019



Edna Henrique
PSDB/PB (Gab.
962-IV)



Elcione Barbalho
MDB/PA (Gab.
206-IV)



Fábio Ramalho
MDB/MG (Gab.
638-IV)



Felício Laterça
PSL/RJ (Gab. 275-
III)



Fernando Coelho
Filho
DEM/PE (Gab. 662-
IV)



Greyce Elias
AVANTE/MG (Gab.
340-IV)



Hermes
Parcianello
MDB/PR (Gab.
234-IV)



Igor Timo
PODE/MG (Gab.
726-IV)



Jhonatan de Jesus
REPUBLICANOS/RR
(Gab. 535-IV)



João Carlos Bacelar
PL/BA (Gab. 928-
IV)



Joaquim
Passarinho
PSD/PA (Gab. 334-
IV)



Júnior Ferrari
PSD/PA (Gab. 919-
IV)



Laercio Oliveira
PP/SE (Gab. 629-
IV)



Leur Lomanto
Júnior
DEM/BA (Gab.
406-IV)



Nereu Crispim
PSL/RS (Gab. 483-
III)



Orlando Silva
PCdoB/SP (Gab.
923-IV)

Relatório Anual - 2019



Padre João
PT/MG (Gab. 743-
IV)



Rafael Motta
PSB/RN (Gab. 626-
IV)



Ricardo Izar
PP/SP (Gab. 634-
IV)



Rodrigo de Castro
PSDB/MG (Gab.
701-IV)



Rubens Otoni
PT/GO (Gab. 501-
IV)



Sebastião Oliveira
PL/PE (Gab. 225-
IV)



Silas Câmara
REPUBLICANOS/AM
(Gab. 532-IV)



Vaidon Oliveira
PROS/CE (Gab.
545-IV)

Galeria dos Membros Suplentes

Relatório Anual - 2019



Acácio Favacho
PROS/AP (Gab.
284-III)



Arthur Oliveira
Maia
DEM/BA (Gab. 830-
IV)



Carlos Chiodini
MDB/SC (Gab. 925-
IV)



Carlos Zarattini
PT/SP (Gab. 808-
IV)



Celso Sabino
PSDB/PA (Gab.
282-III)



Cleber Verde
REPUBLICANOS/MA
(Gab. 710-IV)



Da Vitoria
CIDADANIA/ES
(Gab. 579-III)



Daniel Freitas
PSL/SC (Gab. 273-
III)



Delegado Éder
Mauro
PSD/PA (Gab. 586-
III)



Delegado Marcelo
Freitas
PSL/MG (Gab. 548-
IV)



Delegado Pablo
PSL/AM (Gab. 373-
III)



Domingos Sávio
PSDB/MG (Gab.
345-IV)



Dr. Frederico
PATRIOTA/MG
(Gab. 568-III)



Eduardo Bismarck
PDT/CE (Gab. 652-
IV)



Elias Vaz
PSB/GO (Gab. 303-
IV)



Eros Biondini
PROS/MG (Gab.
321-IV)

Relatório Anual - 2019



Fausto Pinato
PP/SP (Gab. 562-
IV)



Francisco Jr.
PSD/GO (Gab.
643-IV))



Franco Cartafina
PP/MG (Gab. 283-
III)



Gelson Azevedo
PL/RJ (Gab. 369-III)



Gustavo Fruet
PDT/PR (Gab. 827-
IV)



Hercílio Coelho
Diniz
MDB/MG (Gab.
510-IV)



João Maia
PL/RN (Gab. 439-
IV)



João Roma
REPUBLICANOS/BA
(Gab. 276-III)



Joenia Wapichana
REDE/RR (Gab.
231-IV)



José Neto
PODE/GO (Gab.
703-IV)



Léo Moraes
PODE/RO (Gab.
503-IV)



Leônidas Cristino
PDT/CE (Gab. 948-
IV)



Lucas Gonzalez
NOVO/MG (Gab.
581-III)



Lucas Redecker
PSDB/RS (Gab.
905-IV)



Lucio Mosquini
MDB/RO (Gab.
918-IV)



Mário
Negromonte Jr.
PP/BA (Gab. 424-
IV)

Relatório Anual - 2019



Marlon Santos
PDT/RS (Gab. 760-IV)



Nicoletti
PSL/RR (Gab. 287-III)



Otaci Nascimento
SOLIDARIEDADE/RR
(Gab. 521-IV)



Paulo Ganime
NOVO/RJ (Gab. 230-IV)



Pedro Lupion
DEM/PR (Gab. 375-III)



Roman
PSD/PR (Gab. 575-III)



Ronaldo Carletto
PP/BA (Gab. 262-IV)



Samuel Moreira
PSDB/SP (Gab. 921-IV)



Schiavinato
PP/PR (Gab. 746-IV)



Sergio Souza
MDB/PR (Gab. 702-IV)



Sergio Toledo
PL/AL (Gab. 539-IV)



Sergio Vidigal
PDT/ES (Gab. 812-IV)



Vander Loubet
PT/MS (Gab. 838-IV)



Vilson da Fetaemg
PSB/MG (Gab. 648-IV)



Wellington Roberto
PL/PB (Gab. 514-IV)



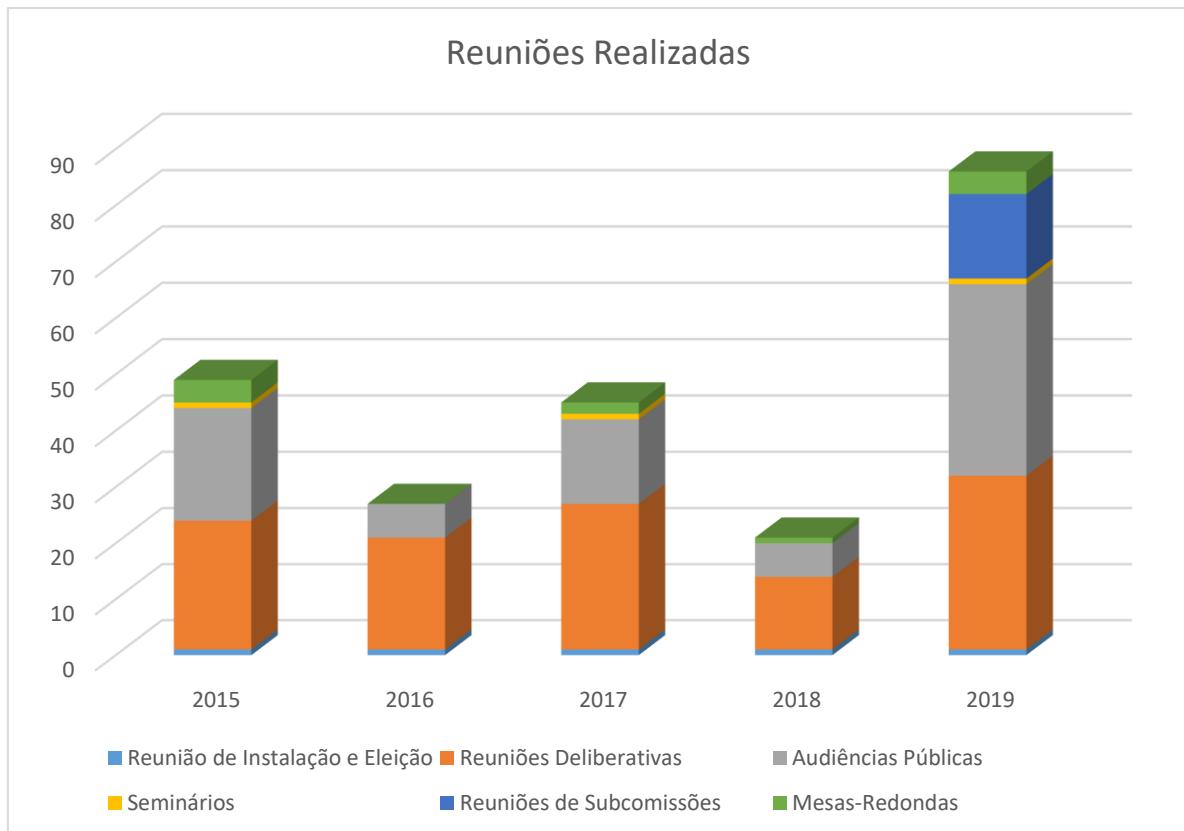
Wladimir
Garotinho
PSD/RJ (Gab. 274-III)

Quadro Síntese das Atividades

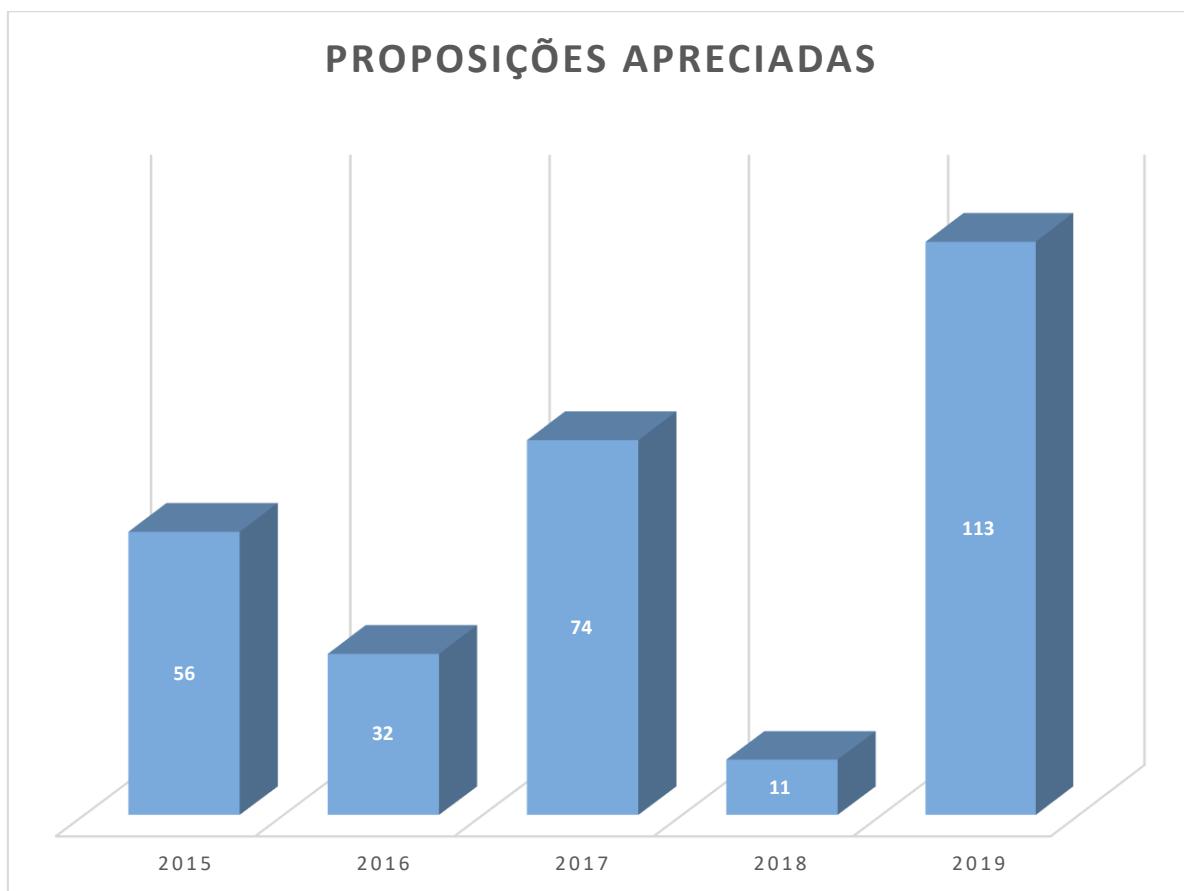
REUNIÕES	
REUNIÕES DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO	1
REUNIÕES DELIBERATIVAS	31
REUNIÕES DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	34
SEMINÁRIOS	1
REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES	15
MESAS-REDONDAS	4
PROPOSIÇÕES	
PROPOSIÇÕES RECEBIDAS	95
PROPOSIÇÕES APROVADAS	51
PROPOSIÇÕES REJEITADAS	62
PROPOSIÇÕES DECLARADAS PREJUDICADAS	0
PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO	72
EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS	9
REQUERIMENTOS APRESENTADOS	137
REQUERIMENTOS APROVADOS/DEFERIDOS	131
REQUERIMENTOS REJEITADOS	0
REQUERIMENTOS RETIRADOS/PREJUDICADOS	2
REQUERIMENTOS PRONTOS PARA A PAUTA	4

Relatório Anual - 2019

Reuniões Realizadas



PROPOSIÇÕES APRECIADAS



Audiências Públicas

Relatório Anual - 2019

REUNIÃO DE COMPARECIMENTO DE MINISTRO

EM 27/03/2019



Foto: Jaqueline

Tema: Debater e saber o plano de Governo, entre outros assuntos, em atendimento ao Requerimento nº 4/2019, de autoria do Deputado Silas Câmara, Padre João, Arnaldo Jardim, Adolfo Viana e Greyce Elias.

Convidado: Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia (MME).

MINISTRO DIZ QUE AINDA NÃO RECEBEU ORIENTAÇÃO SOBRE PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Bento Albuquerque também falou sobre a crise na Venezuela e garantiu aos deputados que o fornecimento de energia a Roraima está sendo tratado como "questão de segurança nacional".

O ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, disse nesta quarta-feira (27) na Câmara dos Deputados que ainda não foi orientado pelo presidente Jair Bolsonaro sobre o futuro da Eletrobras. Parlamentares da Comissão de Minas e Energia lembraram que, quando deputado, Bolsonaro se manifestou contrário à privatização da empresa, defendida pela equipe econômica.

“Não recebi a orientação nem de privatizar a empresa e tampouco de não privatizar a empresa, até porque não compete a mim”, disse. “Evidentemente que o governo deverá adotar uma posição em relação a esse tema, e tudo o que for feito em relação a empresas estratégicas do País, como Eletrobras ou Petrobras, será debatido de forma transparente junto a esta comissão, junto à Câmara dos Deputados e junto ao Senado Federal”, afirmou.

O ministro Bento Albuquerque se comprometeu a voltar em junho próximo à Comissão de Minas e Energia para discutir com os deputados os planos para a Eletrobras, maior empresa de energia elétrica da América Latina. Em apresentação aos parlamentares nesta quarta, Albuquerque colocou a capitalização da Eletrobras entre as prioridades do Ministério de Minas e Energia.

A Câmara analisa desde o ano passado o Projeto de Lei 9463/18, do Poder Executivo, que regulamenta a desestatização do setor de energia no Brasil, a ser feita a partir do aumento do capital social da Eletrobras e de suas subsidiárias. Na prática, mais ações serão disponibilizadas no mercado, e a participação da União no controle da empresa deve diminuir.

Atendimento a Roraima

A audiência pública foi proposta pelo deputado Silas Câmara (PRB-AM) e recebeu apoio dos deputados Padre João (PT-MG), Adolfo Viana (PSDB-BA), Greyce Elias (Avante-MG) e Arnaldo Jardim (PPS-SP). A intenção inicial era discutir, entre outros itens, a situação de Roraima, único estado que não está integrado ao sistema elétrico brasileiro e recebia energia da Venezuela.

No começo deste mês, houve corte no fornecimento da Venezuela – que desde então enfrenta uma série de apagões –, e Roraima ficou sob ameaça de blecaute. Para contornar o problema, foram acionadas usinas termelétricas, que consomem por dia 80 carretas de óleo diesel oriundas de Manaus, no Amazonas.

O ministro Bento Albuquerque disse que até 2021 deverá estar concluída a linha de transmissão entre Boa Vista e Manaus. Além disso, está previsto para este ano um leilão

Relatório Anual - 2019
para contratação de fontes renováveis e híbridas. Segundo Albuquerque, essas medidas são “questão de segurança nacional” e necessárias para que Roraima deixe de ser “refém” do fornecimento da Venezuela.

Outras medidas

O Ministério das Minas e Energia também colocou como prioridades a ampliação do mercado de gás, especialmente a partir da produção no pré-sal, e o estímulo à mineração. Bento Albuquerque disse ainda que até dezembro terá ocorrido a fiscalização de 700 barragens de mineração instaladas no País, a fim de tentar evitar desastres como os de Mariana e Brumadinho.

Segundo ele, durante reunião ministerial realizada por Bolsonaro na terça-feira (26) foi discutida a situação dos caminhoneiros, que em 2018 realizaram greve contra aumentos no preço do diesel. A Petrobras anunciou no mesmo dia que o intervalo de reajustes agora não será inferior a 15 dias e que o novo “Cartão Caminhoneiro” permitirá a compra do combustível a preço fixo em postos BR.

Reportagem – Ralph Machado

Edição – Roberto Seabra

'Agência Câmara Notícias'

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 16/04/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: A atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em atendimento ao Requerimento nº 3/2019, de autoria dos Deputados Silas Câmara, Arnaldo Jardim, Adolfo Viana, Greyce Elias e Padre João.

Convidado: André Pepitone da Nóbrega, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

DESAFIO DA ANEEL É PROMOVER DESONERAÇÃO DE TARIFAS, AFIRMA DIRETOR

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, fez um balanço do setor nesta terça-feira (16) na Comissão de Minas e Energia da Câmara, onde reconheceu que o grande desafio da agência é promover a desoneração das tarifas. Segundo Pepitone, os preços se desequilibraram a partir de 2013, por causa de fatores como a crise hídrica, que provocou o aumento no uso das usinas termoelétricas, e a subida do dólar, que elevou o custo da energia de Itaipu, responsável pelo abastecimento de parte do Sul e Sudeste do País.

"Nós tivemos um desafio grande no ano de 2018, que foi o ano mais crítico, onde os reajustes médios no Brasil chegaram acima de 15 por cento."

Várias concessionárias de energia praticaram reajustes de tarifas no ano passado. A deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) deu como exemplo o seu estado, o Acre, onde o aumento nos preços foi maior do que a média nacional. A parlamentar disse ter informações de que mais uma alteração no custo da energia estaria programada para novembro deste ano.

"O povo não tá conseguindo sequer pagar esse reajuste que foi dado, de 21,29% (pra indústria foi 26%), que é muito alto, e fica já imaginando qual vai ser o tamanho do próximo, a próxima mão que vai ser colocada no bolso do povo", disse ela.

O diretor-geral da Aneel listou as providências que já estão sendo tomadas para desonerar as tarifas de energia elétrica, como a antecipação do pagamento de empréstimos, a substituição de termelétricas e a fiscalização na concessão de subsídios. Ele salientou que a Câmara está examinando temas que podem colaborar com a desoneração, como a revisão nos descontos das tarifas para o consumidor rural e a reclassificação da tarifa social, concedida a quem faz parte de programas de renda mínima do governo.

ICMS

André Pepitone lembrou ainda o peso que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tem no valor final das tarifas. Em valores nominais, os campeões são Rio de Janeiro, Piauí, Goiás e Pará. Em percentuais, o ranking muda.

"O peso no Maranhão passa a ser o mais alto: 29% da tarifa é o ICMS. No Pará é o segundo mais alto, com 28 %; depois temos o Rio de Janeiro com 27% e o Distrito Federal, com 26%. São os cinco maiores, com a Paraíba com 25%."

O deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) acha que o Tesouro Nacional deveria assumir alguns gastos que hoje recaem sobre a conta de luz e concorda que os governos

estaduais poderiam diminuir o ICMS das tarifas. Mas ele aposta em uma mudança no perfil energético do país.

"Ampliar a energia eólica, a energia solar, a energia da biomassa, são caminhos para nós não termos que acionar aqueles que são os custos mais altos de energia: as térmicas, quando você usa gás ou óleo diesel para, queimando-os, produzir energia", disse o deputado.

Perda de energia

Durante a apresentação aos parlamentares, o diretor-geral da Aneel também mostrou o alto índice de perda de energia elétrica no país. Entre problemas técnicos e furtos, a média nacional chega a 13,7%, mas na região Norte, esse índice ultrapassa 50%. Os prejuízos, em 2017, chegaram a R\$ 13,3 bilhões.

Reportagem – Cláudio Ferreira

Edição – Ana Chalub

'Agência Câmara Notícias'.

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 07/05/2019



Foto: Vinícius Loures/CD

TEMA: A modelagem da privatização da Eletrobrás e a reestruturação societária da Eletrobrás/Eletrosul pela Eletrobrás/CGTEE, em atendimento aos Requerimentos de nºs 7/2019, de autoria dos Deputados Padre João, Carlos Zarattini e Airton Faleiro, e 28/2019, de autoria do Dep. Coronel Armando.

CONVIDADO: Wilson Ferreira Junior, Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.

PRESIDENTE DA ELETROBRAS DEFENDE MODELO DE PRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, defendeu nesta terça-feira (7), na Câmara dos Deputados, o modelo de privatização da empresa, a ser feita a partir do aumento do capital social da Eletrobras e de suas subsidiárias. Na prática, mais ações serão disponibilizadas no mercado, e a participação da União no controle da empresa deve diminuir para menos de 50%.

Ele ressaltou que, no começo da década, a empresa investia, em média, R\$ 10 bilhões por ano, montante que, segundo ele, caiu para menos de R\$ 3 bilhões nos últimos três

anos. “A empresa deveria investir R\$ 14 bilhões ao ano, mas só tem capacidade para investir R\$ 4 bilhões. Assim, a necessidade de capitalização decorre do fato de a empresa não ter capacidade de investir na mesma proporção da demanda originada pelo seu tamanho”, disse.

Futuro da Eletrobras

O deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) lembrou Ferreira Junior que, em março, o ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, disse na Câmara que ainda não havia sido orientado pelo presidente Jair Bolsonaro sobre o futuro da Eletrobras. Ele também lembrou que, quando deputado, Bolsonaro se manifestou contrário à privatização da empresa, defendida pela equipe econômica. “A Eletrobras, que controla 31% da geração e 47% da transmissão. Não preocupa o senhor entregar isso para um monopólio privado?”, indagou.

Segundo o presidente da Eletrobras, não há por que temer o repasse do controle de uma parte maior da empresa para a iniciativa privada, uma vez que esse é o modelo adotado por países como Chile, Austrália e Canadá. “Eles trouxeram investidores externos, mas mantiveram o governo como principal acionista. O Brasil continuará a ser o maior acionista, sem ter 50%. Se não temos capacidade de investimento, algo tem que ser feito”, disse.

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Pierre Triboli

'Agência Câmara Notícias'.

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 21/05/2019



Foto: Vinícius Loures/CD

TEMA: O baixo desempenho da Empresa Enel Distribuição de Goiás, na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás, em atendimento ao Requerimento nº 12/2019, de autoria do Deputado Elias Vaz.

CONVIDADOS:

- Abel Alves Rochinha, Presidente da Enel - Goiás;
- Rodrigo Limp, Diretor da Aneel.

FERNANDO FILHO E ZÉ MÁRIO COBRAM MELHORIAS NOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA 21 DE MAIO DE 2019

As declarações dos deputados foram feitas em audiência pública para tratar do baixo desempenho da Empresa Enel Distribuição de Goiás, na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás.

Em audiência da Comissão de Minas e Energia da Câmara, o deputado Fernando Coelho Filho (PE) defendeu que, além de atuarem no serviço de distribuição de energia, as distribuidoras formem, junto com entidades locais, grupos para atuarem em prol de setores que mais necessitem deste tipo de insumo. Este atendimento é necessário, segundo ele, até que determinados investimentos sejam concretizados.

Relatório Anual - 2019

“É preciso priorizar investimentos emergenciais, como, por exemplo, de frigoríficos que estão ameaçando ir embora ou que querem se instalar num determinado estado”, disse Fernando, ressaltando que estes investimentos vão gerar emprego e renda. “O cuidado, a sensibilidade, a empresa precisa ter nestes anos iniciais para tornar os processos menos traumáticos”, reforçou ele, ex-ministro de Minas e Energia.

O deputado Zé Mário (GO), por sua vez, cobrou mais ações de fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Segundo o parlamentar, faltam investimentos na melhoria na rede por parte das concessionárias de energia elétrica. “Não é raro você ver um produtor rural ficar 15 dias sem energia elétrica. Havia um diálogo de que em três anos, com a privatização, haveria uma melhoria. Mas, já se passaram dois anos e meio e a sensação é de que não houve. O que está faltando? No meu entendimento, o órgão regulador deveria queimar algumas etapas e cobrar mais resultados”, afirmou.

As declarações dos deputados foram feitas em audiência pública para tratar do baixo desempenho da Empresa Enel Distribuição de Goiás, na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás.

Democratas

Agência Câmara Notícias

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIA 22/05/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: Projeto de Lei nº 6.407/2013 - Lei do Gás, em atendimento ao Requerimento nº 20/2019, de autoria dos Deputados Silas Câmara, Joaquim Passarinho, Coronel Armando e Christino Aureo.

CONVIDADOS:

- Helio da Cunha Bisaggio, Superintendente de Infraestrutura e Movimentação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;
- Álvaro Ferreira Tupiassu, Gerente Geral de Planejamento e Marketing das Operações de Gás e Energia da Petrobras;
- Paulo Pedrosa, Representante do Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural e da Associação dos Grandes Consumidores de Energia e de Consumidores Livres - ABRACE;
- Lucien Belmonte, Superintendente da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro - Abividro;
- Luiz Costamilan, Secretário-Executivo do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP;
- Augusto Salomon, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado - ABEGAS;
- Luciana Rachid, Presidente da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto - ATGAS;
- Fernando Figueiredo, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM.
- Karine Fragoso, Gerente de Petróleo e Gás da Federação de Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN;

- Roberto Wagner Lima Pereira, Especialista de Política e Indústria da Confederação Nacional das Indústrias - CNI;
- Patrizia Tomasi-Bensik, da Planck Comercio de Polímeros e Engenharia Holística - Planck- E;
- Reginaldo Medeiros, Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - ABRACEEL.
- William Nozaki, Representante da Federação Única dos Petroleiros - FUP; e
- Representante da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB

DEBATEDORES PEDEM URGÊNCIA NA APROVAÇÃO DO NOVO MARCO LEGAL DO GÁS NATURAL

Assunto foi discutido pela Comissão de Minas de Energia, onde tramita um projeto que reformula o setor de gás brasileiro.

Representantes da indústria e da cadeia do gás natural afirmaram nesta quarta-feira (22), em audiência pública na Câmara dos Deputados, que há consenso sobre os principais pontos que devem ser mudados no marco legal do gás natural. Eles pediram aos deputados urgência na aprovação de um projeto de lei que aumente a competição no setor, melhore as condições de negociação e reduza o preço final do produto, que tem como maiores consumidores a indústria e os geradores de energia elétrica.

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a tarifa média do gás natural para a indústria brasileira alcançou US\$ 11,10 por milhão de BTUs este ano, mais do que o dobro das tarifas mexicana (US\$ 5,20) e argentina (US\$ 4,50).

“No início da discussão sobre as mudanças no marco, havia uma grande disparidade de visões. Hoje, a maior parte, eu diria 80% a 90% das questões, estão pacificadas, de maneira que o trabalho do Congresso se torna mais simples, mais objetivo”, disse o secretário-executivo do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Luiz Costamilan.

O assunto foi debatido pela Comissão de Minas e Energia, onde tramita o Projeto de Lei 6.407/13, que altera a Lei do Gás (11.909/09), que em março completou 10 anos de vigência.

Relatório Anual - 2019

A proposta é de autoria do ex-deputado Antônio Carlos Mendes Thame (SP). Na legislatura passada, o ex-deputado Marcelo Squassoni (SP) chegou a apresentar um parecer ao projeto, mas não houve acordo para a votação. Agora, a relatoria está nas mãos do deputado Jhonatan de Jesus (PRB-RR).

Pontos de convergência

Segundo os debatedores, entre os pontos de convergência estão a abertura do mercado, hoje concentrado nas mãos da Petrobras e suas subsidiárias; a harmonização das regulações estaduais e federal; a harmonização da indústria do gás com o setor de energia elétrica, que consome metade do gás comercializado no País; a adoção do modelo tarifário de transporte de entrada-saída; o acesso às rotas de escoamento do gás – hoje limitado aos proprietários – a terceiros, que pagarão por isso; e um ambiente para negociação entre as empresas, que não precisa ser físico.

Para o representante do Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural, Paulo Pedrosa, a entrada, no mercado, do gás natural extraído da camada pré-sal torna mais urgente a revisão do marco legal do setor. Segundo ele, o Brasil precisa aproveitar esta oportunidade. “Se não tivermos a capacidade, nesse momento, de desenhamos um futuro competitivo para o gás, os produtores vão fazer investimento para liquefazer o gás e exportar”, afirmou.

O presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Reginaldo Medeiros, também destacou a necessidade da aprovação de um novo marco legal. “O senso de urgência do setor produtivo é o maior possível”, disse. “A grande preocupação é que se perca essa oportunidade.”

Projeto

Um dos autores do pedido para realização da audiência pública, o deputado Christino Aureo (PP-RJ) reconheceu a necessidade de aprovação do projeto em discussão na comissão. “Não tivemos ainda o desfecho adequado para esse tema”, disse. Segundo ele, o novo marco legal deve ter como horizonte a redução do preço do gás natural para a indústria.

Relatório Anual - 2019

O deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA), também proponente do debate, sugeriu que os representantes da cadeia do gás natural cheguem a um texto de consenso para apresentar à comissão. “Se tem um artigo que está travando o texto, temos que tentar resolver”, disse. Já o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) afirmou que o cálculo do preço do transporte do gás natural nos dutos é a “questão central que precisa ser enfrentada para que o setor tenha competitividade”.

Reportagem – Janary Júnior

Edição – Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara Notícias

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 28/05/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: A atuação da Agência Nacional de Mineração - ANM, em atendimento ao Requerimento nº 33/2019, de autoria dos Deputados Benes Leocádio, Joaquim Passarinho e Greyce Elias.

CONVIDADO: Victor Hugo Froner Bicca, Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração – ANM.

DEPUTADOS COBRAM MAIS AGILIDADE EM DECISÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

Durante audiência pública na Comissão de Minas e Energia, parlamentar também defendeu a liberação de recursos contingenciados para o setor.

Deputados cobraram mais agilidade e eficiência da Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão que substituiu, em dezembro do ano passado, o extinto Departamento Nacional de Produção Mineral. O assunto foi discutido nesta terça-feira (28), em audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, com o presidente da ANM, Victor Hugo Froner Bicca.

Relatório Anual - 2019

Ao ressaltar que é um dos criadores da lei que instituiu a ANM e que seja favorável à nova agência, o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA) cobrou pontos específicos do novo órgão:

“Nos primeiros seis meses de criação da agência, na prática, nós tivemos uma piora nas licenças em todos os níveis: seja licença de lavra, seja licença de exploração, seja licença de pesquisa, seja do que for, em todos os índices que você procurar, da criação para cá, piorou. Podemos ter um período de implantação da agência, mas lá na ponta a coisa continua acontecendo: o Ibama continua fiscalizando, a Polícia Federal continua fiscalizando, as Semas [secretarias de meio ambiente] municipais e estaduais continuam fiscalizando, e se você não dá direito ao cidadão de se legalizar, como é que eu vou cobrar dele alguma coisa?”, observou o deputado.

Joaquim Passarinho e a deputada Greyce Elias (Avante-MG) solicitaram o debate. Passarinho criticou, principalmente, a nova diretoria colegiada da Agência Nacional de Mineração, que, segundo ele, estaria tornando as decisões do órgão mais lentas.

194 mil processos

O diretor geral da ANM, Victor Hugo Bicca, reconhece que o período inicial de instalação da agência tem tornado alguns processos mais lentos. Mas ele acredita que, a partir do segundo semestre, com a digitalização dos processos, as concessões de licenças ganharão um novo ritmo:

“A gente precisava dotar o órgão regulador desse importante setor de um mecanismo de gestão mais moderno, mais rápido, mais eficiente. É esse o objetivo que foi perseguido durante décadas e que agora logrou êxito, lamentavelmente num momento de muitas dificuldades que o país passa como um todo. Mas não temos nenhuma dúvida que este é o melhor caminho e talvez seja um pouquinho mais demorado que a gente imaginava, mas é o caminho mais adequado”, disse.

Segundo Bicca, a ANM tem 194 mil processos em tramitação ainda no meio físico, que ainda vão demandar tempo para serem digitalizados. Para isso, serão necessários mais recursos para a agência.

Contingenciamento

A deputada Greyce Elias reconhece as dificuldades da agência, principalmente a falta de servidores, e aponta um fator que precisa ser atacado imediatamente, que são os recursos devidos à ANM com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, a CFEM:

“É inadmissível um contingenciamento no orçamento do Ministério de Minas e Energia, porque nós temos catástrofes acontecendo e catástrofes que podem vir a acontecer, principalmente no estado de Minas Gerais - foi Mariana, depois Brumadinho e agora Barão de Cocais num estado crítico -, e nós não podemos fechar os olhos para isso. A CFEM foi criada e aprovado, no ano passado, um aumento da CFEM para 7%. Esses 7% são um direito da agência. Então, nós pedimos para que o governo tenha sensibilidade de fazer com que esse percentual do orçamento da CFEM seja destinado à agência para que ela possa fazer o seu trabalho”, observou a deputada.

Somente no ano passado, a arrecadação da CFEM foi de aproximadamente R\$ 3 bilhões. 7% desse montante, que deveriam ser destinados à Agência Nacional de Mineração, equivalem a mais de R\$ 200 milhões. Os deputados presentes à audiência informaram que vão trabalhar para tornar impositivo no Orçamento federal a destinação desses recursos.

Reportagem – Newton Araújo
Edição – Roberto Seabra

‘Agência Câmara notícias’

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 04/06/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: A atual situação do preço da energia elétrica no estado de Rondônia, em atendimento ao Requerimento nº 2/2019, de autoria do Deputado Coronel Chrisóstomo.

CONVIDADOS:

- Ricardo Cyrino, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia;
- Claudio Elias Carvalho, Superintendente Adjunto de Gestão Tarifária, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- André Theobald, Presidente do Grupo Energisa S.A.;
- Inácio Azevedo da Silva, Dirigente Sindical do Sindicato dos Urbanitários do Setor Elétrico – SINDUR;
- Coronel Chrisóstomo propõe Audiência Pública para discutir aumento da energia em Rondônia.

Da Assessoria

Através do requerimento nº 02/2019 protocolado e aprovado pela Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal, o deputado federal Coronel Chrisóstomo (PSL/RO)

solicitou a realização de Audiência Pública para debater a atual situação do preço da energia elétrica no estado de Rondônia.

De acordo com o parlamentar a Resolução nº 2.496, de 11 de dezembro de 2018, que homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018, as Tarifas de Energia - TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, são inconcebíveis e precisam ser revistas.

“Nós já tratamos com vários órgãos sobre o aumento de 27 % de energia de Rondônia e até agora não tivemos um retorno enquanto essa situação. Agora como membro titular da Comissão de Minas e Energia é meu dever chamar todos essas instituições envolvidas para dialogarmos sobre esse assunto e chegarmos a uma solução”, declarou o deputado.

O reajuste já estava previsto no contrato de privatização das Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) em agosto de 2018, e de acordo com Energisa, atual responsável pela distribuição da energia elétrica em Rondônia, o aumento é resultado do gasto com a geração de energia e com o pagamento de dívidas acumuladas com a compra de energia nos últimos dois anos.

“Foi um acordo costurado pelas gestões anteriores que precisa ser analisado. Rondônia como um dos maiores produtores energéticos do país não pode pagar umas das tarifas mais altas”, concluiu Coronel Chrisóstomo.

RONDONIAGORA

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 04/06/2019



Foto: Michel Jesus/CD

TEMA: A geração distribuída de energia fotovoltaica, em atendimento ao Requerimento nº 23/2019, de autoria do Deputado Rafael Motta.

CONVIDADOS:

- Reive Barros, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia;
- Rodrigo Limp, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Darlan Santos, Diretor-Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia do Rio Grande do Norte (CERNE);
- Stephanie Betz, Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR);
- Eliana Cavalcanti, Representante da ALSolar;
- Carlos Evangelista, Representante da Associação Brasileira de Geração Distribuída - ABGD; e
- Marco Delgado, Representante da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE.

Rafael Motta destaca potencial brasileiro para geração de energia fotovoltaica

A geração distribuída de energia fotovoltaica foi tema de audiência pública solicitada pelo deputado Rafael Motta (PSB-RN), que ocorreu nesta terça-feira (4), na Comissão de Minas e Energia da Câmara.

De acordo com o parlamentar, a busca por geração de energia renovável ganha cada vez mais espaço no cenário atual. Isso se torna ainda mais evidente quando se fala dos tratados internacionais, como os de Quioto e o Acordo de Paris, que priorizam ações em defesa do meio ambiente.

Motta ressaltou que o Brasil é um país que possui enorme potencial na geração de energia solar, corroborado, inclusive, por estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) deu um grande passo para popularização dos sistemas fotovoltaicos quando editou a Resolução Normativa nº 482, que adotou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica para a Microgeração e Minigeração Distribuídas. “Assim, criou-se a possibilidade de um particular gerar sua própria energia renovável com o sistema conectado à rede da concessionária”, disse.

Além disso, a ANEEL instituiu a Resolução Normativa nº 867, que torna a geração própria de energia mais atrativa ao ampliar a compensação de créditos, o autoconsumo remoto e a geração compartilhada. A Resolução também ampliou a potência máxima dos sistemas de minigeração, que dá a possibilidade de grandes indústrias adotarem o sistema fotovoltaico em seus empreendimentos.

No entanto, o parlamentar lembrou que esse tipo de energia renovável esbarra em algumas barreiras, econômicas, burocráticas ou interpretativas quanto à norma em vigência. Mesmo diante dessas dificuldades, o consumo de energia fotovoltaica cresce cada vez mais. Em 2016, por exemplo, o número de microgeradores de energia solar cresceu 407% em relação ao ano anterior, apontam dados da ANEEL.

Segundo o socialista, a Agência estuda rever as regras de compensação da energia geradas pelas consumidoras na micro e minigeração distribuída. “É preciso

Relatório Anual - 2019

considerar a importância da geração distribuída de energia fotovoltaica no Brasil, e quais impactos serão causados aos consumidores pelas alterações da ANEEL”, destacou.

Moreno Nobre

http://www.psbnacamara.org.br/not_det.asp?det=6838

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 11/06/2019



Foto: Will Schutter/CD

TEMA: Áreas de atuação da Petrobras e outros temas relacionados à empresa, em atendimento aos Requerimentos de nº 19/2019, de autoria do Deputado Padre João; de nº 39/2019, de autoria dos Deputados José Nelto, Altineu Côrtes, Arnaldo Jardim, Christino Aureo e Léo Moraes; e de nº 45/2019, de autoria do Deputado Christino Aureo.

CONVIDADO: Roberto Castello Branco, Presidente da Petrobras.

Em audiência na Câmara dos Deputados, Roberto Castello Branco se mostrou favorável ao fim do monopólio da empresa e disse que aumento da produção pode impulsionar retomada do crescimento

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, defendeu nesta terça-feira (11), na Câmara dos Deputados, a venda de refinarias para focar o investimento em áreas que disse ser a vocação da estatal. “O melhor da Petrobras é a exploração de petróleo em

água profundas e ultraprofundas. A Petrobras possui capital humano altamente qualificado, possuímos os melhores engenheiros e tecnologia. O mesmo não acontece em campos maduros de petróleo, em terra e em águas rasas", comparou. Segundo ele, não se trata de um "desmonte", mas de "gestão de portfólio". Ele entende que é necessário tirar ativos que não são tão rentáveis e investir naqueles que trazem maior retorno.

"A companhia pretende investir 105 bilhões de dólares ao longo dos próximos cinco anos", anunciou. "90 bilhões de dólares vão ser investidos em petróleo e gás", disse ainda.

Castello Branco considerou pouco usual a Petrobras deter 98% da capacidade de refino no Brasil e defendeu a concorrência no setor. "Eu não gosto de solidão nos mercados, eu gosto de companhia. Com mais competição, vamos ter mais valor e preços mais baixos", disse.

Como problema do monopólio, o presidente citou o recente caso de falta de gasolina de aviação no Brasil, usada em aviões agrícolas e aeronaves de pequeno porte. A única refinaria da Petrobras, em Cubatão (SP), entrou em manutenção e, ao mesmo tempo, houve um problema na importação do combustível, o que causou sua falta. "Isso não se verificaría se nós tivéssemos competição no Brasil. A Petrobras certamente não seria o único fornecedor de gasolina de aviação."

O presidente participou de audiência pública na Comissão de Minas e Energia, a pedido dos deputados Padre João (PT-MG), José Nelfo (Pode-GO), Altineu Côrtes (PL-RJ), Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), Christino Aureo (PP-RJ) e Léo Moraes (Pode-RO). Os parlamentares queriam informações sobre as diversas áreas de atuação da estatal e esclarecimentos sobre a fixação dos preços dos combustíveis no País.

Redução de receitas

Na opinião do deputado Padre João, o governo de Jair Bolsonaro planeja para a Petrobras uma estratégia submissa aos interesses financeiros internacionais, concentrando as atividades no petróleo cru. "Por que o governo insiste em negar que o

petróleo ainda é central na geopolítica mundial? Por que executa ações imediatistas para reduzir o endividamento da empresa, mas comprometendo a empresa a médio e longo prazo, reduzindo receitas e ativos?", questionou. Ele acrescentou que as grandes petrolíferas do mundo procuram diversificar suas atividades.

Castello Branco respondeu que países como Noruega e Estados Unidos se desenvolveram graças a seus recursos naturais e afirmou que ninguém que esteja endividado consegue ir muito à frente. Conforme lembrou, a dívida da Petrobras hoje é de 106 bilhões de dólares, o dobro da média do endividamento das dez maiores empresas de petróleo do mundo. "Nós pagamos por ano quase 7 bilhões de dólares de juros. Em lugar de pagar juros, poderíamos investir na instalação de um sistema para produção de 150 mil barris diários de petróleo", apostou. A produção de petróleo, disse ainda, está estagnada há dez anos em dois milhões de barris diários.

O deputado Altineu Côrtes (PL-RJ), por sua vez, questionou como ficarão os bilhões de dólares investidos em refinarias. "Não é apenas dizer vamos sair disso, vende e acabou. Há tudo o que foi prometido e falado pelo governo anterior", argumentou. Para o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), o "descontrole absoluto" prevaleceu na direção da Petrobras, e a empresa perdeu o seu valor patrimonial. Ele quis saber que providências para ressarcimento serão adotadas.

Castello Branco criticou a corrupção na estatal e disse que agora a empresa pretende ressarcir a sociedade investindo e aumentando a produção, com geração de empregos e arrecadação. "Vamos ver se a gente entrega para os cofres públicos algo superior a 200 bilhões de reais."

Preço dos combustíveis

Sobre o preço de combustíveis no Brasil, Roberto Castello Branco disse que a Petrobras vem fazendo o possível para manter os valores conforme o que é praticado internacionalmente. "Os combustíveis] são commodities globais, dependem da oferta e da demanda global. Infelizmente está fora do nosso controle. Além dos impostos,

podemos diminuir a frequência dos reajustes para não trazer incertezas para os consumidores", listou.

A empresa é responsável por 54% do preço na bomba no caso do diesel, 33% na gasolina e 38% no gás de cozinha. O preço final varia ainda conforme o ICMS cobrado em cada estado e outros tributos, entre outros fatores. "Às vezes, a Petrobras reduz o preço na refinaria, mas isso não se reflete na bomba", disse Castello Branco.

Caminhoneiros

Na audiência, Roberto Castello Branco também comentou a situação dos caminhoneiros, que reclamam, por exemplo, do preço do diesel. O presidente da Petrobras reconheceu que a situação do setor não é boa e deve-se, entre outras causas, ao aumento da frota de caminhões em 47,3% entre 2008 e 2017. No mesmo período o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 10%. "Se a frota cresceu mais que a atividade econômica, houve um desequilíbrio. Tem muito caminhão batendo lata nas estradas", disse.

No que diz respeito ao setor, Castello Branco lembrou que a Petrobras acabou com o sistema de reajuste diário do diesel, vigente até pouco tempo atrás. Agora o aumento de preços se dá com maior espaçamento, nunca menor que 15 dias. "Lançamos também o cartão do caminhoneiro. É um cartão com o qual o caminhoneiro pode ir ao posto da BR e adquirir litros de diesel, e os preços não vão mudar durante 30 dias. Se ele notar que o preço está caindo, ele pode converter os litros de volta em reais", explicou o presidente.

Reportagem – Noeli Nobre

Edição – Roberto Seabra

'Agência Câmara Notícias'

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 11/06/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: Os efeitos da Venda Direta de Etanol Hidratado nos postos, em atendimento ao Requerimento n º 54/2019, de autoria do Deputado Arnaldo Jardim.

CONVIDADOS:

- Evandro Gussi, Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA;
- Leonardo Gadotti Filho, Presidente da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência – Plural;
- Mário Luiz Pinheiro Melo, Primeiro Vice-Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes - Fecomcombustíveis;
- Abel Leitão, Vice-Presidente da Associação das Distribuidoras de Combustíveis – BRASILCOM; e
- Alexandre Lima, Presidente da Federação dos Plantadores de Cana - Feplana.

A Comissão de Minas e Energia da Câmara promoveu nesta terça-feira (11) audiência pública sobre a venda do etanol produzido nas usinas diretamente nos postos de combustíveis, sem passar pelas distribuidoras.

A venda direta está prevista em projeto de decreto legislativo ([PDL 978/2018](#)), já aprovado no Senado. A proposta susta o artigo 6º da [Resolução 43/2009](#), da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Esse artigo determina que um produtor de etanol (fornecedor) só pode comercializar o produto com outro fornecedor cadastrado na ANP, com um distribuidor autorizado pela agência ou com o mercado externo.

O objetivo do projeto, de acordo com o autor da proposta, senador Otto Alencar (PSD-BA), é aumentar a concorrência no mercado de combustíveis e, consequentemente, diminuir o preço final para o consumidor.

Na audiência pública, representantes das distribuidoras e dos produtores de etanol divergiram sobre a proposta. Para os produtores, se as usinas puderem vender diretamente para os postos, eliminando a intermediação das distribuidoras, o preço ficará mais baixo para o consumidor. As distribuidoras refutaram o argumento com a alegação de que só os postos localizados perto das usinas venderiam o produto a baixo custo.

Esta é a posição do vice-presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecomcombustíveis), Mário Luiz Pinheiro Melo. “Temos 41 mil postos no País e talvez apenas 0,2% estejam próximos às usinas. Se isso for aprovado, provavelmente o resto da cadeia passe a vender o combustível mais caro”, disse.

Ele alegou ainda que as distribuidoras fazem o estoque regulador do produto, permitindo que haja combustível mesmo na entressafra da cana-de-açúcar. “Sem as distribuidoras, o posto, na safra, pode vender barato. E na entressafra? Ele vai ficar sem combustível para vender”, explicou.

O presidente da Federação dos Plantadores de Cana (Feplana), Alexandre Lima, rebateu os argumentos e sustentou que a medida acarretaria queda nos preços. “A venda direta é uma opção, não vai acabar com a distribuição. O mercado vai regular isso. Vai ser bom para todos, para quem produz e para o consumidor final”, avaliou.

Relatório Anual - 2019

A audiência pública foi solicitada pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que se posicionou contrário à venda direta do etanol. “Minha posição é que temos um sistema de distribuição consolidado e que colocá-lo em risco, sem saber os benefícios que virão. É muito arriscado”, considerou. Jardim disse, porém, que acredita ser possível chegar a uma proposta que atenda os dois lados, sem implicar em perda de arrecadação para o Estado – já que hoje toda a cadeia é tributada: a produtora, a distribuidora e o posto de combustível.

Tramitação

Na Comissão de Minas e Energia, o projeto tem como relator o deputado Édio Lopes (PR-RR), que ainda não apresentou seu parecer. A proposta tramita em regime de prioridade e tem que ser analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de seguir para o Plenário da Câmara.

Reportagem - Lincoln Macário

Edição - Antônio Vital

'Agência Câmara Notícias'

Relatório Anual - 2019
REUNIÃO DE COMPARÉCIMENTO DE MINISTRO
EM 26/06/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: O modelo idealizado para o "Novo Mercado de Gás".

CONVIDADO: Reunião com o Ministro de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque, para discussão do modelo idealizado para o "Novo Mercado do Gás", nos termos do art. 50, § 1º, da Constituição Federal, e do art. 219, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Em debate com ministro, deputados defendem lei para regular gás natural

Ministério de Minas e Energia espera reduzir em 40% o preço do gás natural ofertado no Brasil nos próximos três anos. Valor praticado no Brasil é maior do que o da Argentina, EUA e União Europeia.

Deputados da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados defenderam nesta quarta-feira (26) que o marco regulatório do gás natural seja previsto em lei, e não em resolução do governo. A avaliação dos parlamentares foi feita durante audiência pública com o ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque.

Albuquerque compareceu à comissão para apresentar a resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que altera o desenho do mercado de gás natural, hoje dominado pela Petrobras e as companhias distribuidoras estaduais, para estimular a concorrência. Publicada nesta terça, a resolução faz parte do programa “Novo Mercado de Gás”, que visa incentivar essa matriz energética e reduzir o preço para o consumidor final, como indústria e termelétricas.

Coube ao deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) puxar o coro em defesa de uma lei regulatória. Para ele, a resolução elenca “princípios corretos” para o mercado de gás natural, mas que devem ser sacramentados em uma futura lei. “Acho que ficamos no meio do caminho. Era importante que o governo nos apresentasse uma proposta efetiva de legislação”, disse.

Segurança jurídica

O deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA) seguiu linha parecida. “Regular todo esse mercado por resolução pode não dar a segurança jurídica para quem entra”, afirmou. Ele disse também que há pontos sobre o gás natural que o governo precisa se posicionar e deu como exemplo o projeto (PL 10985/18). O texto, considerado polêmico, tramita na comissão e cria o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e Escoamento da Produção (Brasduto).

Já o deputado Leônidas Cristino (PDT-CE) disse recear que o setor de gás natural repita o que aconteceu com o ferroviário, cujo mercado foi liberalizado nos anos 1990, mas nunca se desenvolveu por falta de marco regulatório em lei. “Se não tiver o marco regulatório transparente, com a agência [reguladora] que cobre de perto, nada vai acontecer”, disse Cristino, referindo-se em especial à queda de preço projetada pelo governo.

O Ministério de Minas e Energia espera reduzir em 40% o preço do gás natural ofertado no Brasil nos próximos três anos. O valor médio praticado em 2018 (10,4 dólares por milhão de BTU, unidade de medida usada pelo setor) é superior ao de países como

Argentina (4,62 dólares), Estados Unidos (3,13) e União Europeia (6,62) para o mesmo período.

Monitoramento do mercado

O ministro Bento Albuquerque relativizou a preocupação dos deputados. Ele disse que a própria resolução prevê, em um dos seus artigos, que o ministério vai monitorar a abertura do mercado de gás, podendo propor medidas adicionais. Albuquerque afirmou ainda que o governo está aberto para elaborar uma lei junto com os parlamentares e adiantou até os temas, como regime de outorga para transporte e estocagem e independência da atividade de transporte de gás.

“Existem projetos de lei em tramitação e estamos colocando o ministério a disposição do Congresso Nacional para prestar as informações necessárias”, disse. Sobre a preocupação manifestada pelos deputados, de que a ausência de regulamentação em lei reduza o alcance do Novo Mercado de Gás, ele disse que a palavra final será do mercado. “Não vai ser lei, não vai ser resolução, não vai ser portaria que vai dizer que o preço da molécula [de gás] vai cair 30%, 40%. Quem vai dizer isso é o mercado.”

Apesar da preocupação, diversos deputados elogiaram a iniciativa do governo federal. O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) disse a resolução é um avanço e destacou a abertura do ministro para trabalhar em um projeto de lei com o Congresso. “Acho que temos um momento oportuno. Isso vai ajudar a afinar o diálogo entre o Executivo e o Legislativo”, disse.

Sávio pediu o desarquivamento de um projeto ([PL Nº 6.407/13](#)) do ex-deputado Mendes Thame (SP), que regulamenta o setor do gás. O projeto chegou a ser debatido na Comissão de Minas e Energia, mas falta de acordo impediu a votação. O deputado propôs que o texto sirva de base para a discussão do marco regulatório para o combustível, com a contribuição do governo.

Reportagem – Janary Júnior

Edição – Roberto Seabra

'Agência Câmara Notícias'

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 09/07/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: Atuação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, em atendimento ao Requerimento nº42/2019, de autoria do Deputado Silas Câmara, Leo Moraes, Christino Aureo e Arnaldo Jardim.

CONVIDADO: Décio Oddone, Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Segundo Décio Oddone, ANP e Cade podem e devem trabalhar juntos para frear abuso de poder econômico no setor

O diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, afirmou nesta terça-feira que a saída da Petrobras do mercado de refino e de gás natural não gerará monopólios privados nesses setores. Oddone foi sabatinado por deputados durante audiência pública na Câmara após o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovar, na segunda-feira, um acordo proposto pela estatal para encerrar investigações sobre condutas anticoncorrenciais no mercado de gás.

— A forma como a Petrobras vai desinvestir de seus ativos não pode criar monopólios privados. Não vejo a possibilidade de desnacionalização, vejo a possibilidade de atração de capital. A gente (ANP) tem um convênio de troca de informações com o Cade e

trabalha junto com órgão, mas abuso de poder econômico é atribuição do Cade. Notificamos quando identificamos — afirmou Oddone, durante a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

Gás: Queda no custo do gás natural pode destravar projetos de R\$ 140 bi no Rio

Ainda de acordo com Oddone, as mudanças em curso terão impacto de R\$ 1,7 trilhão em emprego, renda e investimentos até 2030 — a maior parte disso no estado do Rio de Janeiro. Segundo os cálculos da ANP, a produção de barris de petróleo também salta de 2,6 milhões por dia (hoje) para 7,5 milhões nesse cenário. A arrecadação a ser gerada pelos contratos criados com novas empresas, diz a agência, pode alcançar R\$ 5,6 trilhões até 2054.

— Hoje, são menos de R\$60 bilhões em royalties, e isso pode chegar a R\$300 bilhões em 2030, mas precisamos ter cuidado, esses recursos são finitos e os preços são voláteis. Nesse sentido, Odonne também destacou que, num cenário de transição energética para uma economia de baixo carbono em todo o mundo, em que alguns países já vislumbram, inclusive, prazo para o fim de motores a combustão em veículos, é preciso ter pressa para explorar o mercado de petróleo enquanto há demanda pelo produto:

— O petróleo está caminhando para a obsolescência. A transição energética vai levar à diminuição do consumo. E no Brasil ainda perfuramos muito pouco, é uma fração pequena em comparação aos Estados Unidos. Temos desafio de explorar enquanto reservas ainda tem valor. Se não fizermos esse aproveitamento, estamos renovando nossa opção pela pobreza.

Saiba mais: Brasil investirá R\$ 1,5 trilhão em petróleo e gás até 2027, diz ministro de Minas e Energia

Segundo Oddone, o monopólio da Petrobras privou o país de investimentos, e o declínio de campos de produção, como o da Bacia de Campos, exemplificam essa estagnação. Por lei, o monopólio da Petrobras foi quebrado em 1997 mas, na prática, a estatal controla os mercados de refino - e também o transporte e a distribuição do gás natural no país, e por isso vinha sendo investigada pelo órgão antitruste.

— Esse monopólio que durou décadas privou o país de uma série de investimentos e oportunidades. A bacia de Campos e os campos do Nordeste em declínio de produção. Não temos um mercado de gás abrangente, já que estávamos contando só com

Relatório Anual - 2019

investimento de uma só companhia. As oportunidades são maiores do que só o balanço da Petrobras — disse.

<https://oglobo.globo.com/economia/nao-havera-monopolios-privados-com-saida-da-petrobras-do-mercado-de-gas-diz-diretor-da-anp-23794396>

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 09/07/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: Extração/exploração, comércio e exportação do nióbio - PL 4.978/2013, em atendimento ao Requerimento nº 66/2019, de autoria dos Deputados Coronel Chrisóstomo e Daniel Silveira.

CONVIDADOS:

- Daniel Lima, Diretor-Substituto do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do Ministério de Minas e Energia;
- Tasso Mendonça Júnior, Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM;
- Eduardo Ribeiro, Presidente da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM;
- Dante de Matos, Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais - Code Mig;
- Flávio Ottoni Penido, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM;
- Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil - CPRM;

Comissão vai discutir denúncias sobre a exploração do nióbio em MG

Relatório Anual - 2019

A Comissão de Minas e Energia vai debater a extração, exploração, comércio e exportação do nióbio no Brasil. A audiência pública será nesta tarde e atende requerimento dos deputados Coronel Chrisóstomo (RO) e Daniel Silveira (RJ), ambos do PSL.

Os deputados querem discutir a situação da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), que nega o acesso do governo aos dados da jazida de nióbio em Araxá (MG), a maior do Brasil e do mundo. “O mineral produzido no município responde por 75% de toda a produção mundial. Há denúncias de que a CBMM não tem repassado o que deve ao governo de Minas Gerais, além de não permitir acesso aos dados do negócio e apresentar dados inconsistentes”, observam os autores do requerimento.

Da Redação - RS

'Agência Câmara Notícias'.

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 10/07/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: Mudança no modelo de cobrança do ICMS na energia elétrica no Estado do Amazonas, em atendimento ao Requerimento nº 57/2019, de autoria dos Deputados Édio Lopes e Silas Câmara.

CONVIDADOS:

- André Pepitone da Nobrega, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel;
- Tarcísio Estefano Rosa, Presidente da Amazonas Energia S.A.; e
- Orsine Oliveira, Presidente da Oliveira Energia.

Sempre atenta a seu compromisso de dialogar e dar transparência aos temas ligados ao setor elétrico brasileiro, a ANEEL participou nesta quarta-feira (10/7) de audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados destinada a debater a mudança no modelo de cobrança do ICMS no Estado do Amazonas.

O diretor-geral da ANEEL, André Pepitone, explicou aos deputados que o decreto do governo do Amazonas atribui aos geradores de energia a responsabilidade pelo

recolhimento do ICMS sobre a operação final com os consumidores, retirando da distribuidora Amazonas Energia a possibilidade de aproveitar créditos.

Essa situação, segundo Pepitone, levará a um aumento nos custos, com impacto direto na Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que terá de cobri-los. Como a CCC é paga por todos os consumidores do país, o impacto médio nacional nas tarifas será de cerca de 0,24%.

Além de Pepitone, o diretor da ANEEL Efrain Cruz também compareceu à audiência na Câmara.

O diretor-geral da ANEEL destacou para os parlamentares que a Agência vem buscando soluções para desonerar a tarifa de energia.

“Estabelecemos três frentes que precisam ser trabalhadas. É o que estamos denominando o tripé da desoneração da energia. Temos de concentrar esforços para reduzir o custo de geração. Em segundo, reduzir o custo dos subsídios e, por fim, os tributos”, disse Pepitone.

AID - [Agência Nacional de Energia Elétrica](#)

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 08/08/2019



Foto: Michel Jesus/CD

TEMA: O Sistema Tarifário de Energia Elétrica e suas implicações na socioeconomia brasileira, a prestação de serviços de distribuição, transmissão e comercialização de Energia Elétrica pela CELPA no Estado do Pará, e a busca de uma solução técnica e/ou tributária para a redução das tarifas de Energia Elétrica, em atendimento aos Requerimentos nº 1/2019, de autoria do Deputado Júnior Ferrari, e nº 18/2019, de autoria dos Deputados Airton Faleiro e Rubens Ottoni.

CONVIDADOS:

- Fabiana Cepeda, Diretora do Departamento de Gestão do Setor Elétrico do Ministério de Minas e Energia;
- Davi Antunes Lima, Superintendente de Gestão Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- Carlos Ledo, Representante do Governo do Estado do Pará;
- Prefeito Nélio Aguiar, Presidente da Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará;

- Mauro Chaves de Araújo, Gerente Institucional da Concessionária de Energia Elétrica do Estado do Pará-CELPA;
- Antonio Vagner Pimentel, Representante do Movimento Basta Celpa; e
- Raimundo Nonato Franco Antunes, Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará.

Deputados do Pará criticam preço de energia e defendem nova regulação

Segundo agência reguladora, custo elevado deve-se a ligações clandestinas, valor do ICMS e baixa densidade populacional. Deputados destacaram que estado é um dos grandes geradores de energia.

Deputados federais do Pará defenderam nesta quinta-feira (8) mudanças no modelo de tarifação da energia elétrica. Em debate na Comissão de Minas e Energia, eles questionaram o alto valor da conta de luz no estado, que possui duas das maiores usinas hidrelétricas em funcionamento no País (Tucuruí e Belo Monte).

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o preço médio da tarifa de energia elétrica residencial no Brasil é de R\$ 569 por megawatt-hora (MWh). No Pará, ultrapassa os R\$ 650/MWh. O alto valor é explicado, segundo a agência, pelo elevado nível de perdas não técnicas (ligações clandestinas), a baixa densidade de consumidores e o ICMS local que incide sobre a energia consumida, que chega a 25% em algumas classes de consumidores.

Para os deputados, uma das saídas é compartilhar o elevado grau de perdas não técnicas com o restante do Brasil, nos moldes do que ocorre com a geração termelétrica, cujo custo de açãoamento, em épocas de seca, é dividido entre todos os consumidores de energia elétrica brasileiros, independentemente de onde ocorre a falta de água.

Tratamento diferente

“Se nós pagamos a geração e a seca do Sul e Sudeste, por que o Sul e o Sudeste não pagam as nossas perdas não técnicas?, questionou o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA) durante a audiência pública promovida para discutir o sistema tarifário de energia elétrica. O deputado Airton Faleiro (PT-PA), um dos proponentes da discussão, também advogou uma saída para casos como o do Pará. “Nós somos o estado gerador,

o estado que fica com os impactos socioambientais e não temos um tratamento diferenciado”, disse.

O deputado Júnior Ferrari (PSD-PA), que também solicitou a audiência pública, disse a tarifação elevada está comprometendo o desenvolvimento paraense. “Energia cara é menos alimento na mesa do povo e também é menos desenvolvimento industrial, e menos emprego”, afirmou.

Os parlamentares defenderam a aprovação de propostas que alterem o marco legal do sistema elétrico, em negociação com o governo. Cássio Andrade (PSB-PA) deu como exemplo o projeto do deputado Edio Lopes (PL-RR) que obriga a Aneel a apresentar plano de redução para as ligações clandestinas (PL 13). Ele criticou o rateio entre os consumidores que hoje existe. “Acho uma tremenda injustiça ‘contribuinte de bem’ ter que entrar no rateio do gato”, afirmou.

Patamar

Durante a audiência pública, o prefeito de Santarém (PA), Nélio Aguiar, atual presidente da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep), disse que o patamar de tarifas de energia elétrica está inviabilizando o estado e pediu soluções. “Só o [rio] Tapajós tem seis projetos idealizados [de construção de usinas], e o que a gente recebe de compensação, por tudo isso, é ter as tarifas mais caras do Brasil”, lamentou.

O superintendente de Gestão Tarifária da Aneel, Davi Lima, disse aos deputados que mudanças regulatórias ocorridas nos últimos anos explicam boa parte do aumento da conta de luz no País e na região Norte. Desde 2012, a tarifa média paga pelo brasileiro subiu 20,4% em termos reais. Nesse ano entrou em vigor a Medida Provisória 579 (hoje Lei 12.783/13), que reestruturou o setor elétrico. “Tem muita decisão legal, muitas leis editadas que mudaram a política tarifária e imputaram custos aos consumidores”, afirmou.

Reportagem – Janary Júnior

Edição – Rachel Librelon

'Agência Câmara Notícias'.

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 13/08/2019



Foto: Reila Maria/CD

TEMA: Compra da Gaspetro pela Mitsui e o contrato de concessão com Sergipe, em atendimento ao Requerimento nº 52/2019 CME, de autoria do Deputado Laercio Oliveira.

CONVIDADO: Hiroki Toko, Diretor Presidente da Mitsui Gás.

O deputado federal Laércio Oliveira (Progressistas) realizou, na tarde da última terça-feira, dia 13, uma audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal para debater a compra da Gaspetro pela empresa japonesa Mitsui. O parlamentar avaliou que a reunião teve resultados positivos, apesar de o presidente da Mitsui, Hiroki Toko, ter sido evasivo e omitir outras respostas importantes. “Mas eu entendo que são etapas. Será o primeiro passo para prosseguimos o trabalho na Câmara dos Deputados em relação a essa aliança entre a Sergás e a Gaspetro se ela será realmente benéfica ou não para o Brasil, com reflexos em vários estados, incluindo Sergipe. O governador

Belivaldo Chagas tem a disposição de rever os acordos pactuados naquele contrato”, disse Laércio.

O parlamentar fez diversas perguntas sobre o contrato entre a Mitsui e Sergás. “Essa questão está diretamente ligada no estado de Sergipe. Preocupa a todos nós. A gente não aceita de forma alguma o que está escrito lá. Todos os deputados saberão o que está acontecendo nessa questão de óleo e gás envolvendo a Mitsui e Sergás e a Gaspetro. Os desdobramentos virão e a gente vai torcer para que isso seja conclusivo com a mudança de fato na realidade que nós queremos enxergar dentro desse segmento de óleo e gás para que tenhamos um crescimento bom para todos os brasileiros”, disse Laércio.

O presidente da Mitsui Gás, Hiroki Toko, afirmou que decisão da empresa em exercer o direito de preferência na compra da parcela de 51% da Petrobras na Gaspetro vai depender de quais empresas demonstrarem interesse no negócio. “Isso [o exercício da preferência] vai depender de quem quer comprar o restante e com quais intenções. Gostaríamos de examinar as outras ofertas, e se esses eventuais compradores seriam confiáveis para fazer parcerias, para então tomarmos uma decisão muito bem pensada”, explicou Toko.

O presidente também disse que a empresa respeitará a justiça brasileira e o Cade, caso a possível futura compra seja questionada. “Não temos interesse em fazer monopólio privado no mercado de gás. Se alguém disser que é, iremos parar”, garantiu.

Hiroki Toko defendeu a margem de distribuição de distribuidoras estaduais nas quais a Mitsui participa e atribui ao valor do gás natural ao aumento do preço total do combustível no Brasil. “A margem é determinada por contrato e há uma forma de cálculo que leva em conta os investimentos e custos operacionais. A margem também depende do volume total, então dependendo do cliente essa margem pode variar”, disse.

“Nossa intenção é construir essa conversa para saber da Mitsui quais são as propostas em relação às distribuidoras. Em alguns locais, como no meu estado de Sergipe, temos

taxas retorno de investimento de 20% que não condizem com a atualidade do Brasil, principalmente dentro da proposta do Novo Mercado de Gás Natural”, avaliou.

Atualmente, a Mitsui possui 49% da Gaspetro, subsidiária da Petrobras que detém participação em distribuidoras locais. O acordo com o Cade prevê que a estatal brasileira venda o restante das suas participações na subsidiária.

Marcelo Menezes, assessor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo de Sergipe, que acompanhou a audiência, avalia a importância da sua realização em função do momento atual que o Brasil e Sergipe vivem. “Algumas indústrias deixaram de queimar gás para queimar lenha, a exemplo da indústria de tecidos. Eles estão plantando lenha porque fica 40% mais barato, aí o volume cai. Tem algumas indústrias que não podem fazer isso. No GNV e no gás residencial eles tem concorrentes, mas o prejuízo sobra para a indústria de vidro, cerâmica, porcelanato, fertilizantes que não podem utilizar outra fonte”, explicou.

Segundo Marcelo, o estado já fez a parte dele baixando o ICMS do gás para as indústrias. “O presidente da Mitsui afirmava na audiência que defende a manutenção do contrato e que ele é ‘imexível’, mas nós precisamos tentar diminuir o preço do gás por diversas frentes. É preciso reduzir no conjunto. Quem paga a conta é o consumidor. Achei o presidente um pouco desinformado e orientado para parecer dessa forma durante a audiência”, informou.

<http://universopolitico.com.br/laercio-realiza-audiencia-para-debater-a-compra-da-gaspetro-pela-empresa-mitsui>

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 13/08/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: Desenvolvimento da energia solar fotovoltaica no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 51/2019-CME, de autoria dos Deputados Schiavinato e Charles Fernandes.

CONVIDADO: Rodrigo Lopes Sauaia, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR.

Ampliação da energia solar fotovoltaica depende de lei específica

O presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Lopes Sauaia, disse à Câmara dos Deputados nesta terça-feira (13) que o aproveitamento da radiação solar para a produção de energia elétrica no País ainda tropeça na ausência de um marco legal para o setor.

Apesar disso, segundo Sauaia, em 2018 o Brasil dobrou a capacidade de geração de energia fotovoltaica instalada, saindo de 1,2 GW para 2,4 GW. Em parte, segundo ele, isso se deve a redução dos custos de produção.

Relatório Anual - 2019

“Há 50 anos, um único watt instalado custava US\$ 76. Hoje isso custa menos de US\$ 0,30”, destacou Sauaia, que participou de audiência pública na Comissão de Minas e Energia.

A matriz fotovoltaica não utiliza água, não produz gases do efeito estufa e nem gera resíduos que causem impacto ambiental. Por esse sistema, a irradiação solar é convertida diretamente em energia elétrica.

Segundo a Absolar, o Brasil deverá encerrar 2019 com 3,023 GW de potência gerada por meio de módulos fotovoltaicos, o que representa apenas 1,2% da matriz energética nacional. A Absolar entende que a legislação nacional deve trazer mais segurança jurídica para quem consome, investe ou produz energia solar no País, além de definir metas mais ambiciosas para a geração fotovoltaica brasileira.

Sauaia defende que o Brasil defina como meta a incorporação de 30GW de energia solar fotovoltaica à sua matriz energética até 2030. “Hoje estamos prevendo apenas 13 GW até 2027.” Ele acrescentou que essa meta, associada a uma legislação eficiente, poderá gerar 300 mil empregos e atrair R\$ 30 bilhões no período.

O pequeno consumidor é quem mais investe nesse tipo de energia - residências (36%) e comércios e serviços (40%). O meio rural e indústria ainda tem uma participação pequena, cerca de 9% cada. O poder público, menos de 3%.

O debate sobre o tema foi proposto pelos deputados Schiavinato (PP-PR) e Charles Fernandes (PSD-BA). Schiavinato destacou que, ao longo dos anos, o meio rural se modernizou e a automação de alguns processos aumentou a demanda por energia elétrica. “A automação chegou no campo e a energia é fundamental. Precisamos de energia para continuarmos a produzir alimentos em grande escala”, disse.

O deputado quis saber o peso de componentes importados na geração fotovoltaica nacional. Segundo Sauaia, apesar de os mais de 40 fabricantes nacionais produzirem módulos solares, inversores e outros equipamentos com 25 anos de garantia de performance, eles enfrentam dificuldades competitivas, em parte pelo preço da matéria-prima.

“Hoje, um módulo fotovoltaico, por conta da carga tributária sobre a matéria-prima, sai com 25% ou 30% de sobrepreço. Não há fabricante que consiga superar isso”, criticou

Relatório Anual - 2019

Sauaia. Ele sugeriu que parte dos equipamentos e matérias-primas utilizadas na geração solar brasileira tenham os benefícios tributários do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (PADIS).

O Padis prevê reduções a 0% de alíquotas do Imposto de Importação, do IPI, do PIS-COFINS, e do PIS-COFINS-Importação para máquinas, equipamentos e insumos. Além disso, há incentivo do IPI e do PIS-COFINS na comercialização da produção, bem como do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da CIDE.

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Geórgia Moraes

'Agência Câmara Notícias'.

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 27/08/2019



Foto: Will Shutter/CD

TEMA: Projeto de Lei nº 6.407/2013 - Lei do Gás, em atendimento ao Requerimento nº 82/2019 de autoria do Deputado Silas Câmara.

CONVIDADOS:

- Symone Christine de Santana Araújo, Diretora do Departamento de Gás Natural do Ministério de Minas e Energia;
- Hélio Bisaggio, Superintendente de Infraestrutura e Movimentação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;

Deputados e representantes da indústria defendem livre concorrência em mercado de gás natural

Debatedores defenderam nesta terça-feira (27) a livre concorrência no mercado de gás natural. Eles pediram que, em nome da segurança jurídica, a medida seja tratada por meio de lei e não apenas por resolução. O tema foi discutido em audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

Publicada em junho, resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) alterou o desenho do mercado de gás natural – até então dominado pela Petrobras e por companhias distribuidoras estaduais – para estimular a concorrência.

Relator do projeto da nova Lei do Gás (Projeto de Lei 6407/13) na comissão, o deputado Silas Câmara (Republicanos-AM) disse que o objetivo é construir um texto que possa diminuir o preço final do produto para o consumidor. "Queremos também viabilizar a distribuição com investimentos, que é o que o Brasil precisa, gerando emprego e renda."

Morosidade

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Química, Fernando Figueiredo, afirmou que o setor está com grande ociosidade e lamentou que as mudanças no Brasil levem tanto tempo para ocorrer.

"A quebra do monopólio foi autorizada por emenda constitucional de 1995. Em 2009, o Congresso Nacional aprovou a Lei do Gás (11.909/09). E nada aconteceu durante dez anos", criticou. "Somente agora, no novo governo, a gente tem o novo mercado de gás. Em oito meses, conseguiu-se realizar com o mesmo arcabouço legal o que não se realizou em dez anos. O importante é haver vontade política para realmente destravar o mercado de óleo e gás do Brasil."

Pré-sal

Representante do Ministério de Minas e Energia na audiência, Symone Araujo sustentou que o Brasil caminha a passos largos para a expansão desse segmento. Além do gás importado da Bolívia, o pré-sal é uma alternativa importante para a expansão do mercado do gás, segundo ela.

"A expectativa é que a produção de gás natural no Brasil mais do que dobre nos próximos anos."

Além da Comissão de Minas e Energia, outras três colegiados da Câmara terão de analisar o projeto de lei que atualiza a Lei do Gás.

Reportagem – Claudio Lessa

Edição – Marcelo Oliveira

'Agência Câmara Notícias'

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 03/09/2019



Foto: Vinícius Loures/CD

TEMA: Desafios para a distribuição de Energia Elétrica, em atendimento ao Requerimento nº 46 de 2019 de autoria dos Deputados Orlando Silva e Carlos Zarattini.

CONVIDADOS:

- Aurélio Pavão, Coordenador Geral de Monitoramento dos Serviços de Distribuição, da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia;
- Leandro Caixeta Moreira, Subsecretário de Energia e Estudos Quantitativos do Ministério da Economia;
- Marcos Aurélio Madureira da Silva - Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abraceel;
- Reginaldo Medeiros, Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - Abradee; e
- Eduardo de Vasconcellos Correia Annuciato - Presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo.

Distribuição e privatização de energia no Brasil é criticada em debate na Câmara

A Comissão de Minas e Energia (CME) promoveu audiência pública nesta terça-feira (3) sobre os Desafios para a distribuição de Energia Elétrica no País. A iniciativa da atividade

é do deputado **Carlos Zarattini (PT-SP)**, e contou também com a participação do deputado **Zé Neto (PT-BA)**, além de representantes do governo federal. A tarifa, a qualidade, a distribuição de energia, a abertura de mercado, a preservação do capital brasileiro foram os assuntos debatidos pelos participantes.

Dados do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (Stieesp) mostram que de janeiro de 2016 a junho de 2018, 95,9% estatais brasileiras de distribuição de energia foram vendidas para os estrangeiros. “Não há país no mundo que se escancarou, que se abriu como o Brasil. O mercado interno está esquecido. Não há atualizações que permitem que o nosso País se proteja, assim como os EUA. Precisamos fortalecer o capital, ter soberania e uma estratégia”, recomendou Zé Neto.

Para o parlamentar, a melhoria da solução da distribuição de energia no País e os interesses do trabalhador e da produção têm que andar juntos. “Tem que trabalhar em um processo conciliatório. Os interesses dos trabalhadores não são diferentes do setor produtivo nacional. A situação do setor elétrico é a mesma do saneamento, que querem privatizar”, criticou Zé Neto.

O presidente da Stieesp, Eduardo de Annunziato, apontou diversas falhas do governo com a distribuição de energia. Um deles foi a existência de programas que não são eficazes. O sindicalista criticou a não participação dos trabalhadores do setor nas tomadas de decisões do governo.

Participaram da audiência Aurélio Pavão, coordenador-geral do Ministério de Minas e Energia; Leandro Caixeta Moreira, subsecretário de Energia e Estudos Quantitativos do Ministério da Economia; Marcos Aurélio Madureira da Silva, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee); Reginaldo Medeiros, presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceil).

Tuanny Carvalho

Site Oficial da Liderança do PT

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DE DESENVOLVIMENTO URBANO E DE MINAS E ENERGIA

EM 05/09/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: A instalação desordenada de cabos nos postes de energia elétrica, o sistema de cobrança adotado pelas distribuidoras de energia pela fixação dos cabos, a viabilidade da instalação subterrânea dos cabos em sítios turísticos e outras localidades e as propostas em curso de regulamentação da matéria, em atendimento ao Requerimento nº 35/19-CCTCI, do Deputado Félix Mendonça Júnior; ao Requerimento nº 21/19-CDU, do Deputado Gustavo Fruet; e ao Requerimento nº 49/19-CME, do Deputado Adolfo Viana, subscrito pelo Deputado Lucas Redecker.

CONVIDADOS:

- Abraão Balbino e Silva, Superintendente de Competição da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Efrain Cruz, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- João Moura, Presidente-executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp);
- Basilio Rodriguez Perez, Conselheiro da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint);

- Marco delgado, Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee);
- Ricardo Dieckmann, Diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil);
- Representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).

Instalação desordenada de cabos em poste de energia é tema de debate hoje

As comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Desenvolvimento Urbano; e de Minas e Energia discutem hoje a instalação desordenada de cabos nos postes de energia elétrica e o impacto da instalação subterrânea desses cabos.

O debate foi sugerido pelos deputados Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), Gustavo Fruet (PDT-PR), Adolfo Viana (PSDB-BA) e Lucas Redecker (PSDB-RS).

Os parlamentares ressaltam que a desordem na paisagem urbanística é a face mais visível do problema, que envolve inclusive riscos à segurança das comunidades e à circulação de pessoas e veículos. Uma das soluções aventadas seria a instalação subterrânea dos cabos de energia elétrica e telecomunicações, mas essa não seria uma opção viável.

Segundo a distribuidora de energia AES Eletropaulo, o custo de implantação dessa medida, somente na cidade de São Paulo, seria de R\$ 100 bilhões e demoraria mais de 30 anos para ser concluído.

Aluguel de postes

A instalação irregular de cabos de telecomunicações nos postes de energia elétrica causa ainda prejuízo pelo não pagamento do aluguel pelo uso dos postes. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), esse prejuízo chega a R\$ 1,25 bilhão por ano.

A remuneração pelo uso dos postes, no entanto, é controversa. Uma resolução conjunta da Aneel e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) fixou um preço de referência para o aluguel mensal dos postes. Mas, por causa dos conflitos criados em

Relatório Anual - 2019

torno da matéria, em 2018 as agências abriram consulta pública para rever a resolução.

A expectativa, porém, é que a nova norma só seja expedida em 2020.

Da Redação - ND

'Agência Câmara Notícias'.

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 10/09/2019



Foto: Clemar Côrtes

TEMA: Distribuição de Energia pela Enel Rio no Estado do Rio de Janeiro, em atendimento ao Requerimento nº 37/2019 - CME, de autoria dos Deputados Daniel Silveira e Christino Aureo.

CONVIDADOS:

- Jaqueline Godoy, Superintendente Adjunta de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- André Ruelli, Superintendente de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- Artur Tavares, Presidente da Enel Distribuição Rio;
- José Nunes de Almeida, Diretor Institucional da Enel - BRASIL; e
- Miguel Barreto, Advogado Especialista em Direito do Consumidor.

Comissão debate problemas na distribuição de energia no estado do Rio de Janeiro

A Comissão de Minas e Energia da Câmara realiza audiência pública nesta manhã para debater a distribuição de energia pela empresa Enel Brasil S.A no estado do Rio de

Janeiro. O encontro atende requerimento dos deputados Daniel Silveira (PSL-RJ) e Christino Aureo (PP-RJ).

Foram convidados para discutir o assunto o diretor Institucional da Enel, José Nunes Almeida; Marcus Floresta, responsável técnico da empresa; e o advogado Miguel Barreto.

Os autores citam o caso de uma carta de repúdio do Petrópolis Convention & Visitors Bureau, que representa centenas de empresários e que externou "repúdio frente à péssima qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica pela Enel Brasil, no tocante à duração e frequência de interrupções no fornecimento de energia".

Da Redação - RS

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 17/09/2019



Foto: Vinicius Loures/CD

TEMA: Extração Mineral na Amazônia, em atendimento ao Requerimento nº 89/2019 - CME, de autoria dos Deputados Silas Câmara e Joaquim Passarinho.

CONVIDADOS:

- Alexandre Vidigal, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia;
- Gabriel Maldonado, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia;
- Representante do Ministério de Meio Ambiente;
- Eduardo Leão, Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM;
- Antônio da Justa Feijão - Ex-Deputado Federal e Presidente da Fundação Instituto Amazônico de Migração e Meio Ambiente - Finama;
- Dirceu Santos Frederico Sobrinho - Presidente da Associação Nacional do Ouro - ANORO;

- José Altino Machado - Fundador da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil;
- Gilson Camboim, Coordenador do Conselho Consultivo da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
- Wagner Pinheiro, Presidente do Instituto do Desenvolvimento da Mineração - IDM Brasil; e
- Valmor T. Bremm, representante da Associação Brasileira de Metais Preciosos - ABRAMP.

Comissão debate mineração na Amazônia

A Comissão de Minas e Energia promove hoje audiência pública sobre extração mineral na Amazônia. O pedido para o debate é dos deputados Silas Câmara (Republicanos-AM) e Joaquim Passarinho (PSD-PA).

Silas Câmara destaca a necessidade de minérios para o desenvolvimento industrial, mas reconhece os impactos da atividade no meio ambiente. "Entendemos que é preciso melhorar as políticas públicas que possibilitem a legalização da atividade garimpeira, tão presente na Amazônia, em cooperativas que utilizam boas práticas ambientais", sugeriu.

Foram convidados para a audiência pública, entre outros:

- o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal;
- o diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), Eduardo Leão;
- o presidente da Associação Nacional do Ouro, Dirceu Santos Frederico Sobrinho;
- o fundador da União Nacional dos Garimpeiros, José Altino Machado; e
- o presidente da Fundação Instituto Amazônico de Migração e Meio Ambiente (Finama), Antônio da Justa Feijão.

Da Redação - GM

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 24/09/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: Verticalização do setor de combustíveis líquidos no Brasil, em atendimento aos Requerimentos nº 55/2019, de autoria dos Deputados Laercio Oliveira e Rubens Otoni; e nº 56/2019, de autoria do Deputado Leur Lomanto Júnior

CONVIDADOS:

- Décio Oddone, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;
- Ricardo Medeiros de Castro, Coordenador do Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE;
- Abel Leitão, Vice-Presidente Executivo da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis - BRASILCOM;
- Paulo Miranda Soares, Presidente da Federação Nacional do Comércio dos Combustíveis e Lubrificantes - FECOMBUSTÍVEIS;
- José Maria Rangel, Coordenador Geral da Federação Única dos Petroleiros - FUP;

- José Ricardo Severo, Diretor-Técnico da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil - FEPLANA e
- Francisco Soares de Souza, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC e Vice-Presidente da Federação Nacional dos Frentistas - FENEPOSPETRO.

Venda direta de combustíveis pode concentrar setor, avaliam debatedores

Governo e plantadores de cana acreditam que a chamada 'verticalização' do mercado de postos de gasolina e etanol pode baratear os produtos.

Parlamentares e participantes de audiência pública realizada nesta terça-feira (24) na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados se manifestaram contrariamente à intenção do governo de permitir a verticalização do setor de combustíveis. A proposta retira as restrições atuais para que postos de gasolina possam comprar etanol diretamente das usinas, por exemplo; ou para que refinarias e distribuidoras possam ser donas de postos.

Deputados e empresas de distribuição questionaram a proposta do governo

Hoje o combustível é produzido na refinaria ou comprado por importadores e é vendido para distribuidores que, por sua vez, vendem para os postos. O diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, explicou que a redução dos intermediários pode aumentar a competição, reduzindo preços. Segundo ele, a legislação atual já permite uma integração parcial:

"Hoje nós não temos uma verticalização no caso da distribuidora poder formalmente ser proprietária de um posto de gasolina. Mas ela pode ser proprietária do terreno, ela pode ser proprietária da bomba, da loja de conveniência... ela só não é operadora. O nosso estudo pode concluir que a distribuidora pode ser dona do posto inteiro. Ou pode dizer: olha, não pode nem ser dona do terreno, da bomba. É isso que está sendo avaliado. Nós não temos essa avaliação", disse.

Oddone disse que os estudos do governo sobre a verticalização do setor de combustíveis devem ficar prontos até o final do ano.

Mercado concentrado

O deputado Leur Lomanto Júnior (DEM-BA) questionou o diretor sobre como ficaria a situação dos 40 mil donos de postos de combustíveis:

"Se a proposição da ANP é justamente tomar essa medida da verticalização para baixar o preço do combustível; na prática pode acontecer justamente o inverso. O preço do combustível pode aumentar. 65% do mercado de combustíveis está concentrado em apenas 3 distribuidoras. Ou seja, imaginemos que combinem os preços? Então vamos ter o inverso do que a ANP busca, do que todos nós buscamos, que é a redução dos preços", observou Lomanto Júnior.

O representante da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis, Abel Leitão, disse que é contrário às mudanças porque elas devem promover a concentração do setor, prejudicando os consumidores.

Leitão afirmou que a privatização das refinarias, que está na agenda do governo, é importante. Mas disse que somar esse processo à verticalização deve criar monopólios privados regionais no setor.

Postos sem bandeira

Já o presidente da Federação Nacional do Comércio dos Combustíveis e Lubrificantes, Paulo Soares, disse que é importante que os postos sem bandeira possam continuar funcionando:

"Hoje nós temos um mercado que, em número de postos, conta com 44% de postos bandeira branca. O posto bandeira branca e a existência das distribuidoras regionais são essenciais para a manutenção de um regime de preços razoável no mercado. Porque eles se contrapõem ao poder de mercado das distribuidoras oligopolizadas e impedem o aumento exagerado de preços", disse Soares.

Redução dos custos

Relatório Anual - 2019

Consultor da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, José Ricardo Severo defendeu a venda direta de etanol para os postos e disse que isso não pode ser considerado uma verticalização. Segundo ele, o custo com o transporte do produto em São Paulo pode ser 30% menor com a mudança.

Reportagem - Sílvia Mugnatto

Edição - Roberto Seabra

'Agência Câmara Notícias'

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 01/10/2019



Foto: Pablo Valadares/CD

TEMA: Eficiência e a efetividade do sistema de bandeiras tarifárias, em atendimento ao Requerimento nº 92/2019, de autoria da Deputada Greyce Elias e do Deputado Lucas Gonzalez.

CONVIDADOS:

- Fabiana Cepeda, Diretora do Departamento de Gestão do Setor Elétrico do Ministério de Minas e Energia;
- Davi Antunes Lima, Superintendente de Gestão Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- João Raphael Lima, Procurador da República, Representante do Ministério Público Federal - MPF;
- Cláuber Barão Leite, Especialista em Energia e Sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC; e
- Danyelle Sena, Representante do Procon-PE

Governo estuda melhorias no sistema de bandeiras tarifárias de energia, diz Aneel

Projeto de decreto legislativo em tramitação na Câmara busca sustar resolução que reajustou as bandeiras neste ano

Davi Antunes Lima, da Aneel, disse que bandeiras podem mudar os valores para permitir desconto

O superintendente de Gestão Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Davi Antunes Lima, disse nesta terça-feira (1º) aos deputados da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados que o governo está estudando uma forma de tornar mais eficiente o mecanismo de bandeiras tarifárias mensais no sentido de sinalizar melhor para o consumidor a situação do sistema energético.

Uma das ideias é calibrar para cima as bandeiras vermelha e amarela para que seja possível oferecer um desconto na conta de luz com a bandeira verde.

Hoje a bandeira verde significa que o sistema está estável e o valor da conta não é modificado. Já as bandeiras amarela e vermelha trazem aumentos de R\$ 1,50 a R\$ 4,00 na conta - a cada 100 quilowatts consumidos - porque existem riscos para a geração de energia em função da seca e as usinas térmicas, mais caras, têm que ser acionadas.

Durante a audiência, o representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor Cláuber Leite sugeriu que o consumidor seja avisado mais cedo para que, talvez, a bandeira mais cara possa ser revertida.

"Porque quando vem o sinal vermelho para o consumidor, não adianta ele reduzir o consumo porque a bandeira não vai virar. A bandeira vai continuar vermelha. Ele vai ter um sinal que ele pode ter uma redução na conta se ele reduzir o consumo, mas a bandeira não vira", observou.

Custos não repassados

Davi Lima disse que, além da sinalização dos riscos, outra função do sistema de bandeiras é evitar um reajuste muito alto da tarifa básica por conta de custos não repassados anteriormente. Segundo ele, entre 2015 e 2019, o sistema de bandeiras

evitou um encargo para os consumidores de R\$ 3,7 bilhões em juros sobre custos que poderiam ter sido acumulados.

A deputada [Greyce Elias \(Avante-MG\)](#) citou estudo do Tribunal de Contas da União que tratou da necessidade de o governo tornar os dados sobre as bandeiras mais transparentes para o consumidor.

"É necessário que a gente, dentro do Poder Público, cumpra os 5 princípios da administração pública e a transparência é um deles. Nós não podemos deixar ela de lado. Porque quando a gente acaba não deixando as coisas claras e transparentes, a gente causa dúvida e a dúvida nunca é boa", observou a deputada.

Decreto

A diretora do Departamento de Gestão do Setor Elétrico do Ministério de Minas e Energia, Fabiana Cepeda, disse que será editado um decreto para tornar mais claro que o reajuste do valor das bandeiras é feito no mês de maio, quando se inicia o período seco. Tramita na Câmara projeto de decreto legislativo ([PDL 337/19](#)) que busca sustar resolução da Aneel que reajustou as bandeiras neste ano.

A justificativa do projeto diz que a bandeira amarela teve um reajuste muito superior à inflação, de 50%, passando de R\$ 1 para R\$ 1,50. Mas o governo reafirmou que os valores estão relacionados a riscos hidrológicos e não aos preços de bens e serviços. A bandeira de outubro é amarela, a terceira do ano. Desde janeiro, foram cinco verdes e duas vermelhas.

Reportagem – Sílvia Mugnatto
Edição – Roberto Seabra

'Agência Câmara Notícias'

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 08/10/2019



Foto: Vinícius Loures/CD

TEMA: Fechamento da Petrobras na Bahia e o desmonte da Petrobras no Nordeste, em atendimento ao Requerimento nº 100/2019, de autoria do Deputado Carlos Zarattini.

CONVIDADO: Roberto Castello Branco, Presidente da Petrobras.

Presidente da Petrobras nega desmonte da estatal na Bahia

Roberto Castello Branco participou de audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse nesta terça-feira (8) aos deputados da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados que a estatal vai vender ativos na Bahia como parte da estratégia nacional de concentrar esforços na exploração de petróleo, especialmente no pré-sal. Ele disse que a Bahia tem 2.980 poços que respondem apenas por 1% da produção da empresa.

Esse seria um dos motivos para a venda de um prédio em Salvador, a Torre de Pituba, que, segundo Castello Branco, tem 22 andares, mas apenas 5 estariam ocupados pela Petrobras. O prédio foi construído em parceria com o fundo de pensão Petros e a

Petrobras se comprometeu a arcar com aluguéis no valor de R\$ 850 milhões. Para o presidente da Petrobras, foi um mau negócio:

“É um monumento ao desperdício. A construção desse prédio já foi alvo de investigações e até de prisões. É um verdadeiro templo da corrupção.”

Já o deputado [Carlos Zarattini \(PT-SP\)](#) disse que a Petrobras vem sendo vendida aos poucos e que isso tem gerado desemprego e perda de soberania. “A gente vê que essa redução de investimentos provocou desde 2016 até hoje a perda de 2,5 milhões de empregos no Brasil. A Bahia foi informada que 2.500 terceirizados da Petrobras serão demitidos até o final do ano. E 1.500 funcionários efetivos que trabalham na sede, a Torre Pituba, serão transferidos para outros estados.”

Roberto Castello Branco disse, entretanto, que não há intenção de privatizar a Petrobras. Segundo ele, há o objetivo de vender 8 refinarias e 183 poços situados em terra e em águas rasas, além de fechar escritórios no exterior. Em julho, foi vendido o controle da BR Distribuidora.

Maus investimentos

O presidente da Petrobras criticou ainda os investimentos feitos pelos governos do PT, citando a refinaria Abreu e Lima em Pernambuco. “Claramente se jogou dinheiro fora, a refinaria mais cara do mundo. Refinaria Premium 1, refinaria Premium 2. (...) Só a terraplanagem custou U\$ 1 bilhão em cada uma dessas iniciativas.”

A deputada [Lídice da Mata \(PSB-BA\)](#) disse que os governos anteriores investiram na exploração do pré-sal, elevando o valor da Petrobras de R\$ 54 bilhões em 2002 para R\$ 210 bilhões em 2016.

Castello Branco lembrou que a empresa tem uma dívida de US\$ 101 bilhões, o que é três vezes o faturamento anual. O foco da empresa em setores prioritários, segundo ele, pode aumentar o lucro e aproximar a estatal novamente da melhor classificação de risco, o grau de investimento.

Ele também causou reação de deputados da oposição ao dizer que considera a mineração uma vocação natural da Amazônia.

Relatório Anual - 2019

Em defesa da atual gestão da companhia, o deputado [Coronel Armando \(PSL-SC\)](#) disse que o governo não tem condições fiscais de fazer os investimentos necessários no setor de petróleo e que os trabalhadores da Petrobras eventualmente desligados da empresa devem buscar o empreendedorismo para se recolocar no mercado.

Reportagem - Sílvia Mugnatto

Edição - Geórgia Moraes

'Agência Câmara Notícias'

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 15/10/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: Debater problemas e soluções do Setor Minerário brasileiro, em atendimento ao Requerimento nº 73/2019, de autoria do Deputado Ricardo Izar.

CONVIDADOS:

- Lilia Mascarenhas Sant'Agostino, Secretária Adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministro de Minas e Energia - MME;
- Tasso Mendonça Junior, Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM;
- Wagner Pinheiro, Presidente do Instituto do Desenvolvimento da Mineração - IDM Brasil;
- Luciane de Souza, Diretora da Empresa Tratar Brasil;
- Suélen Geremia, Representante do Sindicato da Indústria e Extração de Areia do Estado de Santa Catarina - SIEASC;
- Dayanne Farias, Vice-Presidente da Associação dos Mineradores do Rio Tibagi - AMATI;
- Elton da Luz Rohnelt, Ex-Deputado Federal.

Comissão debate problemas e soluções do setor de mineração

Comissão de Minas e Energia promove hoje uma audiência pública para debater problemas e soluções do setor mineralício brasileiro.

Foram convidados:

- a secretária adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Lilia Mascarenhas Sant'Agostino;
- o diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), Tasso Mendonça Junior;
- o presidente do Instituto do Desenvolvimento da Mineração, Wagner Pinheiro;
- a diretora da empresa Tratar Brasil, Luciane de Souza;
- a representante do Sindicato da Indústria e Extração de Areia do Estado de Santa Catarina Suelen Geremia;
- a vice-presidente da Associação dos Mineradores do Rio Tibagi, Dayanne Farias;
- e
- o ex-deputado federal Elton da Luz Rohnelt.

O deputado Ricardo Izar (PP-SP), que solicitou o debate, critica o excesso de burocracia no trâmite de processos e afirma que os mineradores precisam enfrentar "inúmeras irregularidades" para produzir. "Vale ressaltar que hoje a cada mil processos protocolados na ANM apenas um se tornará empreendimento mineralício", afirma.

A audiência pública será realizada às 16 horas, no plenário 03.

'Agência Câmara Notícias'

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 22/10/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: Derramamento de Petróleo cru no litoral do Nordeste brasileiro, em atendimento ao Requerimento nº 102/2019, de autoria dos Deputados Pedro Lupion e Cássio Andrade.

CONVIDADOS:

- Eduardo Fortunato Bim, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA, e Representante do Ministério do Meio Ambiente - MMA;
- Contra-Almirante Alexandre Rabello de Faria, da Marinha do Brasil;
- Raphael Moura, Superintendente de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM), da Agência Nacional do Petróleo - ANP;
- Margareth Michels Bilhalva - Consultora da Petrobras.

Ibama diz que não sabe quanto óleo ainda falta chegar às praias

Mancha navega de maneira errática, indo e voltando, e não é possível saber se o processo está no fim ou não; já foram recolhidas 900t de óleo

Relatório Anual - 2019

O presidente do Ibama, Eduardo Fortunato Bim, disse aos parlamentares da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados que o governo está atuando desde o dia 2 de setembro na investigação e no recolhimento da mancha de óleo que atinge as praias nordestinas. Ele explicou que a mancha navega de maneira errática, indo e voltando, e não é possível saber se o processo está no fim ou não.

"Identificar a origem dessa fonte de óleo é fundamental para o trabalho de emergência, porque a gente não sabe se está numa ascendente ou numa descendente no aparecimento do óleo", informou.

Eduardo Bim disse ainda que manifestações e previsões sobre o assunto não estão fundadas em bases técnicas, devido ao desconhecimento sobre a origem do óleo. "Não temos a volumetria desse óleo. Está muito errático, não tem modelo para isso. É uma situação inédita. "Segundo o presidente do Ibama, já foram recolhidas 900 toneladas de óleo. A força-tarefa do governo envolve também a Marinha, a Petrobras e a Força Aérea.

Comissão de Minas e Energia ouviu autoridades responsáveis pela força tarefa para limpeza das praias

Reforço militar

Nesta segunda-feira (21), o presidente da República em exercício, Hamilton Mourão, disse que 5 mil militares do Exército vão reforçar as ações de limpeza nas praias nordestinas.

No momento, de acordo com o presidente do Ibama, a resposta é monitorar a costa com aviões e drones e recolher rapidamente o óleo quando ele aparece. Ele ressaltou que as pessoas não devem manipular o óleo sem proteção, porque o produto é nocivo.

Eduardo Bim disse ainda que a navegação da mancha abaixo da superfície da água dificulta o uso de barreiras de contenção, porque o óleo, por ser pesado, mais parecido com um piche, passa por baixo delas.

Alexandre de Faria, contra-almirante da Marinha do Brasil, esclareceu que, por não ser visível em alto mar, o óleo não pode ser recolhido por navios antes de chegar às praias.

"Importante dizer que esse óleo não se dissemina na superfície e isso dificulta e mesmo impede a detecção por imagem de satélite e por esclarecimento aéreo", afirmou.

Faria disse também que as manchas aparecem muito próximas à costa, onde é difícil e até perigoso para os navios atuarem. "Ainda assim, alguns navios da Marinha e da Petrobras conseguiram fazer recolhimento no mar, próximo à costa, antes que ela tocasse a praia."

Pedro Lupion busca solução para pescadores prejudicados com a poluição da água

Óleo estrangeiro

O contra-almirante ressaltou mais uma vez que o óleo não é produzido no Brasil e que as hipóteses são de acidente numa transferência entre navios, naufrágio, derramamento acidental e derramamento intencional. Ele contou que, no momento, as equipes estão atuando mais em Sergipe e em Pernambuco e que não é possível saber se a mancha ainda vai descer pelo litoral mais ao sul.

Margareth Bilhalva, da Petrobras, disse que a empresa já mobilizou 2.500 pessoas no trabalho de recolhimento e estudo do óleo. Ela explicou que foi feito um trabalho específico para preservação do peixe-boi em Alagoas. Eduardo Bim, do Ibama, complementou que o arquipélago de Abrolhos não foi atingido.

Alexandre de Faria, da Marinha, disse que barris da Shell encontrados em Sergipe tinham traços da mancha, mas isso pode ser pelo contato com ela e não por estarem diretamente relacionados com o caso. Ele explicou que as investigações estão sendo feitas em parceria com outros governos, porque a origem do problema deve ser em águas internacionais.

Raphael Moura, da Agência Nacional de Petróleo, disse que o grande volume de óleo indica que o evento que causou o desastre ambiental deve estar fora de parâmetros regulatórios.

Relatório Anual - 2019

Um dos autores do pedido para a realização da audiência sobre a contaminação de praias nordestinas por óleo vindo pelo oceano, o deputado Pedro Lupion (DEM-PR) criticou as organizações ambientalistas, que, segundo ele, deveriam estar ajudando mais neste momento de crise. Ele informou que está em contato com o governo para verificar o que pode ser feito pelos pescadores prejudicados com a poluição da água.

Reportagem - Silvia Mugnatto

Edição - Geórgia Moraes

'Agência Câmara Notícias'

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 29/10/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: Ata Bilateral firmada entre Brasil e Paraguai sobre a Usina de Itaipu.

CONVIDADO: Joaquim Silva e Luna, Diretor-Geral da Itaipu Binacional, em atendimento aos Requerimentos nº 86/2019, de autoria dos Deputados Carlos Zarattini e Rubens Ottoni, e nº 87/ 2019, de autoria do Deputado Elias Vaz.

Diretor de Itaipu afirma que ainda não há acordo com o Paraguai para compra de energia da usina

País vizinho aumentou o seu consumo em 41,4% nos últimos quatro anos, enquanto os pagamentos aumentaram apenas 6,7%. Reajuste ainda está em negociação.

Audiência pública da Comissão de Minas e Energia sobre ata bilateral entre Brasil e Paraguai sobre a usina da Itaipu

O diretor da Itaipu Binacional, general Joaquim Silva e Luna, disse aos deputados da Comissão de Minas e Energia que o novo acordo com o Paraguai sobre a compra de energia da usina – que foi assinado em maio e anulado em agosto – se baseou no fato

de que o país vizinho aumentou o seu consumo em 41,4% nos últimos quatro anos, enquanto os pagamentos aumentaram apenas 6,7%.

A ata anulada corrigia esses pagamentos em 61%, mas foi motivo de protestos no Paraguai e quase provocou a queda do presidente Mario Abdo Benítez. O governo brasileiro acabou concordando com a anulação pedida pelo Paraguai e, segundo o general Silva e Luna, a Eletrobrás e a paraguaia. Ande estão em negociação para fechar uma nova ata antes do final do ano.

O diretor de Itaipu explicou que esse acordo vem sendo renovado todo ano porque os dois países têm que dizer anualmente quanto vão contratar de energia. Em geral o Brasil consome 85% da produção, mas sempre há uma parcela que é negociada ao longo do ano.

Denúncias

Mas, além da discordância atual sobre o novo acordo; a imprensa noticiou, e isso foi relatado pelo deputado [Carlos Zarattini \(PT-SP\)](#); que o suplente de senador pelo PSL, Alexandre Giordano, teria participado de reuniões com a Ande como representante de uma empresa brasileira de energia, a Léros. Ele estaria interessado em mudar uma parte do acordo que permitiria que a estatal paraguaia vendesse energia diretamente no mercado brasileiro, o que é proibido hoje pelo texto do tratado constitutivo da usina.

O diretor da Itaipu Binacional, general Joaquim Silva e Luna

O deputado [Rubens Otoni \(PT-GO\)](#) considerou as denúncias graves. "E não é uma denúncia qualquer. Levou a várias consequências no país vizinho. Levou à queda de ministro, levou a afastamentos de várias autoridades do governo e inclusive colocando sob risco de impeachment o próprio presidente".

O general Silva e Luna lembrou que Itaipu não negocia o acordo e sim a Eletrobrás, mas afirmou que as pessoas citadas nas reportagens não estiveram na usina. Ele também disse que a venda direta de energia pela Ande nunca fez parte da negociação.

Relatório Anual - 2019

O diretor de Itaipu cogitou ter havido alguma negociação paralela, mas com vistas à revisão do tratado em 2023. "Isso pode ter sido tratado lá com a Ande? Pode ter sido, mas não entramos nesse detalhe. Nunca foi tratada em nenhuma reunião das altas partes a permissão de negociação da Ande com outra empresa no Brasil. Não é possível, o tratado não permite isso", reforçou.

Em 2023, será quitada a dívida formada para a construção da usina, em 1973. Nessa época, também será revisto o tratado entre os dois países. Brasil e Paraguai terão à disposição, então, pouco mais de US\$ 2 bilhões para investimentos na empresa ou para reduzir tarifas.

Reportagem - Sílvia Mugnatto

Edição - Geórgia Moraes

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 30/10/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: Produção de energia solar fotovoltaica e geração distribuída, em atendimento aos Requerimentos nº 110/2019 CME, de autoria dos Deputados Franco Cartafina, Arnaldo Jardim e Fábio Ramalho, e nº 111/2019 CME, de autoria dos Deputados Elias Vaz, Fábio Ramalho, Rubens Otoni, Padre João e Felício Laterça.

CONVIDADOS:

- Antonio Celso de Abreu Junior, Diretor do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; Rodrigo Limp, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica;
- Rodrigo Sauaia, Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - Absolar; e
- Marco Antonio de Paiva Delgado, Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE.

PRODUÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA E GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

Diretor do SENGE Luiz Schreiner participou na quarta-feira (30) da audiência pública da Comissão de Minas e Energia que debateu a produção de energia solar fotovoltaica e geração distribuída e a Resolução 482 da ANEEL.

A proposta da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que reduz os subsídios da microgeração fotovoltaica foi tema de debate na Comissão de Minas e Energia na Câmara dos Deputados durante uma audiência pública realizada nessa quarta-feira (30). O SENGE esteve representado no evento pelo diretor Luiz Schreiner.

A proposta de revisão da Resolução Normativa 482 apresentada pela ANEEL acarreta em redução de subsídios para consumidores que geram a própria energia elétrica em suas casas, geralmente com painéis solares. O tema foi colocado para discussão da sociedade em consulta pública lançada pela própria Agência e que recebe contribuições até o próximo 30 de novembro.

De acordo com o diretor do SENGE, a medida poderá significar um retrocesso no processo de ampliação da participação das energias renováveis na matriz energética brasileira. “Em países onde essa fonte energética está mais desenvolvida, somente quando a participação da Geração Distribuída ultrapassa os 5% é que são criadas tarifas de uso do sistema de distribuição, e num percentual médio de 10%, muito inferior aos 60% que pretendem aplicar no Brasil”, explica Schreiner.

A razão para que isto ocorra é técnica, explica, pois até o percentual de 5% a geração traz benefícios ao Sistema de Distribuição. Uma vez que a energia é gerada nos telhados de casas e utilizada localmente, isso acaba descarregando as linhas, diminuindo as perdas e melhorando, assim, o desempenho do sistema, o que poderia suscitar uma recompensa tarifária aos produtores.

Schreiner lembra ainda que a agência reguladora foi criada para regular as relações entre consumidores e concessionárias, com foco na modicidade tarifária e na universalização do acesso à energia elétrica. No entanto, “agora parece se voltar contra os consumidores residenciais que querem gerar a sua própria energia, propondo a redução dos incentivos concedidos a eles, para beneficiar as concessionárias, e

prejudicar o meio ambiente com a redução da geração de energia limpa, renovável e inesgotável como a solar”.

Após a realização da Audiência, a Agência Câmara de Notícias destacava a manifestação do relator do novo Código Brasileiro de Energia Elétrica, deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), que chegou a declarar que “taxar a geração de energia solar, como propõe a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), pode destruir o setor, que é emergente na economia nacional. Foram as isenções tributárias, segundo ele, que favoreceram o aumento da produção de energia solar fotovoltaica de pequenos geradores, e a ideia de taxar o setor pode frear esse crescimento.

<https://www.sengers.org.br/site/noticias/4803/producao-de-energia-solar-fotovoltaica-e-geracao-distribuida-sao-tema-de-audiencia-publica-na-camara>

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 05/11/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: Causas e Soluções para as Perdas Globais de Energia, em atendimento ao Requerimento nº 62/2019, de autoria dos Deputados Edio Lopes, Silas Câmara, Coronel Chrisóstomo e Charles Fernandes.

CONVIDADO: André Gomes da Silva, Diretor de Assuntos Regulatórios da Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL.

Comissão debaterá causas e soluções para as perdas globais de energia

A Comissão de Minas e Energia promove audiência pública hoje para discutir causas e soluções para as perdas globais de energia.

"As perdas na transmissão e distribuição representam um grande impacto nas tarifas cobradas dos consumidores de energia", ressalta o deputado Edio Lopes (PR-RR), que propôs o debate.

O tema será discutido com o diretor de Assuntos Regulatórios da Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL Piratininga), André Gomes da Silva. Segundo Edio Lopes, a CPFL

Relatório Anual - 2019

Piratininga tem perdas do sistema global de cerca de 7,3%, resultado muito próximo aos de companhias que operam na comunidade europeia, americana e asiática.

"Gostaríamos que nesta audiência pública o seu representante nos explanasse os métodos adotados para alcançar resultados tão significativos, uma vez que outras distribuidoras que operam em nosso território têm perdas que chegam a 40% do total. É importante frisar que quanto menor a "perda global", mais baixo e justo será o preço final da energia para o consumidor", disse o deputado.

'Agência Câmara Notícias'

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 12/11/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: Situação da Exploração Mineral no âmbito do Projeto Rio Verde/PA, em atendimento ao Requerimento nº 71/2019, de autoria do Deputado Joaquim Passarinho.

CONVIDADOS:

- Ricardo Eudes Ribeiro Parahuba, Assessor da Agência Nacional de Mineração - ANM;
- Isan Anijar, Diretor Comercial da Empresa industrial BRILASA S.A ;
- Otávio Augusto da Silva Monteiro, Representante da Empresa AVB MINERAÇÃO e OZ MINERALS; e
- Samantha Monteiro de Carvalho Bittencourt, Representante da Empresa AVB MINERAÇÃO e OZ MINERALS

Justiça suspende exploração mineral do projeto Rio Verde no Pará

A justiça do Pará determinou a suspensão da exploração e beneficiamento do cobre da mina Antas Norte, que integra o projeto Rio Verde, localizado no município de Curionópolis, no sudeste paraense e que pertence à empresa AVB Mineração Ltda.

Relatório Anual - 2019

O juiz da 14ª Vara Cível e Empresarial de Belém, Amilcar Guimarães, também determinou que os outros alvos do projeto mineral sejam suspensos e que a mineradora forneça à justiça os dados de processamento, ensaio e cubagem realizados em todo o projeto Rio Verde, além dos relatórios anuais de lavra, em prazo de 30 dias, sob pena da empresa ser multada em R\$ 300 mil, se descumprir a decisão.

Em 2005, a empresa paraense Brilasa S.A, do Grupo Marmobraz, detentora da cessão de uso da mina Antas Norte e projeto Rio Verde, repassou à AVB Mineração o direito de exploração do minério.

Anteriormente, ainda nos anos 1990, a Brilasa requereu autorização de pesquisa ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), através do processo administrativo nº 853.714/93 (Projeto Rio Verde), que abrange uma área de 9,3 mil hectares, localizada na província mineral de Carajás, abrangendo parte dos municípios de Curionópolis, Canaã dos Carajás e Parauapebas, no sudeste paraense.

Em 2018, a AVB foi adquirida pela gigante australiana Oz Minerals, que passou a ser sua controladora. Porém, o acordo financeiro com a Brilasa segundo sua diretoria, foi descumprido, pois o pagamento referente os outros alvos do projeto – minas de cobre, ouro e prata -, não foram cumpridos.

Na terça-feira, 12, A Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal realizou audiência pública para ouvir as duas empresas em litígio judicial e também a Agência Nacional de Mineração (ANM).

A audiência pública foi solicitada pelo deputado federal Joaquim Passarinho (PSD-PA) com a finalidade de debater: a Situação da Exploração Mineral no âmbito do Projeto Rio Verde/PA. Além do diretor comercial da Brilasa, Isan Anijar, compareceram à audiência o representante da ANM e da mineradora AVB/OzMineral, Samantha Monteiro.

RomaNews

Jornal Portal

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 26/11/2019



Foto: Cleia Viana/CD

TEMA: Energia renovável descentralizada para acabar com a exclusão elétrica, em atendimento ao Requerimento nº 106/2019, de autoria dos Deputados Airton Faleiro e Rubens Otoni.

CONVIDADOS:

- Paulo Gonçalves Cerqueira, Coordenador-Geral de Desenvolvimento de Políticas Sociais do Ministério de Minas e Energia;
- José Gabino Matias dos Santos, Representante da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE;
- Pedro Bara, Consultor da Área de Energia do Instituto de Energia e Meio Ambiente - IEMA; Alessandra Mathyas, Analista de Conservação de Clima e Energia da WWF-Brasil;
- Atanagildo de Deus Matos, Coordenador do Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS, no Estado do Pará; e

- Aurélio Souza, Diretor-Presidente da Usinazul Energia Sustentável e Serviços Ambientais - SP.

Câmara Federal debate energia renovável e combate à exclusão elétrica

“Precisamos aperfeiçoar o sistema de incentivo à energia solar”, critica deputado goiano sobre proposta da Aneel de alteração das regras de compensação.

A pedido do deputado goiano **Rubens Otoni** (PT), a **Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal** realiza, nesta terça-feira (26), uma audiência pública para tratar do tema “Energia renovável descentralizada para acabar com a exclusão elétrica”. A discussão chega no momento em que a **Agência Nacional de Energia Elétrica** (Aneel) quer alterar as regras de compensação da energia gerada pela mini e pela microgeração distribuída, como é o caso da **energia solar**, e taxar a modalidade.

Para Otoni, a proposta da **Aneel** não atende a necessidade do estágio brasileiro. “Precisamos aperfeiçoar o sistema de incentivo à energia solar. Ele tem ainda muito espaço para crescer.”

Na audiência, estão previstas apresentações de resultados de **dois estudos** realizados pela **sociedade civil**. Em deles serão evidenciados indicadores que comprovam como a energia solar descentralizada pode ser a melhor opção para zerar o déficit energético brasileiro.

Resolução da Aneel

Em outubro deste ano, a Aneel abriu uma **consulta pública** para rever as regras da “geração distribuída” (GD), que fazem parte da **Resolução 482**. Esta foi editada pela agência em 2012 e revista em 2015.

Segundo a GD, é permitido aos consumidores **gerarem a própria energia elétrica** em suas residências, empresas ou propriedades rurais. Desta forma, por meio de placas solares é possível negociar a energia excedente com o sistema elétrico – e, assim, utilizar o crédito para receber de outras fontes para abastecimento noturno, ou até para abatimentos.

Além disso, a **Resolução 482** prevê incentivos por meio de subsídios para aqueles que gerem energia por conta própria. A justificativa da agência seria que o **crescimento da GD** transfere os custos do sistema elétrico para os outros consumidores.

Para a Agência Senado, **Rodrigo Limp**, diretor da Aneel, disse que o crescimento do uso de energia solar pode gerar aumentos na conta de luz. E, ainda, que a ideia é reduzir de forma gradual os subsídios. “Em 2015, a gente já identificava que esse modelo de compensação não é sustentável em longo prazo.”

Outra preocupação

Ainda na audiência pública, será mostrado um estudo sobre quem são e onde exatamente estão os **excluídos elétricos** no Norte do país. Outra preocupação de Rubens Otoni é em relação a **privatização da Eletrobras**. “Dificultará mais ainda a universalização do serviço elétrico”, prevê.

Questionado sobre como ficam os locais de baixa densidade demográfica, o petista é pessimista. Para ele, “com a privatização, o serviço só chegará onde garantir lucro”.

A **privatização** da Eletrobras pode ocorrer no segundo semestre do próximo ano. Inclusive, o dinheiro já está previsto no Orçamento de 2020. O valor seria de R\$ 16,2 bilhões. Mas segundo o ministro de Minas e Energia, **Bento Albuquerque**, em entrevista à Revista Exame, é impossível dizer qual será o número exato. E uma fonte da agência Reuters teria dito que o governo calibrou mal o Orçamento de 2020 e que o valor da Eletrobras foi superestimado em 25%.

O projeto de lei que autoriza a privatização da Eletrobras foi assinado em novembro pelo presidente **Bolsonaro** (Sem partido) e precisa ser aprovado no Congresso. O governo já iniciou, na última semana, conversas sobre o tema com o Senado Federal.

Francisco Costa

Do Mais Goiás

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 10/12/2019



Foto

TEMA: Políticas Públicas para incentivar a adoção de energias renováveis, em atendimento ao Requerimento nº 118/2019, de autoria dos Deputados Sérgio Vidigal e Cássio Andrade.

CONVIDADOS:

- Christiano Vieira da Silva, Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- Cláudio Roberto Saade, Diretor de Regulação de Gás Natural e Energia da Agência Reguladora de Serviços Públicos - ARSP, representante do Governo do Estado do Espírito Santo;
- Álvaro Rojo Santamaria Filho, Gerente Executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil;
- Guilherme Oliveira Arantes, Gerente do Departamento de Energia Elétrica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;
- Glademir Aroldi, Presidente da Confederação Nacional de Municípios - CNM;
- Stephanie Betz, Analista do Departamento Técnico Regulatório da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSolar;

- Yuri Schmitke Almeida Belchior Tisi, Presidente da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos – ABREN; e
- Laís Naoko Higashi, Presidente da ONG Litro de Luz Brasil.

Em audiência com Aneel, Vidigal diz ser contra taxação de energia solar

Em audiência pública realizada nesta terça-feira (10), o deputado federal Sérgio Vidigal (PDT-ES) disse ser contrário à taxação do sistema de geração própria de energia em até 60%, que está sendo proposta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

“O Congresso Nacional está unido para defesa do consumidor nesse momento”, comentou Sérgio Vidigal, defendendo reavaliação da proposta.

Vidigal realizou, nesta terça-feira (10), na Comissão de Minas e Energia (CME), audiência pública que tratou de políticas para incentivar a adoção de energias renováveis.

Entre os convidados para a audiência, a representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Stephanie Betz, explanou sobre as propostas de alteração na resolução 482/2019, da Aneel, para entrar em vigor já em 2020.

Stephanie Betz que desde 2018 vem sendo discutida a metodologia de avaliação de custos e benefícios da geração distribuída, “que teve amplo debate, ampla contribuição da sociedade, foram quase 360 contribuições dos mais diversos setores na primeira fase de audiência pública”.

E completou: “Ficamos um tanto perplexos com a abertura dessa última fase de audiência de consulta pública com um texto que apontou uma alternativa de redução do valor em 62% do quilowatt-hora, que é compensado, quando na primeira fase você tinha um apontamento de alternativas mais aderentes, possivelmente mais justas”.

A analista disse ainda que a mudança proposta pela Aneel resulta em mudança “brusca” de mercados. Segundo números calculados pela agência, para geração local, ela retarda em 12 anos o retorno do investimento que temos hoje. E, para geração remota, que é a geração quando não se tem telhado, capital inicial, que é capaz de democratizar o acesso para 84 milhões de consumidores, essa proposta se “inviabiliza”, pois a empresa pública coloca que o retorno vai para mais de 25 anos.

Na sua opinião, vai criar uma “ruptura muito grande e seria implementado de imediato”.

Exemplo de êxito

O deputado comentou uma das motivações da audiência foi a importante decisão do Governo do Estado do Espírito Santo a implementação de equipamentos de energia solar fotovoltaica nos novos prédios públicos construídos ou conveniados com municípios.

“Temos nos preocupado muito com o fator do custeio setor público e a energia elétrica é um insumo que pesa muito no custeio do setor público. No momento de crise, de pouco recurso e também o governo do Estado tomou uma outra decisão para renovar a sua frota do transporte coletivo é o ônibus de gás e também de eletricidade”, disse o depura, que é presidente da Frente Parlamentar Mista de Incentivo à Geração de Energias Renováveis.

Convidados

Quem também participou da audiência foi o diretor de Regulação de Gás Natural e Energia da Agência Reguladora de Serviços Públicos (ARSP), Cláudio Roberto Saade, representando o Governo do Estado do Espírito Santo.

Ainda estiveram presentes o superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Christiano Vieira da Silva; o gerente executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil, Álvaro Rojo Santamaria Filho; o gerente do Departamento de Energia Elétrica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guilherme Oliveira Arantes; a analista do Departamento Técnico Regulatório da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Stephanie Betz; o Presidente da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (ABREN), Yuri Schmitke Almeida Belchior Tisi; e a presidente da Organização Não-Governamental Litro de Luz Brasil, Laís Naoko Higashi.

ARSP

Cláudio Roberto Saade explanou sobre as ações do Governo do Estado do Espírito Santo, no que diz respeito às motivações para a lei de energia solar em prédios públicos.

O executivo explicou que, desde 2013, o Estado apresenta histórico de ações em energia distribuída e energias renováveis. Na época, foram lançadas duas publicações o

Relatório Anual - 2019

Proenergia o Atlas da Bioenergia. Em 2016, houve o estudo da adesão convênio do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) e isenção de ICMS para energia solar ([micro ou minigeração](#)), sendo assinado em 2018.

Em 2019, o governo reuniu com a ARSP para propor políticas públicas para incentivar o uso das energias renováveis. Além disso, está sendo incentivada a troca de frota do Governo Estadual para carro a gás.

Aneel

Christiano Vieira da Silva comentou sobre os desafios da Aneel no que diz respeito à produção desse tipo de energia no Brasil, além do que já foi feito por parte do governo federal em algumas localidades que servem como piloto para implantação em todo o país.

E lembrou que a redução de custos das fontes renováveis deve ser acompanhada da redução de subsídios.

Banco do Brasil

Álvaro Rojo Santamaria Filho destacou a atuação do Banco do Brasil no sentido de financiamento das energias renováveis, tanto para produtores rurais, como para empresas.

“Creio que o Banco do Brasil deva ser independente da tradição de financiar o agro, o grande financiador dos produtores rurais na questão da energia renovável. Ainda assim, nós temos uma carteira para financiamento de empresas bastante significativa. Neste ano, o financiamento de energias renováveis para empresas, a indústria e comércio, a gente deve chegar a R\$ 300 milhões desembolsados para financiar a substituição da energia tradicional por um equipamento de energia renovável”, disse.

BNDES

Outro incentivador para financiamento de equipamentos no setor é o BNDES. Segundo Guilherme Oliveira Arantes, o futuro das fontes renováveis de energia passa pelo mercado livre, passa por projetos híbridos, por sistemas de armazenamento de energia, a eficiência energética, geração distribuída e aproveitamento de resíduos.

Relatório Anual - 2019

Reiterou que as partir de dessas perspectivas, o banco mantém “o compromisso com as energias renováveis, com os objetivos do desenvolvimento sustentável”.

Absolar

Stephanie Betz mostrou como a energia solar impacta positivamente na vida dos cidadãos. Durante a audiência, foi exibido um vídeo no qual mostra alguns projetos com o novo papel exemplifica o novo papel do consumidor.

A analista falou ainda sobre a necessidade de um marco regulatório para o setor, mantendo a segurança jurídica e regulatória da geração distribuída solar fotovoltaica.

Abren

Criada em 2019, a Abren tem o objetivo de informar, subsidiar e auxiliar os tomadores de decisão no Brasil sobre a gestão sustentada de resíduos, conforme foi destacado por Yuri Schmitke Almeida Belchior Tisi.

Litros de Luz

Laís Naoko Higashi comemorou o fato de ter sido explanado sobre a expansão das energias renováveis para a população de baixa renda e da democratização desse acesso.

“O que a gente puder fazer para ajudar nesse processo com a experiência que a gente tem de implementação e de trazer o tema de energias renováveis para a população de baixa renda”, comentou.

Assessoria

Relatório Anual - 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA
EM 18/12/2019



TEMA: Pequenas Centrais Hidrelétricas e fontes de energia eólica e solar, em atendimento ao Requerimento nº 115/2019, de autoria do Deputado Eduardo Bismarck.

CONVIDADOS:

- Sandro Yamamoto, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica;
- Sevan Naves, Representante da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas - ABRAPCH; e
- Guilherme Susteras, Coordenador do Grupo de Trabalho de Geração Distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR.

Representantes de energia renovável veem potencial para crescimento do setor no País

Representantes do setor de energia renovável trouxeram à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (18), suas demandas para que a matriz continue crescendo no País. A ideia é que a Subcomissão de Fontes Renováveis de Energia e Biocombustíveis discuta, no próximo ano, formas de investimento e incentivo

às energias solar e eólica e àquela produzida pelas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Os participantes acreditam que é preciso mais investimento no setor

O assunto foi discutido em audiência pública, a pedido do deputado [Eduardo Bismarck \(PDT-CE\)](#). “O papel da subcomissão é produzir soluções. Não adianta só debater e encontrar os problemas, sem ter soluções. O nosso papel aqui é propor projetos de lei, PECs, tudo o que for necessário para construir o caminho da sustentabilidade no mercado das fontes renováveis de energia”, explicou o parlamentar.

O debate também contou com a presença do deputado [Coronel Armando \(PSL-SC\)](#).

Energia eólica

Diretor-técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Sandro Yamamoto destacou que a fonte eólica é hoje a segunda em capacidade instalada, perdendo para a hidrelétrica. “O Brasil foi o oitavo país do mundo em capacidade instalada, no fim de 2018. Em 2019, o Brasil foi o quinto país que mais instalou energia eólica no mundo”, informou.

Em 2018, foram investidos 1,3 bilhões de dólares investidos no setor no País e evitada a emissão de 21 milhões de toneladas de gás carbônico.

Neste ano, o País não instalou muitos parques eólicos, em razão de não ter havido muitos leilões em 2016, considerando que existe um intervalo de três anos entre estudos e instalação.

O diretor disse ainda que a energia eólica contribui para a regularização fundiária no Nordeste. “O investidor faz trabalho com o posseiro [da terra onde será instalado o parque] para registro do nome daquela família. A partir do registro, ele consegue ter acesso a programas para a agricultura e para a pecuária. Muitas pessoas da região acabam sendo empregadas”, comemorou.

Energia solar

No setor de energia solar, o coordenador do grupo de trabalho de geração distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Guilherme Susteras, lembrou que hoje a fonte representa apenas 1,4% na matriz energética brasileira, o que

para ele representa uma oportunidade de crescimento. São 170 mil residências atendidas por energia solar, em um total de 83 milhões de consumidores.

“O grande desafio são investimentos, o acesso ao capital”, resumiu. “É importante manter o ritmo de contratações de leilão, porque o Brasil vai crescer e vai precisar de energia. Temos condições de potencializar novos investimentos privados.”

Segundo Susteras, o mundo da energia hoje é caracterizado pela presença de um consumidor que quer decidir de onde vai tomar energia. Com a geração fotovoltaica, disse, surgiu a opção de colocar um painel no telhado. Além disso, os preços estão caindo. “Em 1976, o watt de energia custava 80 dólares o watt, até chegar hoje a 25 centavos de dólar o watt”, comparou.

Pequenas hidrelétricas

O representante da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas (Abrapch) na audiência, Sevan Naves, reclamou de um baixo uso do potencial hidrelétrico brasileiro. “Hoje os Estados Unidos usam 90% de seu potencial hidrelétrico. O Brasil não usa nem 20%, mesmo sendo o terceiro potencial mundial”, disse. “Para melhorar, é preciso corrigir a falta de isonomia, adequar a legislação e melhorar o licenciamento ambiental”, defendeu.

Entre as vantagens das PCHs, Naves citou a geração de energia mais barata, segura e limpa. “O custo de produção é reduzido porque está mais próximo do consumo nas grandes cidades. A tecnologia é 100% nacional e hoje temos uma engenharia altamente desenvolvida e comprometida”, afirmou. Além disso, continuou, as águas do lago formado para construção de uma hidrelétrica podem ser usadas também para dessedentação animal, irrigação, lazer e piscicultura.

Complementaridade

Outro ponto destacado por Sevan Naves é que as energias alternativas não concorrem entre si, mas são complementares. Para ele, a complementaridade ideal se dá entre as fontes hidráulica e solar. “A solar gera energia das 8h às 16h. Enquanto isso a hidro acumula água para gerar no horário de pico, das 16h às 21h”, explicou.

Guilherme Susteras completou essa ideia ao destacar que todas as fontes são necessárias. “À medida que o Brasil volta a crescer, a gente precisa de energia e todas

as fontes são importantes, porque são complementares", acredita. Ele disse que o pico de produção de energia solar pode, por exemplo, cobrir a alta demanda de uso de ar condicionado no País no início da tarde. Segundo ele, é essa complementaridade que evita hoje que o Brasil passe por novos racionamentos de energia, como o de 2001.

Reportagem - Noéli Nobre

Edição - Ana Chalub

'Agência Câmara Notícias'.

SEMINÁRIO

03/12/2019



Foto

TEMA: Energia Elétrica, o Interesse Público e o Desafio dos Legisladores.

PROGRAMAÇÃO

Mesa de Abertura:

- Deputado Silas Câmara - Presidente
- Deputado Benes Leocádio - 1º Vice-Presidente
- Deputado Cássio Andrade - 2º Vice-Presidente
- Deputado Edio Lopes - 3º Vice-Presidente
- Sr. Claudio Sales - Presidente do Instituto Acende Brasil

Parte I: Como funciona o setor elétrico

- Moderador: Deputado Benes Leocádio
- Palestrante: Dr. Alexandre Uhlig – PhD

Cadeia de Valor GTDC (Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica)

Planejamento, Expansão e Leilões

Matriz Energética e Matriz Elétrica

Licenciamento e Programas Socioambientais

Parte II: O consumidor e as tarifas

- Moderador: Deputado Cássio Andrade
- Palestrante: Dr. Eduardo Müller Monteiro – PhD

Ambientes de Contratação de Energia

Modalidades e Bandeiras Tarifárias

Instituições Setoriais e Papel da Regulação

Revisões e Reajustes Tarifários

Tributos, Encargos e Políticas Públicas na Tarifa

Cássio Andrade critica postura da Aneel e cobra respeito ao consumidor

A Comissão de Minas e Energia realizou, nesta terça-feira (3), o Seminário “Energia Elétrica, o Interesse Público e o Desafio dos Legisladores”. O deputado Cássio Andrade (PSB-PA), 2º vice-presidente do Colegiado, foi o responsável por conduzir os trabalhos do evento, que contou com a participação do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André da Nobrega, e de representantes do Instituto Acende Brasil.

O socialista, representante do Pará, cobrou que a Aneel, na hora de estabelecer regras de concessão e estabelecimento de tarifas de energia, analise, também, os fatores regionais. Para o deputado, as regras não são justas quando se olha o Brasil como um todo. “A Região Norte paga as mais altas contas de energia, mesmo sendo a maior geradora. Por exemplo, um terço da energia gerada no Pará não fica lá e vai para os outros Estados”, disse.

Neste sentido, Cássio lembrou a concepção da Aneel, que devia regular o mercado e garantir o equilíbrio do setor. Ele indagou então como garantir a atuação equilibrada da

Relatório Anual - 2019

Agência entre os interesses do Governo e do consumidor. “A Aneel é fiscalizada por esse Poder [Legislativo]. Não só fiscalizada, como temos condições de modificar decisões da Aneel, se identificarmos que foram feitas de forma diferenciada da Legislação”, completou.

O parlamentar reconheceu que a empresas geradoras de energia precisam de segurança jurídica. No entanto, isso não significa que elas façam um favor para o povo brasileiro, afirmou o presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica. “Não conheço nenhuma empresa que entregou a concessão pelo negócio não ser lucrativo.”

No Pará, por exemplo, que tem a segunda maior conta de energia elétrica do Brasil, a rede responsável pela distribuição de energia teve lucro líquido no ano passado de quase R\$ 500 milhões. Além disso, de acordo com o parlamentar, existe algo extremamente positivo para o setor no Estado: a falta de concorrência. “O percentual de lucro de uma empresa que tem uma concessão teria que ser acompanhado e regido pelo Estado”, ressaltou.

Moreno Nobre

Outros Eventos



Foto: Arquivo Dep. Jhonatan de Jesus

LOCAL: Assembleia Legislativa de Rondônia

TEMA: Projeto de Decreto Legislativo nº 1.107/2018, em atendimento ao Requerimento nº 67/2019, de autoria dos Deputados Jhonatan de Jesus, Lucas Gonzales e Adolfo Viana.

CONVIDADOS:

- Dep. Mariana Carvalho, autora do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.107/2018;
- Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia;
- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- Giselle Bleggi, Representante do Ministério Público Federal; Euma Mendonça Tourinho, Juíza do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia;
- Representante da Promotoria de Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado de Rondônia;
- Representante da Defensoria Pública do Estado de Rondônia;
- Representante da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Rondônia - OAB/RO;

Relatório Anual - 2019

- Gabriel Tomasete, Representante do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor;
- Estevão Ferreira da Silva, Coordenador da Proteção e Defesa do Consumidor de Rondônia - Procon/RO;
- Representante da Delegacia de Defesa do Consumidor;
- André Theobald, Presidente do Grupo Energisa S.A.;
- Raniery Araújo Coelho, Presidente da Federação do Comércio do Estado de Rondônia - Fecomércio; e
- Representante do Sindicato das Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia.



Foto: Arquivo do Deputado Coronel Chrisóstomo

LOCAL: Auditório do Instituto Federal de Rondônia - Porto Velho/RO

TEMA: Atividade Mineradora no Estado de Rondônia, em atendimento ao Requerimento nº 69/2019 CME, de autoria do Deputado Coronel Chrisóstomo.

CONVIDADOS:

- Ministério de Minas e Energia;
- Ministério do Meio Ambiente;
- Agência Nacional de Mineração;
- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;
- Banco do Brasil;
- Polícia Federal;
- Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;
- Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM;

Relatório Anual - 2019

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;
- Banco da Amazônia S/A - BASA;
- Companhia de Mineração de Rondônia;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia; e Cooperativa Mineradora dos Garimpeiros de Ariquemes - COOMIGA



Foto: Arquivo do Deputado Cássio Andrade

LOCAL: Câmara Municipal de Belém – PA.

TEMA: Cobrança abusiva de Energia Elétrica, em atendimento ao Requerimento nº 25/2019, de autoria do Deputado Cássio Andrade, Celso Sabino e Aline Gurgel.

CONVIDADOS:

- Deputado Estadual Fábio Figueiras;
- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- Wilton Teixeira, Diretor de Energia da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração, Energia e Turismo;
- Cassio Bitar Vasconcelos, Representante da Defensoria Pública do Estado do Pará;
- Representante do Ministério Público do Estado do Pará;
- José Maria Gonçalves, Representante da Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Pará - PROCON/PA;
- Álvaro Antônio Bressan, representante das Centrais Elétricas do Pará - CELPA
- Mauro Chaves de Almeida, representante das Centrais Elétricas do Pará - CELPA;
- e

Relatório Anual - 2019

- Rubens Nazareno Ferreira Britto, representante do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica.

Subcomissões

SUBCOMISSÕES PERMANENTES

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ÓLEO E GÁS



Foto: Arquivo da Comissão

REQ. Nº 15/2019 – DEPUTADOS CHRISTINO AUREO E WLADIMIR GAROTINHO	
Presidente: CHRISTINO AUREO – PP/RJ	
Vice-Presidente: WLADIMIR GAROTINHO – PSD/RJ	
Relator: LAERCIO OLIVEIRA – PP/SE	
MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES
<u>Christino Aureo</u> PP/RJ (Gab. 227-IV)	<u>Domingos Sávio</u> PSDB/MG (Gab. 345-IV)
<u>Felício Laterça</u> PSL/RJ (Gab. 275-III)	-
<u>Laercio Oliveira</u> PP/SE (Gab. 629-IV)	-
<u>Lucas Redecker</u> PSDB/RS (Gab. 905-IV)	-
<u>Wladimir Garotinho</u> PSD/RJ (Gab. 274-III)	-

Relatório Anual - 2019

PLANO DE TRABALHO

Atividades a desenvolver pela Subcomissão Permanente de Óleo e Gás:

1. Promover discussão acerca da proposta “Novo Mercado de Gás Natural” apresentada pelo Poder Executivo;
 - Articulação com o Relator do Projeto de Lei nº 6.407/2013, de autoria do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame e outros;
2. Acompanhar a política de conteúdo local atinente às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural;
3. Avaliar o tratamento tributário das atividades de exploração e desenvolvimento de petróleo e gás natural e o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de gás natural - Repetro. A importância desses incentivos para os investimentos na indústria do petróleo e gás natural;
4. Tratar dos certames licitatórios de áreas exploratórias de petróleo e gás natural programados para o último trimestre de 2019;
5. Análise da política de preços dos derivados de petróleo e acompanhamento dos preços ao consumidor dos combustíveis.
 - Medidas de promoção da concorrência no mercado de combustíveis;
6. Analisar a legislação e regulamentos referentes à distribuição e revenda de gás liquefeito de petróleo – GLP;
7. Realizar reuniões com representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e de produtores, distribuidores e revendedores de combustíveis para tratar de políticas públicas para a área de petróleo, gás natural e combustíveis;
8. Encaminhar relatório com os resultados dos trabalhos aos dirigentes da ANP e ao Ministro de Minas e Energia;
9. Apresentar proposições com vistas ao aprimoramento da legislação atinente, caso necessário.

Relatório Anual - 2019
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MINERAÇÃO



Foto: Arquivo da Comissão

REQ. Nº 17/2019 – DEPUTADOS SILAS CÂMARA, AIRTON FALEIRO E GREYCE ELIAS	
Presidente: AIRTON FALEIRO – PT/PA	
Vice-Presidente: GREYCE ELIAS – AVANTE/MG	
Relator: JOAQUIM PASSARINHO – PSD/PA	
MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES
Airton Faleiro PT/PA (Gab. 327-IV)	Igor Timo PODE/MG (Gab. 726-IV)
Benes Leocádio PRB/RN (Gab. 417-IV)	Coronel Armando PSL/SC (Gab. 268-III)
Cleber Verde PRB/MA (Gab. 710-IV)	
Greyce Elias AVANTE/MG (Gab. 340-IV)	
Joaquim Passarinho PSD/PA (Gab. 334-IV)	
Lucas Redecker PSDB/RS (Gab. 905-IV)	
Nereu Crispim PSL/RS (Gab. 483-III)	

1. METODOLOGIA DE TRABALHO

Por tratar-se de uma subcomissão permanente, é preferível optar por um plano de trabalho que possa se adaptar às necessidades surgidas no decorrer de seus trabalhos. Espera-se, assim, que o debate evolua e permita o surgimento e o amadurecimento de questões adicionais, não somente com relação aos temas estudados, mas também à própria metodologia de abordagem desses assuntos.

Em um momento inicial, a proposta para os trabalhos desta Subcomissão contempla a realização de reuniões mensais, com a discussão de um ou mais temas por reunião. Além disso, em virtude da extensão ou do aprofundamento que se queira dar a determinado tema, pode ser que um mesmo assunto seja debatido em mais de uma oportunidade.

Para o engrandecimento dessas reuniões, vislumbra-se a realização de audiências públicas com diversos setores relacionados aos temas debatidos, como entidades setoriais órgãos públicos, estudiosos e especialistas. Como resultado de cada reunião, caso entenda ser pertinente, a Subcomissão poderá propor projetos de lei, determinar a fiscalização de alguma política pública (com o apoio do Tribunal de Contas da União) ou realizar outras reuniões ou audiências para esclarecimentos que julgar convenientes.

Sugere-se que seja realizada a elaboração de relatório preliminar de matérias prioritárias, para que sejam objeto de debate junto à Comissão Permanente de Minas e Energia. Ao fim do período do mandato do Presidente da Subcomissão, propõe-se a apresentação de um relatório sobre os trabalhos desenvolvidos, em atendimento ao estabelecido no art. 31 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

1.1. Realização de audiências públicas. Os trabalhos da presente subcomissão não devem se restringir a temas previamente definidos. Deverão, sim, modelar-se às necessidades surgidas no decorrer de suas atividades. Além disso, é desejável que os membros tragam questões relacionadas ao objeto da Subcomissão para análise e estudo. Temas:

- estrutura institucional, o papel dos agentes e o regime jurídico dos bens minerais – a) análise da legislação nacional e internacional sobre o setor mineral; fortalecimento do arcabouço legal e da estrutura regulatória do setor mineral visando garantir segurança jurídica aos agentes; apresentação e aprovação de projeto de lei com alterações ao Código de Mineração a partir do resgate das discussões estabelecidas no âmbito de proposições legislativas; valorização dos trabalhadores do setor mineral; e reestruturação das instituições públicas voltadas à atividade mineral. b) pesquisa e exploração de recursos minerais: elaboração de agenda de debates visando o fortalecimento do arcabouço regulatório de forma a incentivar a pesquisa mineral no País. c) comercialização e formas de acesso aos bens minerais;
- política industrial para a mineração;
- fomento à atividade mineral;
- racionalidade tributária e incentivos fiscais concedidos à atividade mineral; e
- discussão sobre aplicação da CFEM e procedimentos de execução orçamentária.
- Articulação no sentido de garantir que os recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM sejam executados pela Agência Nacional de Mineração – ANM, conforme preconiza a lei.

Convidados:

- Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração – ANM, para obter a identificação dos gargalos para a realização de procedimentos fiscalizatórios que sejam justos com o setor produtivo e preservem os interesses da população;

- Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia – MME, para prestar esclarecimentos sobre destinação do orçamento para as instituições públicas do setor mineral;
- Secretário de Geologia e Transformação Mineral do MME, para discutir o aperfeiçoamento do regime jurídico e do arcabouço legal;
- Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, com o intuito de delinear os desafios e entraves para o desenvolvimento da pesquisa mineral no País;
- Secretário do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, para proporcionar o debate sobre a política industrial brasileira voltada ao setor mineral;
- Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM, para que contribua e esclareça a agenda legislativa da indústria de mineração brasileira; e
- Representante do Ministério da Economia, para prestar esclarecimentos quanto à destinação de recursos orçamentários para instituições públicas do setor mineral.

1.2. Levantamento das proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional: a Subcomissão Permanente de Mineração poderá consolidar um posicionamento acerca do nível de prioridade de cada uma das proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional, de forma a subsidiar a atuação da Comissão de Minas e Energia.

1.3. Envio de Requerimentos de Informação às entidades públicas e privadas para esclarecimento de questões afetas ao tema: os Requerimentos de Informação são instrumentos por meio dos quais a Subcomissão viabiliza o incremento de informações oriundas dos diversos setores da sociedade, incluindo o próprio Estado. Constituirão importante ferramenta no enriquecimento do debate.

1.4. Visitas técnicas a regiões em que se desenvolve a atividade mineral: a verificação *in loco* do ambiente em que ocorre a exploração mineral no Brasil é condição essencial

para a avaliação de seu funcionamento e monitoramento, bem como para estabelecer contato com as tecnologias associadas ao processo produtivo. Importa destacar, ainda, a necessidade de realização do acompanhamento de eventuais impactos sobre as comunidades situadas na zona de influência da atividade mineral.

2. OBJETIVOS FINAIS

2.1. Apresentação de Relatório de proposições prioritárias: atualmente, encontram-se em tramitação na CME um total de 170 proposições, muitas delas afetas ao setor mineral. Releva registrar as proposições que são consideradas prioritárias para o setor, para que sejam apreciadas pela Comissão considerando a contribuição e o grau de urgência que cada uma delas possui, segundo critérios acordados pelos participantes dessa Subcomissão.

2.2. Apresentação de minutas de proposições para o aperfeiçoamento da legislação nacional referente ao setor mineral do País;

Após o amadurecimento das discussões, será possível apresentar minutas de proposições a serem protocoladas nesta Casa Legislativa com o intuito de aperfeiçoar o arcabouço legal brasileiro. Essas proposições poderão ser apresentadas por qualquer parlamentar, mas é essencial que constem desse relatório, para que a sociedade tenha acesso ao produto dos trabalhos dessa Subcomissão.

2.3. Elaboração de Relatório Final de atividades

Concluídos os trabalhos da Subcomissão, e em conformidade com o art. 31 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, será apresentado o Relatório Final de atividades contendo o resultado dos trabalhos da Subcomissão, para posterior envio aos órgãos e entidades da Administração Pública e entes privados.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE FONTES RENOVÁVEIS E BIOCOMBUSTÍVEIS



Foto: Arquivo da Comissão

REQ. Nº 5/2019 – DEPUTADO BENES LEOCÁDIO

Presidente: BENES LEOCÁDIO – PRB/RN

Vice-Presidente: NEREU CRISPIM – PSL/RS

Relator: EDUARDO BISMARCK – PDT/CE

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES
<u>Arnaldo Jardim</u> CIDADANIA/SP (Gab. 245-IV)	<u>Igor Timo</u> PODE/MG (Gab. 726-IV)
<u>Benes Leocádio</u> PRB/RN (Gab. 417-IV)	
<u>Christino Aureo</u> PP/RJ (Gab. 227-IV)	
<u>Eduardo Bismarck</u> PDT/CE (Gab. 652-IV)	
<u>Nereu Crispim</u> PSL/RS (Gab. 483-III)	
<u>Rafael Motta</u> PSB/RN (Gab. 626-IV)	
<u>Schiavinato</u> PP/PR (Gab. 746-IV)	

Relatório Anual - 2019

Em um momento inicial, a proposta para os trabalhos desta Subcomissão contempla a realização de audiências públicas com diversos setores relacionados aos temas debatidos, como entidades setoriais, órgãos públicos, estudiosos e especialistas. Como resultado das reuniões, caso seja pertinente, a Subcomissão poderá propor projetos de lei, determinar a fiscalização de alguma política pública ou realizar outras reuniões para maiores esclarecimentos. Desse modo, sem prejuízo das discussões e questionamentos que sejam sugeridos pelos nobres pares, estamos propondo um Plano de Trabalho com o intuito de orientar o desenvolvimento das atividades neste colegiado.

AGENDA DOS TRABALHOS

1 – A primeira reunião da Subcomissão será destinada à aprovação deste Plano de Trabalho e das audiências públicas aqui propostas.

2 – A partir de então, propomos que sejam realizadas seis reuniões da Subcomissão para a realização de audiências públicas e deliberação de requerimentos que venham a ser apresentados pelos nobres colegas.

As audiências públicas servirão para debater os seguintes temas:

Audiência 1: Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e a Expansão das Fontes de Energia Eólica e Solar;

Audiência 2: Uso de Biomassa e Resíduos Sólidos para a Produção de Energia Elétrica;

Audiência 3: Ideias Inovadoras para a Produção de Combustíveis Alternativos/Não Convencionais; CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Eduardo Bismarck – PDT/CE

Audiência 4: O Setor Sucroalcooleiro; e

Audiência 5: Biocombustíveis – Biodiesel e Etanol de 1^ª e 2^ª geração.

OBJETIVOS FINAIS

- a) Apresentação de minutas de proposições para o aperfeiçoamento da legislação nacional referente ao setor de fontes renováveis;
- b) Elaboração do Relatório Final das atividades da Subcomissão, que será deliberado pelo Plenário da Comissão de Minas e Energia, em conformidade com o art. 31 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

CONCLUSÃO

Vale lembrar que a definição dos trabalhos não se impõe como um obstáculo à realização de outras atividades demandadas por este Relator, pela Presidência ou pelo Plenário desta Subcomissão com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o tema. Desse modo, sob o compromisso de estarmos abertos ao diálogo, contamos com o apoio de nosso ilustre Presidente e com a participação dos Senhores Deputados na produção de boas ideias e no bom andamento dos trabalhos desta Subcomissão.

SUBCOMISSÕES ESPECIAIS

SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE COBRANÇA ABUSIVA DE ENERGIA ELÉTRICA



Foto: Arquivo da Comissão

REQ. Nº 26/2019 – DEPUTADOS CASSIO ANDRADE, ALINE GURGEL E LÉO MORAES

Presidente: CÁSSIO ANDRADE PSB/PA

Vice-Presidente: ALINE GURGEL PRB/AP

Relator: LÉO MORAES PODE/RO

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES
<u>Aline Gurgel</u> PRB/AP (Gab. 342-IV)	-
<u>Cássio Andrade</u> PSB/PA (Gab. 433-IV)	-
<u>Celso Sabino</u> PSDB/PA (Gab. 282-III)	-
<u>Igor Timo</u> PODE/MG (Gab. 726-IV)	-
<u>Léo Moraes</u> PODE/RO (Gab. 503-IV)	-

As seguintes atividades serão desenvolvidas pela Subcomissão Especial de Cobrança Abusiva de Energia Elétrica:

1. Solicitar à Aneel informação acerca dos itens que compõem as tarifas de energia elétrica nos Estados da Região Norte;
2. Encaminhar aos Procons dos estados da Região Norte, com apoio dos integrantes da Frente Parlamentar em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica, os seguintes questionamentos:
 - 2.1. Quais foram as principais reclamações de consumidores de energia elétrica, separadas por tipo de reclamação e quantitativos, por estado, no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018? Qual a posição das concessionárias de energia elétrica no ranking das empresas mais reclamadas, entre todos os setores, nesse período, em cada Procon da região Norte?
 - 2.2. Quantas reclamações tiveram solução satisfatória para o consumidor? Quantas reclamações foram consideradas infundadas ou não pertinentes?
 - 2.3. Há termos de ajuste de conduta (TACs) ou de gestão entre o Procon e a concessionária que atende cada estado? Em que termos? Com quais finalidades? Esses termos são assinados em conjunto pelo Ministério Público? Esses TACs têm resolvido o problema dos consumidores ou apenas reduziram a formalização das reclamações nos Procons?
 - 2.4. Quais tipos de medidas e procedimentos têm sido adotados pelas concessionárias em razão de determinações exaradas pelos Procons da Região Norte entre os anos de 2014 e 2019?
3. Solicitar à Frente Parlamentar de Energia Elétrica em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica as seguintes medidas:
 - 3.1. A realização, nas capitais e cidades com mais de 100.000 habitantes da Região Norte, palestras, mesas-redondas e seminários, com a finalidade de debater e esclarecer acerca dos direitos dos

- consumidores, bem como sobre o funcionamento da cobrança das faturas de energia elétrica, além dos direitos dos consumidores em solicitar a redução das contas de energia elétrica que apresentem cobranças abusivas;
- 3.2. Produzir uma cartilha explicativa sobre as tarifas de energia elétrica, com sugestão de modelo anexo, juntamente com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), a ser divulgada por meio digital e impresso;
 4. Realizar reuniões com a participação de técnicos da Aneel, Ministério de Minas e Energia e Câmara dos Deputados, bem como representantes de instituições de defesa dos consumidores, para identificar dificuldades, problemas e soluções acerca da cobrança da tarifa de energia elétrica;
 5. Levantar informações sobre a utilização da microgeração distribuída de energia elétrica, especialmente por meio da fonte solar fotovoltaica, como alternativa para diminuição do valor das contas de energia elétrica, tendo também em conta o Convênio ICMS nº 114/2017;
 6. Encaminhar ofício às distribuidoras de cada estado da Região Norte questionando as razões das altas tarifas e o que a companhia tem feito com o objetivo de reduzi-las;
 7. Realizar, nos estados de cada parlamentar desta Subcomissão, visita técnica à concessionária de distribuição de energia elétrica local, que inclua o preenchimento de uma ficha de verificação com os seguintes questionamentos:
 - 7.1. Como funciona o serviço de atendimento ao consumidor da companhia?
 - 7.2. Existe um sistema de avaliação do atendimento e cumprimento de metas dentro da companhia?
 - 7.3. Qual o tempo de resposta para os atendimentos?

Relatório Anual - 2019

- 7.4. Quais as dificuldades que vêm sendo encontradas pelas companhias, no sentido de melhorar a prestação dos serviços e diminuir as tarifas?
- 7.5. O que as empresas têm feito para superar essas dificuldades?
- 7.6. As dificuldades têm relação com a atuação de órgãos e entidades do governo federal? Se afirmativo, de quais órgãos e entidades? O que pode ser feito? Como os deputados federais podem interceder para ajudar?
- 7.7. A companhia trabalha com metas de redução de tarifas?
- 7.8. Como a companhia procede a aplicação da tarifa social?
- 7.9. A empresa tem sugestões de alterações na legislação que possa facilitar a redução do preço dos serviços?
- 7.10. Quem fiscaliza a prestação dos serviços da empresa e com que frequência?
8. Encaminhar relatório com os resultados dos trabalhos às autoridades que atuam no setor elétrico, como Ministério de Minas e Energia e Aneel;
9. Apresentação de proposições legislativas, com vistas ao aperfeiçoamento da legislação afeta ao tema desta subcomissão especial, como projetos de lei e indicações; essas últimas em casos de providências a serem adotadas pelo Poder Executivo Federal;
10. Pesquisa sobre proposições legislativas em tramitação, relacionadas ao campo temático desta Subcomissão Especial.

SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE AGÊNCIAS RELACIONADAS AO CAMPO TEMÁTICO DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA



Foto: Arquivo da Comissão

REQ. Nº 22/2019 – DEPUTADOS LÉO MORAES E ARNALDO JARDIM

Presidente: LÉO MORAES PODE/RO

Vice-Presidente: ARNALDO JARDIM

Relator: ELIAS VAZ PSB/GO

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES
<u>Arnaldo Jardim</u> CIDADANIA/SP (Gab. 245-IV)	<u>Leônidas Cristina</u> PDT/CE (Gab. 948-IV)
<u>Christino Auro</u> PP/RJ (Gab. 227-IV)	-
<u>Elias Vaz</u> PSB/GO (Gab. 303-IV)	-
<u>Léo Moraes</u> PODE/RO (Gab. 503-IV)	-
<u>Lucas Redecker</u> PSDB/RS (Gab. 905-IV)	-

Relatório Anual - 2019

Atividades a serem desenvolvidas pela Subcomissão Especial das Agências Reguladoras Relacionadas ao Campo Temático da Comissão de Minas e Energia:

1. Solicitar à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e à Agência Nacional de Mineração - ANM informações acerca das principais resoluções expedidas, em particular aquelas que estabelecem os requisitos para o exercício das atividades reguladas e as tarifas de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição de energia elétrica e as tarifas ao consumidor final, bem como as que disciplinam as atividades de fiscalização por elas realizadas;

- Avaliar se essas normas exorbitam do poder regulamentar do Poder Executivo.

2. Solicitar à ANEEL, à ANP e ANM informações sobre a atividade de ouvidoria realizada pela Agência.

- Avaliação da participação popular;
- Relatório de análise das reclamações recebidas.

3. Avaliar o funcionamento das atividades de fiscalização a cargo da ANEEL, ANP e ANM;

- Fiscalização das informações prestadas pelas distribuidoras de energia elétrica acerca do faturamento e da tarifa social de energia elétrica; e das informações de créditos e débitos atinentes ao encargo tarifário Conta de Desenvolvimento Energético – CDE;

- Informação da data da realização da última fiscalização em cada posto revendedor de combustíveis automotivos, com emissão de relatório identificando aqueles não fiscalizados a mais de dois anos;

- Fiscalização do Plano de Ação de Emergência - PAE de barragem de mineração e da Declaração de Condição de Estabilidade - DCE de barragem de mineração apresentados pelo minerador;

- Acompanhamento do recolhimento das multas aplicadas pela ANEEL, ANP e ANM.

4. Avaliação das atividades de auditoria interna realizadas pela ANEEL, ANP e ANM;
 - Cumprimento de obrigações legais e regimentais;
 - Procedimentos relativos à remuneração, benefícios e vantagens de dirigentes e servidores;
 - Processos licitatórios.
5. Realizar reuniões com representantes da ANEEL, ANP, ANM e Ministério de Minas e Energia para avaliação atividades desempenhadas por essas agências reguladoras e sua compatibilidade com políticas públicas, em especial aquelas destinadas à promoção da concorrência e defesa do consumidor.
6. Encaminhar relatório com os resultados dos trabalhos aos dirigentes da ANEEL, ANP e ANM, bem como ao Ministro de Minas e Energia.
7. Apresentar proposições (projeto de lei e, quando couber, indicação ao Poder Executivo) com vistas ao aprimoramento da legislação atinente às atividades desempenhadas pelas agências reguladoras.

SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

REQ. Nº 9/2019 – DEPUTADOS AIRTON FALEIRO E CARLOS ZARATTINI	
Presidente: AIRTON FALEIRO PT/PA	
Vice-Presidente: CARLOS ZARATTINI PT/SP	
Relator: DANIEL SILVEIRA PSL/RJ	
MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES
<u>Airton Faleiro</u> PT/PA (Gab. 327-IV)	-
<u>Carlos Zarattini</u> PT/SP (Gab. 808-IV)	-
<u>Daniel Silveira</u> PSL/RJ (Gab. 403-IV)	-
<u>Lucas Redecker</u> PSDB/RS (Gab. 905-IV)	-
<u>Rubens Otoni</u> PT/GO (Gab. 501-IV)	-

Proposições Apreciadas

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.154/2018



Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados
Deputado Wladimir Garotinho (PSD-RJ)
Relator

AUTOR: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

EMENTA:

Aprova o texto da Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear, endossada pelo Brasil por ocasião da Conferência da Emenda da referida Convenção, ocorrida em 2005, em Viena.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Wladimir Garotinho (PSD-RJ), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 10/4/2019.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7/2019



Foto: Ricardo Albertine/Câmara dos Deputados

Deputado João Roma (PRB-BA)

Relator

AUTOR: Heitor Schuch - PSB/RS

EMENTA:

Susta o Decreto nº 9.642/2018, que "Altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, para dispor sobre a redução gradativa dos descontos concedidos em tarifa de uso do sistema de distribuição e tarifa de energia elétrica".

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. João Roma (PRB-BA), pela aprovação deste, do PDL 8/2019, do PDL 15/2019, do PDL 29/2019, do PDL 31/2019, do PDL 32/2019, do PDL 34/2019, do PDL 35/2019, e do PDL 77/2019, apensados, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 10/4/2019.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 28/2019



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Lucas Gonzalez (NOVO-MG)
Relator

AUTOR: Ricardo Teobaldo - PODE/PE

EMENTA:

Altera a Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, para incluir os empreendimentos do setor de energia elétrica entre as prioridades de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Lucas Gonzalez (NOVO-MG), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 8/5/2019.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº
63/2015



Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados
Deputada Edna Henrique (PSDB-PB)
Relatora

AUTOR: Davidson Magalhães - PCdoB/BA

EMENTA:

Propõe que a Comissão de Minas e Energia fiscalize os procedimentos de venda de 49% da Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro, subsidiária da estatal Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, para a empresa Mitsui Gás e Energia Ltda.

PARECER:

Relatório Final, Dep. Edna Henrique (PSDB-PB), pelo arquivamento.

RESULTADO:

Aprovado o Relatório Final, contra os votos dos Deputados Rubens Otoni, Laercio Oliveira e Lucas Gonzalez, em 15/5/2019.

PROJETO DE LEI Nº 5.824/2016



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA)
Relator

AUTOR: Vicentinho Júnior - PR/TO

EMENTA:

Institui a equalização das tarifas de energia elétrica no Brasil e dá outras providências.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, contra os votos dos Deputados Coronel Chrisóstomo, Daniel Silveira, Felício Laterça, Nereu Crispim, Ricardo Izar, Arnaldo Jardim e Lucas Gonzalez, em 29/5/2019.

Relatório Anual - 2019

PROJETO DE LEI Nº 10.666/2018



Foto: Reila Maria/Câmara dos Deputados
Deputado Daniel Silveira (PSL-RJ)
Relator

AUTOR: Hugo Leal - PSD/RJ

EMENTA:

Dispõe sobre a exigência a revendedores de combustíveis de expor informações relativas ao proprietário do estabelecimento de revenda e aos demais estabelecimentos a ele vinculados.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Daniel Silveira (PSL-RJ), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, contra os votos dos Deputados Lucas Gonzalez, Rodrigo de Castro, Arnaldo Jardim, Merlong Solano e Leur Lomanto Júnior, em 29/5/2019.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº
65/2012



Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Deputada Edna Henrique (PSDB-PB)

Relatora

AUTOR: Carlos Souza - PSD/AM

EMENTA:

Requer que a Comissão de Minas e Energia realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle para fiscalizar os investimentos da Eletrobrás Amazonas Energia e para realizar auditoria operacional objetivando verificar o nível de qualidade dos serviços prestados pela Concessionária no Estado do Amazonas, bem como a eficácia das medidas fiscalizadoras adotadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

PARECER:

Relatório Final, Dep. Aline Gurgel (PRB-AP), pelo arquivamento.

RESULTADO:

Aprovado o Relatório Final, em 5/6/2019.

PROJETO DE LEI Nº 3.561/2015



Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

**Deputado Wellington Roberto (PL-PB)
Relator**

AUTORA: Elcione Barbalho - PMDB/PA

EMENTA:

Torna obrigatória o pagamento de indenizações e contratação de seguro no caso de rompimento de barragens.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Wellington Roberto (PL-PB), pela rejeição deste, e do PL 970/2019, apensado, e pela aprovação do PL 3563/2015, do PL 5848/2016, do PL 716/2019, e do PL 793/2019, apensados, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 12/6/2019.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 973/2018



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Padre João (PT-MG)
Relator

AUTOR: Chico Alencar - PSOL/RJ

EMENTA:

Susta os efeitos do artigo 72 do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, que permite, por ato do Ministro de Minas e Energia, outorgar autorização de pesquisa ou concessão de lavra em reservas nacionais.

PARECER:

Parecer com Complementação de Voto do Dep. Padre João (PT-MG), pela aprovação parcial deste, e do PDC 994/2018, apensado, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer com Complementação de Voto, contra os votos dos Deputados Coronel Armando e Adolfo Viana, em 12/6/2019.

PROJETO DE LEI Nº 5.457/2016



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA)

Relator

AUTOR: Edio Lopes - PR/RR

EMENTA:

Dispõe sobre a exclusão da base de cálculo das contas de energia elétrica da cobrança pela previsão de ligações clandestinas e inadimplência, e limita em 5% as compensações por perdas técnicas e não técnicas na transmissão e distribuição de energia elétrica.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA), pela aprovação deste, do PL 6523/2016 e do PL 7066/2017, apensados, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer do Relator, Deputado Joaquim Passarinho, em 12/6/2019.

PROJETO DE LEI Nº 8.817/2017



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Silas Câmara (PRB-AM)

Relator

AUTOR A: Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO

EMENTA:

Estabelece a destinação de parcela dos recursos da bonificação pela outorga de licitações de concessões de usinas hidrelétricas para a modicidade tarifária.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Silas Câmara (PRB-AM), pela aprovação deste, e do PL 8885/2017, apensado, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer do Relator, Dep. Silas Câmara, em 12/6/2019.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 918/2018



Foto: Najara Araújo/Câmara dos Deputados

Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG)
Relatora

AUTORES: Henrique Fontana - PT/RS, Arlindo Chinaglia - PT/SP, João Daniel - PT/SE, Pompeo de Mattos - PDT/RS, Patrus Ananias - PT/MG, Leônidas Cristino - PDT/CE, Zé Carlos - PT/MA, Erika Kokay - PT/DF, Glauber Braga - PSOL/RJ, Celso Pansera - PT/RJ, Danilo Cabral - PSB/PE, Edmilson Rodrigues - PSOL/PA, Pedro Uczai - PT/SC, Aliel Machado - PSB/PR

EMENTA:

Susta a aplicação do Decreto nº 9.351, de 19 de abril de 2018, que qualifica as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e do Programa Nacional de Desestatização - PND, para início dos procedimentos necessários à contratação dos estudos pertinentes à privatização, bem como aprova as recomendações da Resolução nº 30 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - CPPI quanto às atribuições do BNDES e do Ministério de Minas e Energia para a privatização da Eletrobras.

PARECER:

Parecer da Relatora, Dep. Greyce Elias (AVANTE-MG), pela rejeição deste, e do PDC 922/2018, apensado.

RESULTADO:

Aprovado, contra os votos dos Deputados Rubens Otoni e Elias Vaz, em 18/6/2019.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 924/2018



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Evandro Roman (PSD-PR)

Relator

AUTOR: Paulo Pimenta - PT/RS

EMENTA:

Susta Decreto que estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos pela Petrobras.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Evandro Roman (PSD-PR), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado, contra os votos dos Deputados Rubens Otoni e Leônidas Cristino, em 18/6/2019.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº
3/2019



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados
Deputado Léo Moraes (PODE-RO)
Relator

AUTOR: José Nelto - PODE/GO

EMENTA:

Propõe que a Comissão de Minas e Energia realize ato de fiscalização no Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás e BNDES para verificar a adequação do processo de privatização da Companhia Energética de Goiás - CELG.

PARECER:

Relatório Prévio, do Deputado Léo Moraes (PODE-RO), pela implementação.

RESULTADO:

Aprovado o Relatório Prévio, em 25/6/2019.

PROJETO DE LEI Nº 4.452/2016



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA)
Relator do Parecer Vencedor

AUTOR: Senado Federal - Raimundo Lira - PMDB/PB

EMENTA:

Altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para aumentar a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos de aproveitamentos hidroelétricos na bacia do rio São Francisco e destinar o aumento à revitalização do rio, e dá outras providências.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Beto Rosado (PP-RN), pela aprovação deste e do PL 287/2015, apensado, com Substitutivo.

RESULTADO:

Rejeitado o Parecer do Dep. Beto Rosado (PP-RN).

Designado Relator do Parecer Vencedor, Dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA).

Parecer vencedor proferido pelo Deputado Joaquim Passarinho, que conclui pela rejeição deste, e do Projeto de Lei nº 287/2015, apensado. Aprovado o parecer vencedor, em 3/7/2019.

PROJETO DE LEI Nº 1.117/2007



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Cássio Andrade (PSB-PA)

Relator

AUTOR: Lelo Coimbra - PMDB/ES

EMENTA:

Altera a redação do art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

PARECER:

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Cássio Andrade (PSB-PA), pela rejeição deste, do PL 1118/2007, do PL 1453/2007, do PL 3806/2008, do PL 4170/2008, do PL 6621/2009, do PL 841/2011, do PL 3363/2012, do PL 3910/2012, do PL 8319/2014, do PL 990/2011, do PL 1383/2011, do PL 1651/2011, do PL 2103/2011, do PL 2403/2011, do PL 3882/2012, do PL 9806/2018, do PL 5763/2013, do PL 2093/2019, do PL 6449/2013, do PL 3759/2015, do PL 9846/2018, e do PL 8209/2014, apensados, e pela aprovação do PL 2129/2007, e do PL 19/2019, apensados, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, com Complementação de Voto, em 3/7/2019.

PROJETO DE LEI Nº 3.029/2011



Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Deputado Arnaldo jardim (CIDADANIA-SP)
Relator do Parecer Vencedor

AUTOR: Aguinaldo Ribeiro - PP/PB

EMENTA:

Dispõe sobre o uso de biodiesel em veículos de passeio e veículos de carga de pequeno porte, e dá outras providências.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Mário Negromonte Jr. (PP-BA), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 7634/2014, do PL 7635/2014, do PL 2751/2015, do PL 2980/2015, do PL 3281/2015, e do PL 3948/2015, apensados.

RESULTADO:

Rejeitado o Parecer do Dep. Mário Negromonte Jr., contra o voto do Dep. Daniel Silveira.

Designado Relator do Parecer Vencedor, Dep. Arnaldo jardim (CIDADANIA-SP). Parecer vencedor proferido pelo Deputado Arnaldo Jardim, que conclui pela rejeição deste, e dos Projetos de Lei nºs 7.634/2014, 7.635/2014, 2.751/2015, 2.980/2015, 3.281/2015, e 3.948/2015, apensados. Aprovado o Parecer Vencedor, contra o voto do Deputado Daniel Silveira, em 3/7/2019.

PROJETO DE LEI Nº 5.721/2013



Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Deputado Adolfo Viana (PSDB-BA)

Relator

AUTOR: Ricardo Izar - PSD/SP

EMENTA:

Dispõe sobre a criação do Certificado de Energia do Resíduo, a ser concedido às pessoas jurídicas que produzirem energia elétrica através do tratamento térmico de resíduo urbano, industrial, hospitalar e lodo de esgoto.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Adolfo Viana (PSDB-BA), pela aprovação deste, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, com Complementação de Voto, em 3/7/2019.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
1.107/2018



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Lucas Gonzalez (NOVO-MG)

Relator do Parecer Vencedor

AUTOR A: Mariana Carvalho - PSDB/RO

EMENTA:

Susta a Resolução Homologatória n. 2.496, de 13 de dezembro de 2018, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 das Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron/RO.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Rafael Motta (PSB-RN), pela aprovação.

RESULTADO:

Rejeitado o Parecer do Dep. Rafael Motta, contra os votos dos Deputados Rubens Otoni, Fábio Ramalho, Danrlei de Deus Hinterholz, Rafael Motta, Greyce Elias, Celso Sabino, Léo Moraes e Coronel Chrisóstomo.

Designado Relator do Parecer Vencedor, Dep. Lucas Gonzalez (NOVO-MG).

Parecer Vencedor, Dep. Lucas Gonzalez (NOVO-MG), pela rejeição.

Aprovado o Parecer Vencedor, do Dep. Lucas gonzalez, contra os votos dos Deputados Adolfo Viana, Celso Sabino, Coronel Chrisóstomo, Danrlei, Elias Vaz, Fábio Ramalho, Greyce Elias, Leo Moraes, Lucio Mosquini, Ricardo Izar, Rafael Mota e Rubens Otoni, em 14/8/2019.

PROJETO DE LEI Nº 4.978/2013



Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Deputado Fábio Ramalho (MDB-MG)
Relator

AUTOR: Giovani Cherini - PDT/RS

EMENTA:

Dispõe sobre a extração/exploração, comércio e exportação do nióbio, e dá outras providências.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Fábio Ramalho (MDB-MG), pela rejeição deste, do PL 1581/2015, do PL 11088/2018, e do PL 11249/2018, apensados.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 14/8/2019.

PROJETO DE LEI Nº 4.663/2016



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Laercio Oliveira (PP-SE)

Relator

AUTOR: Beto Rosado - PP/RN

EMENTA:

Dispõe sobre a exploração e produção de acumulações marginais de petróleo e gás natural por produtores independentes.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Laercio Oliveira (PP-SE), pela aprovação deste, das Emendas Adotadas pela Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, com Complementação de Voto, em 14/8/2019.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 714/2017



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados
Deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)
Relator

AUTOR: Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO

EMENTA:

Susta Resolução Homologatória nº 2.261, de 27 de junho de 2017, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que estabeleceu reajuste das tarifas de energia elétrica da Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A. (ETO).

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 21/8/2019.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
1.022/2018



Foto: Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

Deputado Daniel Silveira (PSL-RJ)

Relator do Parecer Vencedor

AUTOR: Hugo Leal - PSD/RJ

EMENTA:

Suprime dispositivos da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, que permitem a cobrança do consumo de energia elétrica pela média de valores faturados.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Christino Aureo (PP-RJ), pela aprovação.

RESULTADO:

Rejeitado o Parecer do Dep. Christino Aureo.

Designado Relator do Parecer Vencedor, Dep. Daniel Silveira (PSL-RJ), pela rejeição.

Aprovado o Parecer Vencedor, contra os votos dos Deputados Joaquim Passarinho, Cassio Andrade, Rafael Motta, Elias Vaz, Rubens Otoni e Padre João, em 21/8/2019.

PROJETO DE LEI Nº 8.129/2014



Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Deputado Felício Laterça (PSL-RJ)

Relator

AUTOR: Arnaldo Jardim - PPS/SP

EMENTA:

Altera as Leis nºs 10.847 e 10.848, ambas de 15 de março de 2004, para tornar obrigatória a obtenção de licença prévia de empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica objeto de licitações promovidas pelo governo federal, e aumentar os prazos de implantação dos empreendimentos de geração estabelecidos nos leilões de compra de energia nova.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Felício Laterça (PSL-RJ), pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição do PL 314/2015, apensado.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 21/8/2019.

PROJETO DE LEI Nº 1.962/2015



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Benes Leocádio (PRB-RN)

Relator

AUTORES: Jorge Côrte Real - PTB/PE, Augusto Coutinho - SOLIDARIED/PE

EMENTA:

Dispõe sobre incentivos à implantação de pequenas centrais hidrelétricas e de centrais de geração de energia elétrica a partir da fonte solar e da biomassa e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Benes Leocádio (PRB-RN), pela aprovação deste e da Emenda adotada pela CMADS, com emenda.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 21/8/2019.

PROJETO DE LEI Nº 2.248/2019



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Charles Fernandes (PSD-BA)
Relator

AUTOR A: Edna Henrique - PSDB/PB

EMENTA:

Modifica a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para acrescer à composição do Comitê Gestor de Eficiência Energética representantes dos consumidores e da comunidade acadêmica.

PARECER:

Parecer do Relator com Complementação de Voto, Dep. Charles Fernandes (PSD-BA), pela aprovação, com emenda.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 21/8/2019.

PROJETO DE LEI Nº 7.401/2017



Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)

Relator

AUTORES: Davidson Magalhães - PCdoB/BA, Alice Portugal - PCdoB/BA, Jandira Feghali - PCdoB/RJ, Orlando Silva - PCdoB/SP, Jô Moraes - PCdoB/MG

EMENTA:

Estabelece a política de conteúdo local para as atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Altineu Côrtes (PL-RJ), pela rejeição deste, e do PL 8629/2017, apensado, e pela aprovação do PL 9302/2017, apensado, com emenda.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, com Complementação de Voto, contra os votos dos Deputados Coronel Armando, Coronel Chrisóstomo, Nereu Crispim, Carlos Henrique Gaguim e Lucas Gonzalez, em 28/8/2019.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52/2019



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Cleber Verde (PRB-MA)

Relator

AUTOR: Coronel Tadeu - PSL/SP

EMENTA:

Susta atos normativos do Poder Executivo que impedem a utilização de veículos de passeio movidos a óleo diesel.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Cleber Verde (PRB-MA), pela rejeição deste, do PDL 207/2019, e do PDL 398/2019, apensados.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 28/8/2019.

PROJETO DE LEI Nº 6.885/2013



Foto: Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

Deputado Airton Faleiro (PT-PA)

Relator

AUTOR: Zé Silva - SDD/MG

EMENTA:

Acrescenta-se parágrafo único ao art. 20 da Lei nº 2.308, de 31 de agosto de 1954.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Airton Faleiro (PT-PA), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 28/8/2019.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº
133/2013



Foto: Institucional Deputado
Deputado Sebastião Oliveira (PL-PE)
Relator

AUTOR: Arnaldo Jardim - PPS/SP

EMENTA:

Propõe que a Comissão de Minas e Energia realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, procedimentos de auditoria para verificar no âmbito dos Planos de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico o grau de implementação de melhorias e reforços por parte das concessionárias de transmissão de energia elétrica que atendem os estados do Nordeste.

PARECER:

Relatório Final, Dep. Sebastião Oliveira (PL-PE), pelo arquivamento.

RESULTADO:

Aprovado o Relatório Final em 4/9/2019.

PROJETO DE LEI Nº 323/2019



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Lucio Mosquini (MDB-RO)

Relator

AUTOR: Edna Henrique - PSDB/PB

EMENTA:

Modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para regulamentar a identificação de irregularidades no consumo de energia elétrica.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Lucio Mosquini (MDB-RO), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 4/9/2019.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº
137/2013



Foto: Vinícius Loures/Câmara dos Deputados
Deputado Wladimir Garotinho (PSD-RJ)
Relator

AUTOR: Eduardo da Fonte - PP/PE

EMENTA:

Propõe que a Comissão de Minas e Energia, ouvida a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, promova atos de fiscalização sobre as licitações realizadas pela Petrobrás para a contratação da construção, operação e fretamento de sondas destinadas à exploração das reservas petrolíferas do pré-sal.

PARECER:

Relatório Prévio, Dep. Wladimir Garotinho (PSD-RJ), pela não implementação.

RESULTADO:

Aprovado o Relatório Prévio em 18/9/2019.

PROJETO DE LEI Nº 9.365/2017



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Nicoletti (PSL-RR)

Relator

AUTOR: Aureo - SD/RJ

EMENTA:

Estabelece condições para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica implantarem a fiação subterrânea nas suas áreas de contrato, sob dedução fiscal de tributos federal e estadual.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Nicoletti (PSL-RR), pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 795/2019, apensado.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 18/9/2019.

Relatório Anual - 2019
PROJETO DE LEI Nº 10.874/2018



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

**Deputado Arnaldo Jardim (PSL-RR))
Relator do Parecer Vencedor**

AUTOR: Lincoln Portela - PR/MG

EMENTA:

Proíbe a mineração em faixa de dez quilômetros no entorno de unidades de conservação.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Rubens Otoni (PT-GO), pela aprovação, com substitutivo.

RESULTADO:

Rejeitado o Parecer do Dep. Rubens Otoni em 18/9/2019, contra os votos dos Deputados Rubens Otoni e Padre João.

Designado Relator do Parecer Vencedor, Dep. Arnaldo jardim, pela rejeição. Aprovado o Parecer Vencedor, contra os votos dos Deputados Rubens Otoni e Padre João.

Relatório Anual - 2019
PROJETO DE LEI Nº 4.054/2019



Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados
Deputado Charles Fernandes (PSD-BA)
Relator

AUTOR: Joaquim Passarinho - PSD/PA

EMENTA:

Modifica a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das ações orçamentárias da Agência Nacional de Mineração que tenham como fonte de recursos a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Charles Fernandes (PSD-BA), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 25/9/2019.

PROJETO DE LEI Nº 7.182/2014



Foto: Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

Deputado Nereu Crispim (PSL-RS)

Relator

AUTOR: Carlos Bezerra - PMDB/MT

EMENTA:

Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que "regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências", no que diz respeito à proteção dos sítios espeleológicos do território nacional.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Nereu Crispim (PSL-RS), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 2/10/2019.

Relatório Anual - 2019
PROJETO DE LEI N° 5.310/2016



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados
Deputado Elias Vaz (PSB-GO)
Relator

AUTOR: Sóstenes Cavalcante - DEM/RJ

EMENTA:

Obriga a utilização de condutores protegidos ou isolados nas redes de distribuição aéreas de média e baixa tensão situadas nas áreas urbanas.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Elias Vaz (PSB-GO), pela aprovação, com Substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 2/10/2019.

PROJETO DE LEI Nº 9.625/2018



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Rubens Otoni (PT-GO)

Relator

AUTOR: Padre João - PT/MG

EMENTA:

Dispõe sobre a política de incentivo à produção de etanol em microdestilarias e em cooperativas de pequenos produtores e dá outras providências.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Rubens Otoni (PT-GO), pela aprovação, com Substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 2/10/2019.

PROJETO DE LEI Nº 4.636/2019



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Benes Leocádio (REPUBLIC-RN)

Relator

AUTORES: Silas Câmara - REPUBLIC/AM, Vinicius Carvalho - NI/SP

EMENTA:

Dispõe sobre a atualização do valor dos ativos das concessionárias de transmissão de energia elétrica considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Benes Leocádio (REPUBLIC-RN), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 2/10/2019.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 590/2017



Foto: Vinícius Loures /Câmara dos Deputados

AUTOR: Vinicius Carvalho - PRB/SP

EMENTA:

Susta a Portaria nº 120/2016 do Ministério de Minas e Energia que determina que os valores homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas repassando aos consumidores indenização às empresas transmissoras de energia elétrica por ativos não depreciados.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Silas Câmara (REPUBLIC-AM), pela rejeição deste e dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 600/2017, 623/2017 e 1.106/2018, apensados.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 9/10/2019.

PROJETO DE LEI Nº 5.811/2016



Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS)
Relator

AUTOR: Moses Rodrigues - PMDB/CE

EMENTA:

Dispõe sobre a aplicação de recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação em fontes renováveis de energia pelos contratados para pesquisa e lavra de petróleo e gás natural.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS), pela aprovação, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 9/10/2019.

PROJETO DE LEI Nº 1.470/2019



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Lucas Gonzalez (NOVO-MG)

Relator

AUTOR: Sebastião Oliveira - PR/PE

EMENTA:

Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, dispondo sobre a alteração do percentual de royalties de petróleo e correlatos.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Lucas Gonzalez (NOVO-MG), pela aprovação, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 9/10/2019.

PROJETO DE LEI Nº 2.659/2011



Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
Relator

AUTOR: Beto Faro - PT/PA

EMENTA:

Determina a observância do princípio do conteúdo local nas aquisições de bens e contratações de serviços nos empreendimentos de exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, e dá outras providências.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Rodrigo de Castro (PSDB-MG), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, contra os votos dos Deputados Rubens Otoni e Padre João, em 16/10/2019.

PROJETO DE LEI Nº 7.728/2014



Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Deputado João Carlos Bacelar (PL-BA)
Relator

AUTOR: Eduardo da Fonte - PP/PE

EMENTA:

Altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, para estabelecer medidas de compensação tributária para indústrias de consumo eletrointensivo que reduzam espontaneamente a demanda de energia elétrica no processo produtivo.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. João Carlos Bacelar (PL-BA), pela aprovação, com Substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 16/10/2019.

PROJETO DE LEI Nº 6.407/2013



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Silas Câmara (REPUBLIC-AM)

Relator

AUTOR: Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP

EMENTA:

Dispõe sobre medidas para fomentar a Indústria de Gás Natural e altera a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009.

PARECER:

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Silas Câmara (REPUBLIC-AM), pela aprovação deste, do PL 6.102/2016, apensado, e das emendas nºs 17, 19, 20, 25 e 27 apresentadas ao Substitutivo, com Substitutivo; e pela rejeição das emendas nºs 1 a 19/2013, da emenda nº 1/2019, apresentadas ao Projeto, e das emendas nºs 1, 2, 3, 18, 21, 22, 23, 24, 26, 29 e 30 apresentadas ao Substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 23/10/2019, ressalvado Destaque de Bancada (NOVO), para Votação em Separado do art. 45 do Substitutivo apresentado pelo Relator. Rejeitada a matéria destacada - art. 45 do Substitutivo apresentado pelo Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 978/2018



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Elias Vaz (PSB-GO)

Relator

AUTOR: Senado Federal - Otto Alencar - PSD/BA

EMENTA:

Susta o art. 6º da Resolução nº 43, de 22 de dezembro de 2009, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Elias Vaz (PSB-GO), pela aprovação deste, do PDC 955/2018, e do PDC 916/2018, apensados, com Substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 22/11/2019, contra o voto do Deputado Carlos Zarattini..

PROJETO DE LEI Nº 4.217/2019



Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG)
Relator

AUTOR: Felício Laterça - PSL/RJ

EMENTA:

Revoga o inciso II do art. 1º da Lei no 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 22/11/2019.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº
40/2019



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Silas Câmara (REPUBLIC-AM)

Relator

AUTOR: Flaviano Melo - MDB/AC

EMENTA:

Propõe que a Comissão de Minas e Energia promova, com auxílio do Tribunal de Contas da União, fiscalização e controle dos atos realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) referentes ao reajuste tarifário anual de 2018 da Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre.

PARECER:

Relatório Prévio, Dep. Silas Câmara (REPUBLIC-AM), pela implementação.

RESULTADO:

Aprovado o Relatório Prévio em 4/12/2019.

PROJETO DE LEI Nº 574/2019



Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Deputado Delegado Éder Mauro (PSD-PA)

Relator

AUTOR: Giovani Cherini - PR/RS

EMENTA:

Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para estabelecer que 50% do valor das multas aplicadas pela ANEEL sejam repassadas aos Estados-membros, para a promoção de melhorias na universalização e no serviço de distribuição de energia elétrica, conforme regulamentação a ser estabelecida pela ANEEL.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Delegado Éder Mauro (PSD-PA), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 4/12/2019, contra o voto do Deputado Padre João.

PROJETO DE LEI Nº 2.192/2019



Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados
Deputado Lucas Gonzalez (NOVO-MG)
Relator do Vencedor

AUTOR: Celso Sabino - PSDB/PA

EMENTA:

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer diretriz para o estabelecimento da tarifa de uso do sistema de transmissão.

PARECER:

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Edna Henrique (PSDB-PB), pela aprovação, com substitutivo.

RESULTADO:

Rejeitado o parecer em 4/12/2019.

Designado Relator do Vencedor, Dep. Lucas Gonzalez (NOVO-MG). Parecer Vencedor, Dep. Lucas Gonzalez (NOVO-MG), pela rejeição.

Aprovado o Parecer Vencedor, contra o voto da Deputada Edna Henrique, que passou a constituir voto em separado.

Relatório Anual - 2019
PROJETO DE LEI Nº 2.908/2019



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados
Deputado Francisco Jr. (PSD-GO)
Relator

AUTOR: Eduardo Costa - PTB/PA

EMENTA:

Dispõe sobre o faturamento de energia elétrica pela concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Francisco Jr. (PSD-GO), pela aprovação, com Substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 4/12/2019.

PROJETO DE LEI Nº 4.806/2019



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Benes Leocádio (REPUBLIC-RN)
Relator

AUTOR: Silas Câmara - REPUBLIC/AM

EMENTA:

Altera a Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002.

PARECER:

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Benes Leocádio (REPUBLIC-RN),
pela aprovação, com Substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer com Complementação de Voto em 4/12/2019.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 636/2019



Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Deputado Wladimir Garotinho (PSD-RJ)

Relator

AUTOR: Benes Leocádio - REPUBLIC/RN

EMENTA:

Susta os efeitos do § 6º do Art. 53-L da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL que exige licenciamento ambiental e outorga de direito de uso de recursos hídricos para a concessão de benefício tarifário para as atividades rurais de aquicultura e irrigação.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Wladimir Garotinho (PSD-RJ), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer em 11/12/2019.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº
28/2019



Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Deputado Cássio Andrade (PSB-PA)
Relator

AUTOR: Ricardo Izar – PP/SP

EMENTA:

Requer que a Comissão de Minas e Energia realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de Fiscalização e Controle no processo de Leilão destinado à Cessão de Direitos Minerários para celebração de contrato de promessa de cessão de direitos minerários da CPRM.

PARECER:

Relatório Prévio, Dep. Cássio Andrade (PSB-PA), pela implementação.

RESULTADO:

Aprovado o Relatório Prévio, contra os votos dos Deputados Joaquim Passarinho e Carlos Gaguim, em 17/10/2019.

Requerimentos Apresentados

Relatório Anual - 2019

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
<u>REQ 1/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública para discutir a prestação de serviços de distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica realizada pela CELPA no Estado do Pará, sobre possíveis infrações e quebra de contrato por parte da Concessionária de serviços públicos na área de Energia Elétrica e a busca de uma solução técnica e/ou tributária para a redução das tarifas de energia elétrica no Estado.	Júnior Ferrari	PSD	PA
<u>REQ 2/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual situação do preço da energia elétrica no estado de Rondônia, em virtude de Resolução nº 2.496, de 11 de dezembro de 2018, que "Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018, as Tarifas de Energia - TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD referentes a Centrais Elétricas de Rondônia S/A. - Ceron, e dá outras providências.	Coronel Chrisóstomo	PSL	RO
<u>REQ 3/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, para debater a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL.	Silas Câmara	PRB	AM
<u>REQ 4/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, para debater e saber o plano de Governo, com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior - Ministro de Estado de Minas e Energia.	Silas Câmara	PRB	AM
<u>REQ 5/2019 CME</u>	Requer a Criação de Subcomissão Especial Sobre Fontes Renováveis de Energia	Benes Leocádio	PRB	RN
<u>REQ 6/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, para debater incentivos para baterias de ion lítio para carros elétricos e equipamentos.	Silas Câmara	PRB	AM
<u>REQ 7/2019 CME</u>	Requer seja convidado o Senhor Wilson Ferreira Junior, Presidente da Eletrobrás, para prestar esclarecimentos acerca do tema "modelagem da privatização da Eletrobrás pela abertura de capital acionário da empresa".	Padre João	PT	MG
<u>REQ 8/2019 CME</u>	Solicita audiência pública para discutir os impactos da venda integral das refinarias da Petrobras sobre o mercado de derivados de petróleo.	Padre João	PT	MG
<u>REQ 9/2019 CME</u>	Requer a instalação de Subcomissão Especial para "debater o agravamento dos desequilíbrios na estrutura da oferta de energia ao sistema interligado nacional e os riscos ao abastecimento de energia elétrica".	Airton Faleiro	PT	PA
<u>REQ 10/2019 CME</u>	Requer seja convocado o Senhor Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, Ministro de Minas e Energia, para prestar esclarecimentos acerca do tema "realização de licitações sob o regime de Partilha de Produção para os volumes excedentes aos contratados no regime de Cessão Onerosa, prevista para o segundo semestre de 2019. "	Padre João	PT	MG

Relatório Anual - 2019

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
<u>REQ 11/2019 CME</u>	Requer a instalação de Subcomissão Especial para "debater a expansão da geração de energia elétrica por fonte nuclear, os impactos financeiros nos custos das tarifas e as alternativas para a instalação de novas usinas no território nacional".	Airton Faleiro	PT	PA
<u>REQ 12/2019 CME</u>	Requer Audiência Pública para tratar do baixo desempenho da Empresa Enel Distribuição de Goiás, na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás.	Elias Vaz	PSB	GO
<u>REQ 13/2019 CME</u>	Requer a convocação do Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque, para prestar esclarecimentos sobre as decisões conflitantes da CHESF acerca da gestão do Hospital Nair Alves de Souza localizado no município de Paulo Afonso/BA.	Mário Negromonte Jr.	PP	BA
<u>REQ 14/2019 CME</u>	Requer a aprovação de visita técnica de membros da Comissão de Minas e Energia - CME às instalações da Energia Sustentável do Brasil e nas barragens Santo Antônio, Jirau e Samuel, localizadas nos municípios de Porto Velho e Candeia do Jamari, no Estado de Rondônia.	Léo Moraes	PODE	RO
<u>REQ 15/2019 CME</u>	Requeiro, nos termos regimentais, a criação da Subcomissão Especial para discutir o desenvolvimento da cadeia de Óleo e Gás.	Christino Aureo	PP	RJ
<u>REQ 16/2019 CME</u>	Requer que sejam convidados o Senhor Ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque e o Diretor-Geral da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica André Pepitone da Nóbrega, a comparecerem a esta Comissão para prestarem informações sobre o Decreto nº 9.642/2018 que Altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, para dispor sobre a redução gradativa dos descontos concedidos em tarifa de uso do sistema de distribuição e tarifa de energia elétrica.	Mário Negromonte Jr.	PP	BA
<u>REQ 17/2019 CME</u>	Requer que seja criada a Subcomissão Permanente para discutir a Mineração no Brasil.	Silas Câmara	PRB	AM
<u>REQ 18/2019 CME</u>	Requer a realização de uma Audiência Pública, com o Ministro de Minas e Energia para discutir o sistema tarifário de energia elétrica e suas implicações na sociedade brasileira.	Airton Faleiro	PT	PA
<u>REQ 19/2019 CME</u>	Solicita realização de audiência pública com presidente da Petrobras, Sr. Roberto Castello Branco, para prestar esclarecimentos sobre a política da empresa de reajustar quinzenalmente o preço do óleo diesel em todo o país.	Padre João	PT	MG
<u>REQ 20/2019 CME => PL 6407/2013</u>	Requer a realização de Audiência Pública com o propósito de debater o Projeto de Lei nº 6.407/2013 - Lei do Gás.	Silas Câmara	PRB	AM
<u>REQ 21/2019 CME</u>	Requer a realização de Mesa Redonda no Município de Rio Verde, Estado de Goiás, para debater sobre a crise no setor elétrico de Goiás.	José Nelto	PODE	GO

Relatório Anual - 2019

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
<u>REQ 22/2019 CME</u>	Requer a criação de Subcomissão Especial destinada a discutir e fiscalizar as atividades da Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Léo Moraes	PODE	RO
<u>REQ 23/2019 CME</u>	Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Minas e Energia, para debater sobre a geração distribuída de energia fotovoltaica.	Rafael Motta	PSB	RN
<u>REQ 24/2019 CME</u>	Requer a realização de Visita Técnica de membros da Comissão de Minas e Energia à área de rompimento das duas barragens da mineradora MetalMig, no distrito de Oriente Novo, na cidade de Machadinho D'Oeste, em Rondônia .	Coronel Chrisóstomo	PSL	RO
<u>REQ 25/2019 CME</u>	Requer a realização de Mesa Redonda na Assembleia Legislativa do Estado do Pará para debater a situação da cobrança abusiva de energia elétrica.	Cássio Andrade	PSB	PA
<u>REQ 26/2019 CME</u>	Requer a instalação de Subcomissão Especial para debater a situação da cobrança abusiva de energia elétrica	Cássio Andrade	PSB	PA
<u>REQ 27/2019 CME</u>	Requer a inclusão de um representante da ATGÁS (Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto) na audiência pública para debater sobre o Projeto de Lei nº 6.407/2013 - Lei do Gás.	Arnaldo Jardim	CIDADANIA	SP
<u>REQ 28/2019 CME</u>	Requer convite ao Presidente da Eletrobrás para a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Minas e Energia, para debater sobre a Reestruturação Societária da Eletrobrás/Eletrosul pela Eletrobrás/CGTEE.	Coronel Armando	PSL	SC
<u>REQ 29/2019 CME</u>	Solicita realização de Audiência Pública para discutir a questão das altas tarifas de energia elétrica nos estados da Região Norte, em Especial, do Amapá e as dificuldades encontradas pela população em se beneficiar da tarifa social.	Aline Gurgel	PRB	AP
<u>REQ 30/2019 CME => PL 6407/2013</u>	Requer a retirada da emenda nº EMC 3/2019 CME, apresentada ao PL 6407/2013, em tramitação da Comissão de Minas e Energia.	Fernando Coelho Filho	DEM	PE
<u>REQ 31/2019 CME => PL 6407/2013</u>	Requer a retirada da emenda nº EMC 2/2019 CME, apresentada ao PL 6407/2013, em tramitação da Comissão de Minas e Energia.	Fernando Coelho Filho	DEM	PE
<u>REQ 32/2019 CME</u>	Requer a realização de audiência pública que trate da situação da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens.	Nereu Crispim	PSL	RS
<u>REQ 33/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, para debater a atuação da Agência Nacional de Mineração-ANM.	Benes Leocádio	PRB	RN
<u>REQ 34/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o alto preço dos combustíveis no país.	José Nelto	PODE	GO

Relatório Anual - 2019

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 35/2019 CME	Requer a realização de audiência pública para debater a situação da oferta de energia elétrica e os riscos ao abastecimento do mercado nacional.	Nereu Crispim	PSL	RS
REQ 36/2019 CME	Requer a aprovação de visita técnica de membros da Comissão de Minas e Energia - CME, para que os parlamentares possam participar de visita técnica a ser realizada no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ.	Altineu Côrtes	PR	RJ
REQ 37/2019 CME	Solicita a realização de Audiência Pública para discussão do tema: "Distribuição de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro pela empresa Enel Brasil S/A".	Daniel Silveira	PSL	RJ
REQ 38/2019 CME	Requer a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor Décio Oddone, Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para debater o plano de Governo sobre a política de preços dos combustíveis.	Léo Moraes	PODE	RO
REQ 39/2019 CME	Requer o convite do Presidente da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre a política e a estrutura de preço do petróleo e de seus derivados, sobretudo do óleo diesel.	José Nelto	PODE	GO
REQ 40/2019 CME => REQ 20/2019 CME => PL 6407/2013	Inclusão de Representante da Abraceel - Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia na audiência pública com o propósito de debater o Projeto de Lei n.º 6.407/2013	Igor Timo	PODE	MG
REQ 41/2019 CME	Requer que seja realizada reunião de audiência pública conjunta, entre as Comissões de Minas e Energia e de Defesa do Consumidor, para discutir as políticas de preços dos combustíveis pela Petrobras e o alto preço dos combustíveis no País.	Greyce Elias	AVANTE	MG
REQ 42/2019 CME	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, para debater a atuação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	Silas Câmara	PRB	AM
REQ 43/2019 CME	Requer, nos termos regimentais, a aprovação de Moção de Apoio a não desmontagem da linha de Transmissão 138 kV Quinta-Marmerleiro, (responsável pelo suporte de fornecimento de energia ao Extremo Sul do estado do Rio Grande do Sul), a fim de ser enviada a Procuradoria da República no Município de Rio Grande/RS, à Procuradora Anelise Becker.	Lucas Redecker	PSDB	RS
REQ 44/2019 CME	Requer a inclusão de expositor na audiência pública objeto do Requerimento nº 20/2019 - do Sr. Silas Câmara.	Lucas Gonzalez	NOVO	MG
REQ 45/2019 CME	Requer o convite do Senhor Presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, para prestar esclarecimentos sobre a retomada das obras do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ.	Christino Aureo	PP	RJ

Relatório Anual - 2019

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
<u>REQ 46/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública para discutir "Os desafios presentes e futuros para a distribuição de energia elétrica no Brasil".	Orlando Silva	PCdoB	SP
<u>REQ 47/2019 CME => PL 6407/2013</u>	Inclusão de representante da FUP - Federação Única dos Petroleiros na audiência pública, a ser realizada em atendimento ao Requerimento nº 20/2019, cujo propósito é debater o Projeto de Lei n.º 6.407/2013	Padre João	PT	MG
<u>REQ 48/2019 CME</u>	Solicita a realização de Seminário Petróleo e Gás no Estado de Sergipe	Laercio Oliveira	PP	SE
<u>REQ 49/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Desenvolvimento Urbano para discutir a questão da instalação desordenada de cabos nos postes de energia elétrica, o sistema de cobrança adotado pelas distribuidoras de energia pela fixação dos cabos, a viabilidade da instalação subterrânea dos cabos em sítios turísticos e outras localidades e as propostas em curso de regulamentação da matéria.	Adolfo Viana	PSDB	BA
<u>REQ 50/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, em Maceio/AL.	Sebastião Oliveira	PR	PE
<u>REQ 51/2019 CME</u>	Requer a realização de audiência pública na comissão de minas e energia convidando o Dr. Rodrigo Lopes Sauaia, Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), para fazer uma explanação sobre o desenvolvimento da energia solar fotovoltaica no Brasil.	Schiavinato	PP	PR
<u>REQ 52/2019 CME</u>	Requerimento de Audiência Pública para esclarecimento da compra da Gaspetro pela Empresa Mitsui.	Laercio Oliveira	PP	SE
<u>REQ 53/2019 CME => REQ 38/2019 CME</u>	Requer a inclusão de representante da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes - Fecomcombustíveis na lista de convidados dos Requerimentos nºs 38 e 42/2019, que requerem a realização de Audiência Pública, para debater a atuação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.	Joaquim Passarinho	PSD	PA
<u>REQ 54/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública para discutir "Os efeitos da Venda Direta de Etanol Hidratado nos postos".	Arnaldo Jardim	CIDADANIA	SP
<u>REQ 55/2019 CME</u>	Solicita a realização de Audiência Pública para debater a verticalização do setor de combustíveis líquidos no Brasil.	Laercio Oliveira	PP	SE
<u>REQ 56/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, para debater a verticalização da cadeia de distribuição de combustíveis.	Leur Lomanto Júnior	DEM	BA
<u>REQ 57/2019 CME</u>	Requer a realização de audiência pública para discutir a mudança no modelo de cobrança do ICMS na energia elétrica no estado do Amazonas.	Edio Lopes	PL	RR

Relatório Anual - 2019

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
<u>REQ 58/2019 CME => REQ 23/2019 CME</u>	Requer aditamento ao Requerimento 23/2019 da Comissão de Minas e Energia, para incluir a ABRADEE na relação de participantes.	Vaidon Oliveira	PROS	CE
<u>REQ 59/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública, para obter informações sobre a construção da barragem de rejeitos da Bamim no município de Pindaí, no estado da Bahia, com a presença do Sr. Victor Hugo Froner Bicca, Diretor-Geral da ANM.	Charles Fernandes	PSD	BA
<u>REQ 60/2019 CME => REQ 18/2019 CME</u>	Requer a inclusão de representante do CNE - Coletivo Nacional dos Eletricitários na audiência pública, a ser realizada em atendimento ao Requerimento nº 18/2019, cujo propósito é discutir o sistema tarifário de energia elétrica e suas implicações na socioeconomia brasileira.	Rubens Otoni	PT	GO
<u>REQ 61/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública, em Porto Velho no Estado de Rondônia, para debater sobre a prestação de serviços oferecida pela ENERGISA no Estado de Rondônia, sobre o aumento nas tarifas de energia elétrica, a qualidade do serviço e a previsibilidade das próximas ações.	Léo Moraes	PODE	RO
<u>REQ 62/2019 CME</u>	Requer a realização de audiência pública, para discutir "causas e soluções para as Perdas Globais de Energia".	Edio Lopes	PL	RR
<u>REQ 63/2019 CME => REQ 35/2019 CME</u>	Requer inclusão de representante do CNE - Coletivo Nacional dos Eletricitários na audiência pública, a ser realizada em atendimento ao Requerimento nº 35/2019, cujo propósito é debater a situação da oferta de energia elétrica e os riscos ao abastecimento do mercado nacional".	Padre João	PT	MG
<u>REQ 64/2019 CME</u>	Requer a inclusão de representante da FUP - Federação Única dos Petroleiros na audiência pública, a ser realizada em atendimento ao Requerimento nº 55/2019, cujo propósito é debater a verticalização do setor de combustíveis líquidos no Brasil	Rubens Otoni	PT	GO
<u>REQ 65/2019 CME</u>	Requer a inclusão de representante da FUP - Federação Única dos Petroleiros na audiência pública, a ser realizada em atendimento ao Requerimento nº 56/2019, cujo propósito é debater a verticalização da cadeia de distribuição de combustíveis	Rubens Otoni	PT	GO
<u>REQ 66/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública para debater a matéria objeto do PL nº 4.978/2013, que "Dispõe sobre a extração/exploração, comércio e exportação do nióbio, e dá outras providências".	Coronel Chrisóstomo	PSL	RO
<u>REQ 67/2019 CME</u>	Requer a realizacao de Audiencia Publica, em Porto Velho, no Estado de Rondônia, para debater o Projeto de Decreto Legislativo nº 1107, de 2018.	Jhonatan de Jesus	PRB	RR
<u>REQ 68/2019 CME</u>	Solicita ao Sr. Ministro de Minas e Energia que requeira ao Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração explicações sobre a motivação da publicação de Consulta	Ricardo Izar	PP	SP

Relatório Anual - 2019

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
	Pública da Minuta de Resolução dos Procedimentos de Disponibilidade de Áreas.			
<u>REQ 69/2019 CME</u>	Requer a realização de Mesa Redonda, em data oportuna, na cidade de Ariquemes/RO para debater sobre a organização, fiscalização, exploração e comercialização de minérios no Estado de Rondônia.	Coronel Chrisóstomo	PSL	RO
<u>REQ 70/2019 CME</u>	Requer audiência pública para debater a o papel da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais - no desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.	Padre João	PT	MG
<u>REQ 71/2019 CME</u>	Requer a realização de audiência pública para debater a situação da exploração mineral no âmbito do Projeto Rio Verde, no Estado do Pará.	Joaquim Passarinho	PSD	PA
<u>REQ 72/2019 CME</u>	Requer do Ministro de Minas e Energia informações detidas pela Aneel acerca da empresa Oliveira Energia, bem como cópia de todos os processos de outorga, a essa empresa, de concessões, autorizações e permissões para a execução de serviços de energia elétrica.	Silas Câmara	PRB	AM
<u>REQ 73/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública, para debater problemas e soluções do setor minerário brasileiro.	Ricardo Izar	PP	SP
<u>REQ 74/2019 CME</u>	Solicita ao Sr. Ministro de Minas e Energia que queira ao Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração explicações e informações sobre os requerimentos de lavra em tramitação na ANM. A entrega das informações deve ser de forma impressa e digital.	Ricardo Izar	PP	SP
<u>REQ 75/2019 CME</u>	Solicita ao Sr. Ministro de Minas e Energia que queira ao Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração explicações e informações sobre os requerimentos de Cessão de Direitos Minerários em tramitação da ANM. A entrega das informações deve ser de forma impressa e digital.	Ricardo Izar	PP	SP
<u>REQ 76/2019 CME</u>	Solicita ao Sr. Ministro de Minas e Energia que queira ao Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração explicações e informações sobre exigências de redução de áreas originalmente requeridas pelos interessados. A entrega das informações deve ser de forma impressa e digital.	Ricardo Izar	PP	SP
<u>REQ 77/2019 CME</u>	Solicita ao Sr. Ministro de Minas e Energia que queira ao Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração explicações e informações sobre as análises processuais realizadas pela nova Diretoria da ANM, da posse até o presente momento. A entrega das informações deve ser de forma impressa e digital.	Ricardo Izar	PP	SP
<u>REQ 78/2019 CME</u>	Solicita ao Sr. Ministro de Minas e Energia que queira ao Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração explicações e informações sobre os pedidos de prorrogação de prazo para apresentação de licença ambiental em	Ricardo Izar	PP	SP

Relatório Anual - 2019

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
	tramitação na ANM. A entrega das informações deve ser de forma impressa e digital.			
<u>REQ 79/2019 CME</u>	Solicita ao Sr. Ministro de Minas e Energia que requeira ao Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração explicações e informações sobre a atual situação dos processos minerários. A entrega das informações deve ser de forma impressa e digital.	Ricardo Izar	PP	SP
<u>REQ 80/2019 CME</u>	Solicita ao Sr. Ministro de Minas e Energia que requeira ao Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração explicações e informações sobre todas as viagens realizadas por Diretores e demais servidores do DNPM/ANM, no período compreendido entre janeiro de 2016 e junho de 2019. A entrega das informações deve ser de forma impressa e digital.	Ricardo Izar	PP	SP
<u>REQ 81/2019 CME</u>	Solicita ao Sr. Ministro de Minas e Energia que requeira ao Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração explicações e informações sobre os pedidos de restituição em tramitação na ANM/DNPM. A entrega das informações deve ser de forma impressa e digital.	Ricardo Izar	PP	SP
<u>REQ 82/2019 CME</u>	Solicita que seja realizada Audiência Pública para discutir a Resolução nº 16, de 24 de junho de 2019 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), bem como o PL 6.407, de 2013, que "Dispõe sobre medidas para fomentar a Indústria de Gás Natural e altera a Lei nº 11.909/2009" e seu apensado.	Silas Câmara	PRB	AM
<u>REQ 83/2019 CME</u>	Adita o REQ 82/2019-CME, no sentido de que se inclua na lista de convidados o Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Vidro - ABIVIDRO.	Paulo Ganime	NOVO	RJ
<u>REQ 84/2019 CME</u>	Requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para debater sobre os termos e as implicações do recente acordo assinado, e posteriormente cancelado, entre o Brasil e o Paraguai acerca de Itaipu.	Arnaldo Jardim	CIDADANIA	SP
<u>REQ 85/2019 CME</u>	Requer sejam convocados os Senhores Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, Ministro de Minas e Energia, e Ernesto Henrique Fraga Araújo, Ministro das Relações Exteriores, para prestar esclarecimentos acerca do tema "Ata Bilateral Relativa à Contratação de Potência da Usina Hidrelétrica de Itaipu, firmada entre Brasil e Paraguai, em 24 de maio de 2019. "	Carlos Zarattini	PT	SP
<u>REQ 86/2019 CME</u>	Requer seja convidado o Senhor Joaquim Silva e Luna, Diretor-Geral Brasileiro da ITAIPU Binacional, para prestar esclarecimentos acerca do tema "Ata Bilateral Relativa à Contratação de Potência da Usina Hidrelétrica de Itaipu, firmada entre Brasil e Paraguai, em 24 de maio de 2019. "	Carlos Zarattini	PT	SP
<u>REQ 87/2019 CME</u>	Requer que sejam convidados o Chanceler Ernesto Araújo, o diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, general Joaquim Silva e Luna e o senhor Alexandre Luiz Giordano	Elias Vaz	PSB	GO

Relatório Anual - 2019

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
	para tratar das denúncias sobre graves irregularidades na renegociação do acordo entre Brasil e Paraguai acerca da comercialização de energia gerada pela usina de Itaipu.			
<u>REQ 88/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública para discutir a execução, ampliação e estratégias do Programa Luz Para Todos no Estado do Pará.	Júnior Ferrari	PSD	PA
<u>REQ 89/2019 CME</u>	Requer a realização de audiência pública para debater a extração mineral na Amazônia.	Silas Câmara	REPUBLIC	AM
<u>REQ 90/2019 CME</u>	Requer a indicação do Deputado Joaquim Passarinho para representar a Comissão de Minas e Energia no Evento Expo e Congresso Brasileiro de Mineração (EXPOSIBRAM).	Joaquim Passarinho	PSD	PA
<u>REQ 91/2019 CME</u>	Requer Audiência Pública para discutir e prestar esclarecimentos sobre o novo vazamento de óleo na Bacia de Campos.	Wladimir Garotinho	PSD	RJ
<u>REQ 92/2019 CME</u>	Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir a eficiência e a efetividade do sistema de bandeiras tarifárias.	Greyce Elias	AVANTE	MG
<u>REQ 93/2019 CME</u>	Requer a realização de reunião de audiência pública para examinar o processo de privatização da CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG-D.	José Nelto	PODE	GO
<u>REQ 94/2019 CME</u>	Requer a inclusão de representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL na audiência pública, a ser realizada em atendimento ao Requerimento nº 37/2019, cujo propósito é debater a distribuição de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro pela empresa Enel Brasil S/A.	Daniel Silveira	PSL	RJ
<u>REQ 95/2019 CME</u>	Requer a inclusão de convidados para audiência pública que debate sobre a extração mineral da Amazônia, tema do Requerimento nº 89, de 2019.	Ricardo Izar	PP	SP
<u>REQ 96/2019 CME</u>	Requer a realização de Seminário com o tema Mineração: Economia, Meio Ambiente e Sociedade, a ser realizada no município de Itaituba-PA, no dia 27 de setembro	Subcomissão Permanente Mineração	-	-
<u>REQ 97/2019 CME</u>	Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir as dificuldades que os empreendedores de geração distribuída de energia elétrica estão enfrentando para conectarem-se à rede da CEMIG.	Greyce Elias	AVANTE	MG
<u>REQ 98/2019 CME</u>	Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a CTASP, a CDEICS e a CAPADR, a fim de debater os estudos sobre os "Impactos da Abertura Comercial na Indústria".	Arnaldo Jardim	CIDADANIA	SP
<u>REQ 99/2019 CME</u>	Requer, nos termos regimentais, seja convocado o Ministro de Estado de Minas e Energia, para prestar esclarecimentos sobre o fechamento da Petrobras na Bahia e o seu desmonte no Nordeste.	Carlos Zarattini	PT	SP
<u>REQ 100/2019 CME</u>	Requer seja convidado o Presidente da Petrobras, para, em audiência pública, prestar esclarecimento sobre o	Carlos Zarattini	PT	SP

Relatório Anual - 2019

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
	fechamento da Petrobras na Bahia e o seu desmonte no Nordeste.			
<u>REQ 101/2019 CME</u>	Solicita que seja realizada Audiência Pública para debater procedimentos em prol da redução das tarifas de energia elétrica.	Silas Câmara	REPUBLIC	AM
<u>REQ 102/2019 CME</u>	Requer a realização de audiência pública, para debater o derramamento de petróleo cru no litoral do Nordeste Brasileiro.	Pedro Lupion	DEM	PR
<u>REQ 103/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública conjunta na Comissão de Minas e Energia, na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e na Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado e na Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater a capacidade do Estado de enfrentar o crime organizado que atua na exploração mineral de ouro dentro da Terra Indígena Yanomami e as consequências sobre o povo Yanomami no estado de Roraima.	Joenia Wapichana	REDE	RR
<u>REQ 104/2019 CME</u>	Requer a realização de audiência pública na Comissão de Minas e Energia convidando o Sr. Ricardo Cyrino e um Representante da ANEEL para falar sobre o assunto de energia renovável da Bio Massa.	Schiavinato	PP	PR
<u>REQ 105/2019 CME</u>	Requer, nos termos do art. 104 RICD, a retirada de emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 28 ao Substitutivo nº 4 do Projeto de Lei nº 6.407/2013.	Paulo Ganime	NOVO	RJ
<u>REQ 106/2019 CME</u>	Requer a realização de audiência pública para debater os caminhos para acabar com a exclusão elétrica, principalmente no Norte do país, através de energia renovável descentralizada para populações tradicionais e comunidades indígenas.	Airton Faleiro	PT	PA
<u>REQ 107/2019 CME</u>	Requer a realização de reunião de Mesa Redonda na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, para a promoção de debates acerca de problemas no fornecimento de energia elétrica atinente a área rural do Estado de Goiás.	José Nelto	PODE	GO
<u>REQ 108/2019 CME</u>	Requer a inclusão do Movimento "Vida Sim! Barragem Não", representado pelo Sr. Evilásio Pereira Bomfim, no rol dos debatedores convidados a participar da Audiência Pública para obter informações sobre a construção da barragem de rejeitos da Bamim no município de Pindaí, no Estado da Bahia, aprovada em decorrência da apreciação do Requerimento nº 59/2019.	Arthur Oliveira Maia	DEM	BA
<u>REQ 109/2019 CME</u>	Solicita a realização de Audiência Pública para debater a verticalização do setor de combustíveis com a presença do Diretor geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP).	Laercio Oliveira	PP	SE

Relatório Anual - 2019

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 110/2019 CME	Requer a realização de Audiência Pública para discutir as Resoluções Normativas nº 482/2012 e 687/2015.	Franco Cartafina	PP	MG
REQ 111/2019 CME	Requer Audiência Pública para tratar da produção de energia solar fotovoltaica e da geração distribuída de energia no Estado de Goiás.	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 112/2019 CME	Requer a realização de audiência pública pela CME, mediante a Subcomissão Permanente de Fontes Renováveis de Energia e Biocombustíveis, para debater sobre biocombustíveis - biodiesel e etanol de 1 ^a e de 2 ^a geração.	Eduardo Bismarck	PDT	CE
REQ 113/2019 CME	Requer a realização de audiência pública pela CME, mediante a Subcomissão Permanente de Fontes Renováveis de Energia e Biocombustíveis, para debater sobre o Setor Sucroalcooleiro.	Eduardo Bismarck	PDT	CE
REQ 114/2019 CME	Requer a realização de audiência pública pela CME, mediante a Subcomissão Permanente de Fontes Renováveis de Energia e Biocombustíveis, para debater sobre ideias inovadoras na produção de combustíveis alternativos não convencionais.	Eduardo Bismarck	PDT	CE
REQ 115/2019 CME	Requer a realização de audiência pública pela CME, mediante a Subcomissão Permanente de Fontes Renováveis de Energia e Biocombustíveis, para debater sobre as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e a expansão das fontes de energia eólica e solar.	Eduardo Bismarck	PDT	CE
REQ 116/2019 CME	Requer a realização de audiência pública pela CME, mediante a Subcomissão Permanente de Fontes Renováveis de Energia e Biocombustíveis, para debater sobre a utilização de biomassa e resíduos sólidos para a produção de energia elétrica.	Eduardo Bismarck	PDT	CE
REQ 117/2019 CME	Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater o modelo regulatório nuclear do Brasil.	Carlos Zarattini	PT	SP
REQ 118/2019 CME	Requer a realização de audiência pública destinada a discutir políticas públicas para incentivar a adoção de energias renováveis.	Sergio Vidigal	PDT	ES
REQ 119/2019 CME	Requer Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater a atuação do Grupo Energisa no Estado de Rondônia e nos demais Estados onde o grupo atua.	Coronel Chrisóstomo	PSL	RO
REQ 120/2019 CME	Solicita a realização de audiência pública, para tratar da Consulta Pública 25/2019 realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica.	José Nelto	PODE	GO
REQ 121/2019 CME	Requer à Comissão de Minas e Energia a realização do Seminário "Energia Elétrica, o Interesse Público e o Desafio dos Legisladores".	Silas Câmara	REPUBLIC	AM

Relatório Anual - 2019

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
<u>REQ 122/2019 CME</u>	Requer que seja convidado o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica Sr. André Pepitone da Nobrega para prestar esclarecimentos acerca da revisão da Resolução Normativa nº 482/2012 destinada a alterar as regras de 2012 que incentivavam os consumidores a investirem em geração de energia solar e agora essa revisão visa penalizar os consumidores com aumento de encargos.	Léo Moraes	PODE	RO
<u>REQ 123/2019 CME</u>	Requer que seja realizada audiência pública com a finalidade de debater a extração e a utilização do gás natural e petróleo a partir de formações de folhelho (Shale) no Brasil.	Felício Laterça	PSL	RJ
<u>REQ 124/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública para discutir as altas tarifas de energia cobradas a população da Região Norte e as ações efetivas de resolução da crise energética do estado de Roraima e sua integração ao Sistema Interligado Nacional.	Adolfo Viana	PSDB	BA
<u>REQ 125/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública para debater a retomada da construção da UHE Tabajara, localizada na região de Machadinho do D'Oeste, Estado de Rondônia.	Coronel Chrisóstomo	PSL	RO
<u>REQ 126/2019 CME</u>	Requer seja convidado o Sr. Bento Albuquerque, Ministro de Estado de Minas e Energia, e o Sr. André Pepitone da Nóbrega, Diretor-Geral da Aneel para prestarem esclarecimentos sobre a revisão do sistema de compensação da micro e minigeração distribuída de energia solar fotovoltaica, objeto da Consulta Pública 25/2019 realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica, em reunião conjunta com a Comissão de Minas e Energia e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.	Leônidas Cristino	PDT	CE
<u>REQ 127/2019 CME</u>	Solicita-se adendo ao REQ nº 120/2019 CME, para incluir o Advogado-Geral da União entre os convidados para a audiência sobre a Consulta Pública nº 25/2019 realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica.	José Nelto	PODE	GO
<u>REQ 128/2019 CME</u>	Requer Audiência Pública para tratar da queda no índice de aplicação de multas pela Agência Nacional de Mineração, compreendido entre os anos de 2009 e 2019.	Elias Vaz	PSB	GO
<u>REQ 129/2019 CME</u>	Requer a inclusão de representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia - SEDEME, do Estado do Pará, no Requerimento nº. 71/2019.	Joaquim Passarinho	PSD	PA
<u>REQ 130/2019 CME</u>	Requer a realização de Audiência Pública para discussão do tema: "Mudanças de regras para a Renovação da Concessão da Ferrovia de Carajás".	Cássio Andrade	PSB	PA
<u>REQ 131/2019 CME</u>	Requer a realização de Visita Técnica de membros da Subcomissão Permanente de Mineração ao Projeto Rio Verde, desenvolvido pela empresa AVB Mineração Ltda - Avanco Resources, na cidade de Curionópolis, no Estado do Pará.	Joaquim Passarinho	PSD	PA

Relatório Anual - 2019

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
<u>REQ 132/2019 CME</u>	Requer a retirada do Requerimento nº. 129/2019.	Joaquim Passarinho	PSD	PA
<u>REQ 133/2019 CME</u>	Requer Audiência Pública para tratar da crise na prestação de serviços de energia elétrica, pela Enel, no Estado de Goiás.	Elias Vaz	PSB	GO
<u>REQ 134/2019 CME</u>	Requer Audiência Pública para tratar das Políticas Comerciais e de Precificação das Principais Distribuidoras de Combustíveis do País e seus Efeitos à Competitividade do Setor.	Elias Vaz	PSB	GO
<u>REQ 135/2019 CME</u>	Requer a inclusão de representante da FUP - Federação Única dos Petroleiros na audiência pública, a ser realizada em atendimento ao Requerimento nº 123/2019, cujo propósito é debater a extração e a utilização do gás natural e petróleo a partir de formações de folhelho (Shale) no Brasil.	Rubens Otoni	PT	GO
<u>REQ 136/2019 CME</u>	Requer a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Fontes Renováveis de Energia e Biocombustíveis, para debater a alteração que a ANEEL quer fazer para tornar mais cara a energia daqueles que produzem a própria energia através da captação de energia solar.	Christino Aureo	PP	RJ
<u>REQ 137/2019 CME</u>	Requer a produção de Relatório de Atividades Anual da Comissão de Minas e Energia.	Silas Câmara	REPUBLIC	AM

Emendas Orçamentárias

EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2

Proposição	Autor	Ementa	Apreciação
LDO nº 1/2019	Comissão de Minas e Energia	Emenda de Meta - Monitoramento da Expansão e do Desempenho dos Sistemas Elétricos Brasileiros	03/07/2019 Aprovada
LDO nº 2/2019	Comissão de Minas e Energia	Emenda de Meta - Energia Renovável	03/07/2019 Aprovada

EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 4

Proposição	Autor	Ementa	Apreciação
EMENDA À LOA Nº 1/2019	Comissão de Minas e Energia	R\$ 500.000.000,00 Incentivo à Geração de Eletricidade Renovável.	23/10/2019 Aprovada
EMENDA À LOA Nº 2/2019	Comissão de Minas e Energia	R\$ 100.000.000,00 Apoio à Política Nacional de Biocombustíveis – Renovabio.	23/10/2019 Aprovada
EMENDA À LOA Nº 3/2019	Comissão de Minas e Energia	R\$ 67.000.000,00". Tecnologia Nuclear da Marinha.	23/10/2019 Aprovada
EMENDA À LOA Nº 4/2019	Comissão de Minas e Energia	100.000.000,00". Estudos para o planejamento do setor energético.	23/10/2019 Aprovada

EMENDAS AO PLANO PLURIANUAL– 3			
Proposição	Autor	Ementa	Apreciação
EMENDA AO PPA Nº 1/2019	Comissão de Minas e Energia	Propõe aumentar o índice de abastecimento de energia elétrica de 1,00 e 1,20 para 3,00.	23/10/2019 Aprovada
EMENDA AO PPA Nº 2/2019	Comissão de Minas e Energia	Propõe elevar o índice de Produção Nacional de Petróleo e Gás de 1.263,99 para 2.000,81.	23/10/2019 Aprovada
EMENDA AO PPA Nº 3/2019	Comissão de Minas e Energia	Propõe atingir o valor de 5,00 do índice de Eficiência de Gestão Mineral (IEGM).	23/10/2019 Aprovada

Equipe técnica

Comissão de Minas e Energia

Secretário-Executivo:

Fábio Gomes Ferreira

Assessores:

Clemar Pereira Gonçalves da Silva Côrtes

Francinete de Sá Sanches Scheid Ninaut

Jaqueleine Rodrigues Soares

Leila Camila Pugliesi Pinheiro

Marcelo Sobral de Barros

Sandra Marcia Garcia Remussi

Sandra Regina Furtado Ávila

Sylvio Otávio Baptista de Carvalho

Estagiário:

Lucas Ribeiro Santana

Pró-adolescentes:

Daniel Santos de Macedo

Isabela Cristina Alcantara Silva

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Anexo II, Pav. Térreo Ala A, sala 51 CEP 70160-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6456/6453

cctci@camara.leg.br